

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

A POLÍCIA E OS JOVENS

Um estudo sobre histórias de vida, práticas corporativas
e conflitos urbanos

Jonas Henrique de Oliveira

Rio de Janeiro

2005

A polícia e os jovens: um estudo sobre histórias de vida, práticas corporativas e conflitos urbanos

Jonas Henrique de Oliveira

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Rio de Janeiro

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Jonas Henrique de.

A polícia e os jovens: um estudo sobre histórias de vida, práticas corporativas e conflitos urbanos / Jonas Henrique de Oliveira. Rio de Janeiro, 2005.

xi, 125 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005.

Orientador: Regina Célia Reyes Novaes

1. Polícia. 2. Jovens. 3. Segurança Pública. 4. Violência Urbana – Teses.

I. Novaes, Regina Célia Reyes (Orient). II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Ficha de Aprovação

Jonas Henrique de Oliveira

A polícia e os jovens: um estudo sobre histórias de vida, práticas corporativas e conflitos urbanos

Rio de Janeiro, ____ de Junho de 2005

Aprovada por:

Prof^a. _____ - Orientadora

Dr^a. Regina Célia Reyes Novaes (UFRJ)

Prof^a. _____

Dr^a. Mirian Goldenberg (UFRJ)

Prof^o. _____

Dr^o. João Trajano Sento-Sé (UERJ)

Prof^a. _____

Dr^a Rosilene Alvim (UFRJ) Suplente

Prof^a. _____

Dr^a. Márcia Leite (UERJ) Suplente

RESUMO

No Brasil, nas últimas décadas, a relação conflituosa entre jovens e policiais militares tornou-se objeto de reflexão na área das Ciências Sociais. Porém, a maioria destes estudos têm sido realizados do ponto de vista dos jovens. O presente trabalho aborda as representações de um grupo de policiais militares sobre diferentes segmentos da juventude na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo é compreender o ponto de vista dos policiais levando-se em conta as percepções de violência urbana produzidas na interseção entre: a) os valores, os preconceitos, as ambigüidades e ambivalências presentes na sociedade brasileira atual e no Rio de Janeiro em particular e b) as especificidades inerentes a “profissão policial” que se revelam no mapeamento dos perigos da cidade e dos diferentes segmentos juvenis que nela circulam.

Palavras-chaves: policiais militares – jovens - conflito – violência urbana – segurança pública.

ABSTRACT

In the last years, in Brazil, the conflicting between young people and military policemen became object of reflection to social science area. But, the major of theses works have been realized only in the youth point-of-view. This work approaches the military policemen groups representations about different segments of youth in the Rio de Janeiro City. Its purpose is to comprehend policemen point-of-view including the urban violence perceptions produced in the intersection between a) the values, the prejudices, the ambiguities presents in the current brazilian society and, in particular, Rio de Janeiro and b) the inherent particularities in “cop profession” which are showed in the mapping of dangers city and of the different young people segments that circulate in it.

Keywords: military policemen – young people – conflict – urban violence – public security

Sumário

Introdução

Capítulo I – Profissão polícia: desafios e contextos em um mundo repleto de significados	21
1.1 O campo	21
1.2 Estabilidade, acessos e gratidão	28
1.3 Oficiais e praças	33
1.4 Sobre os direitos humanos	37
1.5 Medos e estratégias de segurança	46
Capítulo II – Trajetórias, práticas e visões de mundo	52
2.1 Mário - “pedindo com carinho”: mediação, virilidade e “corrupção”	54
2.2 Roberto - poder e revolta: uma difícil negociação com a realidade	61
2.3 Humberto - gratidão, orgulho e mobilidade social	68
2.4 Comparando trajetórias	72
Capítulo III – Territórios, símbolos e cores	74
3.1 Jovens da Zona Sul: sobre “playboys” e “pitboys”	86
3.2 Jovens da Zona Norte: “favelados” e “suburbanos”	95
3.3 Jovens em situação de rua: os “meninos de rua”	102
3.4 Aparência, símbolos e cores	106
Considerações Finais	112
Referências Bibliográficas	118
Anexo I	123
Anexo II	124

Aos meus pais, Geraldo e Marina

A Valdir Bugs (in memoriam), um dos meus entrevistados que tornou-se amigo e agora é somente um número nas estatísticas de mortes de policiais na cidade do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora Prof. Dr^a. Regina Célia Reyes Novaes pela simplicidade e respeito. Sou grato pela liberdade do exercício intelectual como aluno e pelo acompanhamento nos momentos mais difíceis. A sua paciência e o seu encorajamento foram decisivos para a realização desse trabalho.

O meu mais sincero obrigado a Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEeC/UCAM pela atenção e carinho a mim dedicados. Silvia Ramos é uma dessas pessoas que passam em nossas vidas e deixam marcas que jamais serão apagadas. Sou profundamente grato a ela pelos comentários e sugestões feitos na defesa do projeto de qualificação.

Um agradecimento especial à Janaína Magalhães Angelo pela dedicação e empenho. Sou grato pelo ombro amigo nos momentos de dúvidas e incertezas inerentes ao trabalho intelectual. Reconheço que o pesquisador, não raramente, é um chato que às vezes “obriga” aos mais próximos a ouvi-lo dissertar sobre o seu objeto de pesquisa, acreditando realmente que todos estão interessados em sua “descoberta”.

Sou profundamente grato aos meus amigos Adriana, Andréia, Cristiane, Daisy, Maria Helena, Maximiliano, Rogério, Rossane, Rose Any, Sarah, Vanessa e Zimara pelo empenho em contatar os policiais entrevistados.

Gostaria de lembrar alguns professores importantes para a minha formação como José Reginaldo Santos Gonçalves, Beatriz Heredia, Mirian Goldenberg, Peter Fry, Rosilene Alvim, Ivonne Maggie, Gláucia Villas Boas, Elisa P. Reis, André Botelho, Bila Sorj, Silvio Almeida, Luis A. Machado da Silva, Michel Misse, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Antônio Celso.

Não posso me esquecer de todos os colegas do PPGSA pelo estímulo e convívio afetuoso. Sou grato também por dividirem comigo as suas dúvidas e angústias que todo profissional em início de carreira possui. Um agradecimento especial para Ronald Alves Nunes e Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato. Aproveito a oportunidade para agradecer a Marilena Cunha, Daniela Almeida e Marcelo Simões com os quais tive o prazer de compartilhar importantes reflexões sociológicas.

Sou profundamente grato a Paula Sant'Anna e Renata Aquino pela revisão atenciosa que fizeram deste texto.

Agradeço as secretárias Cláudia (nossa Claudinha) e Denise pelo excelente desempenho de suas funções, assim como pela paciência e simpatia com todos os alunos do PPGSA. Sabemos o quanto é difícil trabalhar em um programa onde as verbas estão cada vez mais escassas, mesmo assim elas conseguem desenvolver o seu trabalho com muita competência.

Agradeço, aos policiais militares entrevistados que me possibilitaram o acesso as suas histórias de vida, permitindo que o meu aprendizado fosse muito além do que se encontra nesta dissertação.

Enfim, agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida durante o Mestrado, fundamental para a realização desta pesquisa.

A todos os citados e a muitos não citados, o meu mais sincero muito obrigado.

Lista de siglas e abreviaturas:

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CIEP – Centro Integrado de Escola Pública

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CV – Comando Vermelho

DPO – Delegacia de Polícia

ESPM – Escola Superior da Polícia Militar

GPAAE – Grupo de Policiamento em Áreas Especiais

PM – Polícia Militar

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

TC – Terceiro Comando

RP – Rádio Patrulha

Introdução

Pretendo, com este trabalho, analisar as representações sociais de um grupo de policiais militares sobre os diferentes segmentos juvenis com os quais estes lidam cotidianamente. A relação conflituosa entre policiais e jovens gera um problema social de grande relevância, por isso vem recebendo atenção dos cientistas sociais no Brasil e em outros países. Minha contribuição nessa problemática é compreender como os policiais classificam e hierarquizam os jovens e os espaços por onde estes circulam, e quanto estas representações interferem em suas estratégias e condutas.

A relação entre a polícia e a juventude vem despertando o meu interesse desde 2001, ano em que fui convidado pela prof^ª.dr^ª. Regina Célia Novaes a ingressar como bolsista de iniciação científica. A pesquisa: *Violência, Sociabilidade e Espaço Público: Comparando Percepções e Práticas de Grupos Sociais Vulneráveis*, entre março de 2001 e março de 2003, ocorreu nas comunidades do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, localizadas entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro. Na época, tive a oportunidade de experimentar uma espécie de “batismo antropológico”, pois foi minha primeira experiência em “trabalho de campo”. Nesta pesquisa tive o primeiro contato com policiais do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que haviam se instalado no “Galo” e no “Pavão” – como as comunidades são chamadas pelos seus moradores – no ano anterior.

De fato, nós do grupo de campo, composto por quatro pesquisadores, vivenciamos um momento muito oportuno para a pesquisa, pois foi possível ouvir dos jovens que entrevistamos; como, quanto e de que forma, aquele policiamento comunitário havia trazido mudanças às suas vidas¹. Também ouvimos os “jovens da favela” narrarem suas experiências, por vezes traumatizantes, com a Polícia Militar. Não foram poucas as vezes em que, nos grupos focais, os jovens se emocionaram ao falar dos parentes e amigos que haviam perdido

¹ Sobre essa experiência ver: *O Galo e o Pavão*, Novaes (2003)

na guerra entre facções criminosas, ou em incursões policiais; assim como nas dificuldades de se viver em um espaço socialmente estigmatizado.

Desta época, resta ainda uma outra lembrança em relação aos policiais do GPAE. Algumas vezes, quando chegamos ao CIEP Presidente João Goulart, localizado no Cantagalo, os “praças²” nos desejavam bom dia, e sempre nos ajudavam quando solicitávamos qualquer tipo de informação. Confesso que aquela experiência me causava estranheza, até mesmo porque eu nunca presenciara aquele tipo de comportamento vindo de policiais (bom dia senhor, boa tarde senhora, boa noite). Como “de fora”, apesar de estranhar aquelas atitudes eu não tinha nada a reclamar, mas mesmo assim procurava me manter afastado, bem diferente dos “de dentro”, cujas opiniões continuavam avaliando negativamente a polícia em geral e o GPAE em particular.

Nas últimas décadas, os moradores da cidade do Rio de Janeiro têm convivido com um problema social específico – as relações conflituosas entre policiais militares e jovens – que freqüentemente ganha destaque nas principais manchetes jornalísticas e mobiliza opiniões de vários setores da sociedade civil. As pesquisas que tratam da violência mostram que a partir do ano de 1980 houve um aumento progressivo nas taxas das mortes consideradas violentas; dentre elas o homicídio, de jovens entre 15 e 25 anos, do sexo masculino, e negros³. Esta “descoberta” remete a um problema específico dessa geração: a estreita associação entre juventude e violência, sejam os jovens autores ou vítimas. Na verdade, essa associação encontra-se presente no discurso de grande parte dos policiais que entrevistei.

Morei vinte e cinco anos em Petrópolis – Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro – e mudei-me para a cidade do Rio de Janeiro há cinco anos, com a finalidade de concluir meus estudos. Certamente a minha própria trajetória de vida influenciou de muitas formas a minha percepção sobre a relação conflituosa entre policiais e jovens na cidade do Rio de

² Policiais que ocupam postos de baixa patente na hierarquia da PMERJ.

³ Ver Minayo & Souza (1993)

Janeiro. Alguns pontos me aproximam de jovens negros e pobres que transitam pela cidade, e que são freqüentemente “alvos” de muitas abordagens policiais, mas outros me distanciam. Por não ser morador da favela, não sofri ou presenciei a “violência policial” tão comum nestes espaços, conforme noticiam os meios de comunicação de massa. Apesar de não ter diretamente qualquer parente ou amigo que tenha sofrido com a “violência policial”, como integrante da minha geração, eu já havia elaborado um discurso negativo sobre a Polícia Militar e, conseqüentemente, sobre os policiais. Como boa parte dos jovens de minha cidade, para mim, aqueles indivíduos, muitos dos quais jovens, com fardas, cassetetes e armas sempre em exibição, estavam incluídos na categoria “pessoas em quem não se deve confiar” e, portanto, eu deveria manter o máximo de distância possível sempre que os avistasse.

Sempre que via um policial ou uma viatura eu sentia medo, sobretudo porque eu não sabia se aqueles policiais eram “bandidos” ou de fato “policiais”; ou seja, em minhas representações os policiais ocupavam uma posição ambígua. O sentimento de medo era tão forte que ao avistar os policiais, o meu corpo tornava-se automaticamente “controlado”, na mesma hora mudava a maneira de andar, de gesticular e o olhar instantaneamente se desviava para não despertar nos policiais nenhuma “desconfiança” em relação a minha conduta, caso contrário, eu poderia passar por algum tipo de constrangimento. A causa desse medo pode ser encontrada no fato de que, na minha concepção, os policiais com suas fardas, cassetetes e armas sempre estavam associados à morte ou, no mínimo, a danos físicos, simbólicos e morais. De fato, partilhava do senso comum no qual a polícia não é vista como uma instituição que está nas ruas para proteger e servir a população, ou mesmo combater a violência, somente via-me como “público alvo” das ações policiais e, portanto, procurava manter-me afastado.

Além disso, na literatura, e muitas vezes na imprensa, está disseminada a idéia que a polícia é uma instituição racista. Assim, sentenças tais como: “a polícia é racista” e “cadeia no

Brasil é só para preto e pobre”, ao mesmo tempo em que avaliam e interpretam as ações da polícia em nossa sociedade e denunciam um tratamento desigual para negros e pobres, também revelam a existência de uma hierarquia social, onde o rigor da autoridade policial atinge os setores mais baixos e menos privilegiados.

É idéia corrente nos estudos sobre violência urbana a constatação de que a polícia é racista e que a cor é um fator importante para as pessoas serem consideradas “suspeitas” e, portanto, alvo freqüente das abordagens policiais. Na pesquisa que desenvolvi para dar suporte a esta dissertação, poucos foram os entrevistados que abordaram este tema abertamente. O fato de o antropólogo que os entrevistava ser negro provocou silêncio. Somente alguns policiais trataram o assunto abertamente, e confirmaram que nas abordagens a cor é um fator importante, mas sempre se referindo aos outros policiais e nunca a si próprios. A opinião mais geral era: “a polícia é o espelho da sociedade, então se ela é racista é porque a sociedade também é racista”. Entre as poucas opiniões coletadas sobre este assunto um entrevistado do 3º BPM – Méier, disse: “existe racismo de negro para branco, de branco para negro, de negro para negro”. Este mesmo entrevistado confirmou que não havia racismo “de branco para branco”, quando eu lhe perguntei. Outro entrevistado do 15º BPM – Caxias, disse que: “a sociedade é preconceituosa em relação a tudo, se a pessoa é pobre ou rico, negro ou branco, culto ou ignorante etc”. Apesar disso, não posso dizer que senti por parte dos entrevistados qualquer tipo de preconceito em relação a minha cor. Estar ali “vestido” com as identidades de antropólogo e pesquisador facilitou em parte a minha “aceitação”.

Enfim, a polícia nas grandes cidades brasileiras é uma instituição que indubitavelmente mobiliza as mais diversas opiniões, seja para condená-la ou absolvê-la, em parte ou totalmente. Dificilmente as pessoas ficam imparciais ao serem interrogadas sobre suas percepções em relação à polícia. Em muitas ocasiões, ao ser perguntado sobre o tema que estava desenvolvendo no mestrado, as reações das pessoas em relação ao meu objeto de

pesquisa demonstravam certo espanto. Era até mesmo possível perceber um questionamento: “Afinal porque ele está trabalhando com esse tema?” Em conversas informais com amigos pessoais e de outras redes sociais, eram comuns os relatos de constrangimentos sofridos em abordagens policiais, a demora nos atendimentos nas delegacias e, em alguns casos, “acertos” que tiveram que fazer com alguns policiais para se livrarem de maiores constrangimentos. Nessas conversas, nunca ouvi relatos em que os policiais fossem elogiados por suas ações. Tudo isso reforça a idéia de que prevalece uma avaliação negativa da polícia, especialmente entre os jovens.

Por isso mesmo resolvi olhar o mesmo problema de outro ponto de vista. Neste trabalho, os policiais são os sujeitos a serem ouvidos e analisados. Fiz um convite, que alguns aceitaram e outros não, para que narrassem suas histórias com diferentes segmentos de jovens. Ciente, é claro, que estas são frutos de momentos e situações específicas. A partir desta perspectiva, este trabalho pode ser considerado uma tentativa de compreender o significado que os policiais militares dão às suas ações, seus valores, sua visão de mundo. É uma tentativa de entendê-los em seus próprios termos (Goldenberg, 1997:33), procurando deixar fora “juízos de valor”, sem negar obviamente as evidências empíricas que apontam para práticas incongruentes com a vida democrática.

No Brasil, a tarefa de estudar os policiais não é simples. Sobretudo porque a polícia é uma instituição criada para “manter a ordem nas ruas”, controlando, vigiando e punindo as pessoas que não se enquadram nesta “ordem”. Deste modo, estamos acostumados a criticar a polícia em suas ações, às vezes compartilhando socialmente indagações e revolta em relação à sua atuação. Entretanto, raros são os trabalhos que buscam ouvir os argumentos dos policiais para suas ações, os dilemas a que estão submetidos em seu trabalho e mesmo as classificações por vezes contraditórias que costumam fazer. Não se trata de condenar ou absolvê-los, mas de buscar uma reflexão em que eles sejam autores de sua própria história.

É de meu interesse tratar o tema “violência urbana” dentro de um contexto específico que é a “relação” entre a polícia e os jovens, tendo a “violência policial” praticada contra jovens que transitam pela cidade como minha perspectiva de análise. Analisando o fenômeno da violência urbana, Machado da Silva (1993:131) afirma que a categoria “... ‘Violência Urbana’ é uma representação. Trata-se de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes. Neste sentido, a ‘Violência Urbana’ é uma descrição seletiva da realidade, e – recorrendo à terminologia weberiana – pode orientar práticas ‘racionais com relação a fins’ baseadas na definição, pelos atores, de suas respectivas ‘situações de interesses’...”.

Como já mencionei, entrevistar policiais militares na cidade do Rio de Janeiro não é fácil, especialmente nas últimas décadas em que a “violência urbana” vem aumentando progressivamente e contribuindo para acionar nos policiais, o que pode ser chamada de uma “lógica da desconfiança”, em relação à população que, por sua vez, influencia na construção e elaboração de um “discurso da suspeita” entre eles. Fernandes (1989:129), em sua pesquisa sobre as rondas policiais na cidade de São Paulo, revela que: “... em nome da luta contra o ‘banditismo’, a partir da década de 70, a cidade de São Paulo tornou-se espaço ocupado pelas práticas policiais das rondas. Elabora-se um ‘discurso da suspeita’ que pressupõe a divisão da população em dois grandes contingentes: o do cidadão e o do ‘inimigo’. As rondas encarregam-se de diferenciar, classificar, hierarquizar, controlar, vigiar e reprimir o espaço público das ruas...”.

Sabemos que os jovens, simplesmente por estarem nesta etapa da vida, têm maiores chances de serem considerados suspeitos quando comparados aos adultos, mas se associarmos gênero, cor e classe social, o grau de “suspeição” pode aumentar ainda mais, Ramos (2003). De fato, jovens negros, do sexo masculino e moradores das favelas têm mais chances de serem considerados “suspeitos” pela polícia do que jovens brancas e moradoras de áreas

socialmente mais valorizadas. Conclui-se assim, que a suspeita policial é motivada por critérios que levam em conta o gênero, a idade, a cor e o local de moradia.

Outros fatores concorrem para o distanciamento da polícia em relação à população, como por exemplo, os meios de comunicação, que numa competição por índices mais altos de audiência, visam mostrar o extraordinário e o espetacular em relação à ação policial. Na opinião dos policiais que entrevistei, são raros os casos em que a mídia apresenta o “lado bom da polícia”⁴, ou seus empreendimentos de sucesso. As notícias que focam a violência de maneira ampla e a “violência policial” de maneira particular tornaram-se mercadorias cotidianamente vendidas à população carioca. De fato, as representações construídas pela mídia, longe de serem enunciados neutros; tanto constroem representações acerca dos policiais, como orientam condutas e reafirmam estereótipos em relação a estes. Analisando televisão, enquanto objeto de reflexão sociológica, Bourdieu (1997:25) afirma que: “o princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico”. A meu ver, ao focar grande parte de sua atenção na “violência policial”, a mídia constrói a figura de um policial que se torna o arquétipo de todo policial militar – grosso, truculento, corrupto e violento – características imediatamente atribuídas aos policiais militares de um modo geral. Na luta pela audiência, a mídia conta a sua própria versão da história, construindo e manipulando representações sobre a polícia e sobre os policiais que de maneira nenhuma abrangem a variedade de indivíduos que integram a PMERJ⁵.

Se a “lógica da desconfiança” contribui para que os policiais se coloquem numa espécie de “sociedade particular” que classifica, hierarquiza e divide a sociedade entre

⁴A oposição entre o “lado bom” e o “lado mau” da polícia foi frequentemente citada nas entrevistas. Para os policiais entrevistados, não existem profissões boas ou más, mas todas têm o seu “lado bom” e o seu “lado mau”. Dessa forma, dizem que existem maus médicos, enfermeiros, engenheiros e policiais.

⁵ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

“cidadãos” e “inimigos”, tal lógica também dificulta o contato entre os pesquisadores e os policiais que constantemente se negam a serem entrevistados. Nesses casos a figura do mediador é imprescindível. Na pesquisa que desenvolvi, contei com redes de amizade e parentesco para aproximar-me de policiais.

Quando me referia aos jovens, nas entrevistas realizadas, os policiais os dividiam de acordo com os locais de moradia. De certa forma, o local de moradia dos jovens, do ponto de vista dos policiais define o status social e também as representações e práticas relacionadas a estes. Assim, os policiais os dividiam em: jovens da Zona Sul (também chamados de playboys), jovens da favela (na maioria das falas jovens envolvidos com o tráfico de drogas) e os jovens em “situação de rua” – também conhecidos como “meninos de rua” e considerados como um “problema” da polícia, sobretudo quando se encontram na Zona Sul. Segundo esta percepção, busquei analisar as representações dos policiais militares sobre os diferentes segmentos da juventude a partir dos seus locais de moradia. Busquei trabalhar com estas “imagens da juventude” a partir das classificações dos próprios entrevistados, buscando compreender seus significados e repercussões sociais. Certamente as oposições: Zona Norte, Zona Sul, Subúrbio, Favela, etc., para além de características meramente geográficas, devem ser entendidas como espaços de relações sociais em que tanto os jovens quanto os policiais estão inseridos; e que, portanto, são espaços sociais em que regras são socialmente compartilhadas, interiorizadas, construídas e desconstruídas.

Na visão de mundo dos policiais, as oposições entre os “jovens da favela”, os “jovens da Zona Sul”, os “jovens do Subúrbio”, os “jovens da Zona Norte” e os “meninos de rua” são utilizadas para mostrar as diferenças entre os jovens, e também marcam um mundo observado do ponto de vista masculino. Em nenhuma entrevista, jovens mulheres foram mencionadas pelos policiais como produtoras de violência, tampouco como “problema”. As jovens apareceram nas entrevistas muito mais como as causas de muitos “problemas” do que como

um grupo “problemático”. Alguns policiais compartilharam a idéia de que entre as causas que levam os “jovens da favela” a se envolverem com o tráfico de drogas está a de “terem as melhores mulheres dentro da favela”. Por outro lado, entre os “jovens da Zona Sul”, as jovens foram apontadas como motivo de muitas brigas em bailes freqüentados por estes.

Desta forma, é possível afirmar que a fala dos policiais se restringiu à chamada “juventude problemática”. Essas “imagens da juventude” estão repletas de significados que ajudam a compreender como os policiais classificam, hierarquizam e punem os jovens com os quais lidam em seu cotidiano, assim como elas refletem concepções mais gerais disseminadas pela sociedade.

O objetivo deste trabalho é compreender o ponto de vista dos policiais, levando-se em conta as percepções de violência urbana produzidas na interseção entre: a) os valores, os preconceitos, as ambigüidades e ambivalências presentes na sociedade brasileira atual, e no Rio de Janeiro em particular, e b) as especificidades inerentes à “profissão policial” que se revelam no mapeamento dos perigos da cidade e dos diferentes segmentos juvenis que nela circulam.

No capítulo I faço uma apresentação dos policiais – os sujeitos desta pesquisa. Procuo mostrar a motivação para inserção na polícia, suas diferentes percepções sobre o trabalho nas ruas, o trabalho administrativo nos batalhões, as diferenças entre os praças e os oficiais, a percepção sobre a violência, a percepção sobre os Direitos Humanos, os medos mais comuns que os entrevistados disseram sentir, e quais estratégias utilizam para se protegerem da violência da qual muitas vezes são alvos.

No capítulo II, através de histórias de vida, busco aprofundar minha análise, apresentando três policiais que podem ser considerados “informantes privilegiados”. Acredito que a partir destas trajetórias é possível um melhor entendimento da “visão de mundo” da categoria em questão. De certa forma, estes informantes expressam muitas das características

que encontrei em outras entrevistas, e que podem ser encontradas nos indivíduos que falam deste lugar social. A partir dessas histórias, podemos abordar questões como a diferença entre praças e oficiais, violência, virilidade, corrupção, etc., e torná-las mais inteligíveis.

No capítulo III, analiso as representações dos policiais sobre as juventudes na cidade do Rio de Janeiro. Nele, procuro abordar de que modo a localização geográfica influencia as representações e práticas dos policiais em relação aos jovens. Este capítulo revela algumas representações e práticas socialmente incorporadas, e que são acionadas de acordo com o espaço em que os policiais se encontram. Finalmente, nas considerações finais, retomo as indagações mais importantes da dissertação.

Finalizando esta introdução, é necessário enfatizar que os resultados obtidos nesta investigação têm abrangência reduzida, portanto não tenho a pretensão de que sejam generalizados para o conjunto dos policiais militares que trabalham na cidade do Rio de Janeiro, pois são idéias geradas a partir do estudo qualitativo de um grupo reduzido de policiais.

Capítulo I – Profissão polícia: estabilidade, violência e corrupção

1.1 O campo

A literatura que aborda a relação entre a polícia e a juventude no Brasil é escassa. Dentre as fases deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi certamente a mais desafiadora, principalmente porque tive grande dificuldade em encontrar trabalhos que focassem as representações dos policiais militares sobre a juventude, o que limitou a possibilidade de diálogo com a literatura disponível. Até onde consegui verificar, são poucos os trabalhos em que os policiais sejam os sujeitos da pesquisa⁶. Na maior parte das vezes, as narrativas dos policiais não são levadas em consideração. Muniz (1999:45) constata que: “... de fato, não é comum encontrar abordagens que façam aparecer os policiais como sujeitos de suas próprias ações ou que se mostram capazes de descrevê-los como atores que interpretam e decidem sobre as atribuições registradas nas leis e nas regulamentações institucionais. As leituras tradicionais, é preciso enfatizar, tendem a apresentar a polícia como ocupando um papel intermediário e seus integrantes como seres desprovidos de um saber próprio, de uma visão singular o seu lugar no mundo etc.”

No início do trabalho de campo, buscávamos uma melhor maneira de estabelecer o primeiro contato com os entrevistados; naquele momento considerávamos que uma aproximação “não institucional” seria a melhor solução, pois de outra maneira – através de autorização dos comandantes dos batalhões para realizar entrevistas, ou junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ) – corríamos o risco de esbarrar em uma burocracia que provavelmente dificultaria o desenvolvimento da pesquisa. Também acreditávamos que se as entrevistas fossem realizadas nos batalhões, sob o escopo da hierarquia militar, haveria mais chances destas serem “supervisionadas” tanto pelos

⁶ Uma exceção é o trabalho de Soares (2004) sobre a presença feminina nas PMs Brasileiras.

superiores, quanto por outros policiais, e isso colocaria em risco não só a liberdade dos entrevistados em narrar suas experiências com a juventude, mas a confiabilidade das informações prestadas. Apesar de todo esse cuidado, dois entrevistados preferiram realizar as entrevistas nos batalhões, isso ocorreu porque estes trabalhavam em serviços internos nos batalhões que estão lotados, e entrevistá-los naqueles espaços não modificou drasticamente as suas rotinas.

A entrada em campo só foi possível através de meus contatos pessoais em diferentes redes de sociabilidade (universidades, amizades, familiares). Estes foram imprescindíveis, sem os quais dificilmente as entrevistas seriam realizadas. A escolha por essa “entrada no campo” mostrou-se a mais eficaz para os objetivos da pesquisa. Notei que através da rede de sociabilidade⁷, os entrevistados se sentiam mais seguros, afinal de contas eu era apresentado como: “estudante”, “amigo”, “pesquisador”, ou seja, identidades que permitiram que a “lógica da desconfiança” fosse diminuída em relação ao meu trabalho. Realmente as fronteiras estabelecidas foram atenuadas, mas nunca completamente derrubadas. A cada entrevista essa lógica era acionada, e só diminuía com o passar do tempo. Uma pergunta inconveniente, ou feita na hora errada, poderia comprometer todo o desenvolvimento da entrevista. Nesses momentos, foi possível perceber o quanto a arte de pesquisar requer uma extrema sensibilidade, e o quanto os pesquisadores são obrigados a “caminhar no fio da navalha”.

O contato inicial com os entrevistados se dava por telefone, através do qual eu explicava o objetivo da pesquisa e os motivos que me levaram a realizá-la. Assim, se o entrevistado concordasse, posteriormente marcávamos um encontro em data e horário estipulados por ele. Em todos os casos, eu procurei me adequar ao horário do entrevistado, evitando ao máximo atrapalhar sua rotina de trabalho.

⁷ Este grupo de mediadores era composto de nove pessoas, dois homens e sete mulheres. Apenas um pertence ao meu ciclo de amizade da universidade, os demais são familiares e amigos que não são da universidade.

Apesar desta “entrada no campo” ter se mostrado muito eficaz aos propósitos da pesquisa, as recusas de alguns entrevistados foram inevitáveis, justificadas, na maioria das vezes, por “falta de tempo”. Em dois contatos que fiz pelo telefone, os policiais afirmaram que não estavam interessados em participar da pesquisa. Existiu ainda um caso em que o entrevistado, após ser consultado, em um primeiro momento manifestou vontade em participar, mas quando estabeleci o contato por telefone, ele disse que havia pensado melhor e não queria ser entrevistado, justificando: “já vi muita gente se ferrar dando entrevista”.

Após a qualificação do projeto de dissertação, seguindo sugestões da banca examinadora, retornei ao campo para completar o trabalho que havia iniciado. Nesse segundo contato nem todos os entrevistados foram encontrados, alguns haviam mudado de telefone e outros só forneceram o telefone de suas residências. Após inúmeras tentativas de encontrá-los, em diferentes dias da semana e horários alternados, e sem sucesso, fui obrigado a desistir de entrevistá-los novamente.

Por outro lado, algo que de fato me surpreendeu nas entrevistas que realizei, foi a “vontade” de alguns policiais em narrar suas experiências com a juventude. Estes relatos pareciam causar-lhes muito prazer. Acredito que as entrevistas lhes proporcionaram o momento de serem ouvidos, e de contar a sua própria versão da história em relação aos jovens com os quais lidam cotidianamente, pois estão cientes que eles são os seus maiores críticos. Algumas vezes, quando expliquei que já havia realizado pesquisa com jovens, e que estes relataram suas experiências com a polícia, alguns entrevistados me interrompiam afirmando: “eu tenho certeza que eles falaram muito mal da gente”. De certa forma, as entrevistas se transformaram em uma espécie de “revanche”. Nelas, os policiais puderam expor os seus argumentos, sua “visão de mundo” em relação aos jovens e a outros assuntos.

Antes de iniciar as entrevistas, pedia autorização para gravá-las, o que, na maioria dos casos, me foi recusada. Era possível perceber que a cada vez que pedia para gravar o nosso

“bate-papo” um silêncio tomava conta do ambiente, e aquela pergunta os colocava em uma situação “desconfortável”. Mesmo cientes de que a pesquisa tinha finalidade exclusivamente acadêmica, a recusa em gravá-la foi recorrente. Dentre as quatorze entrevistas que realizei, apenas quatro foram gravadas. Ao evitar a gravação, o que estava em jogo não era uma recusa em produzir qualquer informação sobre a relação entre a polícia e a juventude na cidade do Rio de Janeiro, mas a certeza de que as informações não deveriam “deixar vestígios” de quem as forneceu. As entrevistas não gravadas possibilitavam aos policiais uma situação mais confortável.

De fato, o uso do gravador faz parte das técnicas de pesquisa qualitativa tradicionalmente utilizada pelos cientistas sociais na coleta de depoimentos orais. Ao mesmo tempo, esta “invenção mecânica” produz meios para identificar e comprometer quem fala. Ali, esta técnica de pesquisa era uma ameaça ao anonimato dos entrevistados e colocava em dúvida uma “confiança” recém instaurada entre pesquisador e pesquisados. Queiroz (1991:57) afirma: “o gravador também é fonte de inibição para determinados informantes que, ao contrário, podem aceitar o registro escrito; este, portanto, não é somente relegado aos ‘cadernos de campo’, porém continua existindo para entrevistas que não seria possível obter de outra forma”. Foi exatamente isso o que ocorreu nas entrevistas, os policiais que se negaram a ter suas falas gravadas não fizeram qualquer objeção sobre as anotações que eu fiz no caderno de campo.

Nas entrevistas em que o gravador não foi utilizado, os policiais demonstraram estar mais soltos, as conversas eram mais descontraídas e não havia grande preocupação em relação às falas sobre os jovens. Essa situação permitiu que eles dissessem o que realmente pensam sobre os diferentes segmentos da juventude. Algumas condutas dos policiais, interpretadas como violentas em outros contextos, ali eram narradas sem qualquer preocupação. Por outro lado, nas entrevistas gravadas, as narrativas eram mais “contidas”, evitava-se criticar o

Governo, a política de Segurança Pública do Estado, os comandantes de batalhões, ou denunciar as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos nas ruas; o foco destas entrevistas era o dilema que enfrentam para manter a ordem social. Também focavam o quanto a interpretação da Lei algumas vezes prejudica o trabalho dos policiais nas ruas⁸.

Após cada entrevista não gravada, ia para um local tranqüilo que fosse possível transcrever tudo o que havia visto e ouvido no campo, buscando assim ser o mais fiel possível aos relatos dos policiais. Ao final do trabalho de campo, percebi que o fato de não ter gravado a maior parte das entrevistas se revelou um ponto positivo para os meus propósitos. Além do ambiente mais relaxado que estas possibilitaram, compreendi que certas falas só foram possíveis porque o gravador não foi utilizado.

Constatedei certos “discursos cristalizados” sobre as experiências cotidianas dos policiais com os jovens. As avaliações feitas da polícia, da política de segurança pública estadual, do seu papel enquanto policial e, em alguns casos, sua versão para a violência urbana carioca também eram em muitos pontos parecidas. O fato de meu interesse não estar focado a *priori* em mortes, crimes, assaltos, estupros, corrupção, etc, assuntos que fazem parte do “acervo policial”, surpreendeu grande parte dos entrevistados. Naquela época, ingenuamente acreditava que seria possível compreender as representações dos policiais sobre a juventude sem necessariamente tocar na violência, o que se revelou impossível. Percebi que de fato a “violência”, com todas as aspas que essa categoria exige, faz parte dos muitos elementos constitutivos da experiência de “ser policial”, e não tocar nesse assunto, me colocaria um passo atrás do grupo a que me propus estudar. Ao final de cada entrevista, perguntava o que o policial havia achado daquela experiência e alguns afirmaram que

⁸ Foi o caso de um policial do 15º BPM – Caxias, que certa vez presenciou um roubo de um cordão de ouro de uma senhora por dois “menores de rua” no Flamengo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O entrevistado disse que a senhora havia lhe pedido ajuda, pois acabava de ter o cordão de ouro roubado, este saiu correndo atrás dos menores e apanhou um deles com o cordão. Ao voltar para o local onde a senhora o havia abordado, esta já não se encontrava mais no local e o policial foi obrigado a soltar o menor, pois segundo a lei “se não há vítima, não há crime”. Perguntei o que ele havia feito com o cordão e ele disse que levou o cordão para o prédio onde suspeitava que a senhora trabalhava. Este caso é interessante porque o policial disse que quem presenciou a cena, logo pensou que ele fosse ficar com o cordão, mas por isso mesmo ele fez questão de entregar.

imaginavam que eu queria saber sobre “outras coisas”. Mesmo sem perguntar, narrativas relacionadas à violência urbana surgiam espontaneamente.

Por outro lado, percebi também que alguns policiais tinham a expectativa de que as entrevistas servissem para denunciar as condições precárias a que são submetidos os policiais militares em uma cidade com altos índices de “violência”, como é o caso do Rio de Janeiro. Situações como, armamentos enferrujados, coletes que estão fora do prazo de validade, salários defasados, etc., eram relatados por quase todos os policiais. Por isso, talvez, algumas falas converteram-se em instrumentos de denúncia ao Governo Estadual, aos comandantes dos batalhões e à estrutura social que não dá direitos iguais a todos. Isso explica em parte a relutância em gravar as entrevistas, pois dessa forma os policiais podiam “denunciar” sem se “identificar”. Alguns policiais tinham mesmo a expectativa de que aquele depoimento poderia interferir na realidade que estavam descrevendo, o que me obrigava a reforçar o objetivo da pesquisa junto aos entrevistados a todo o momento.

As entrevistas foram realizadas em muitos bairros da cidade do Rio de Janeiro e nos mais diferentes ambientes: cabina policial, hospital, campo de futebol, igreja evangélica e em uma tradicional confeitaria situada no centro da cidade. Nessas idas e vindas, pude constatar uma peculiaridade bastante comum aos entrevistados, principalmente entre os praças: a maioria não reside próximo aos batalhões que estão lotados e, algumas vezes, costumam residir em outro município. Essa pode ser considerada uma estratégia que os entrevistados utilizam para evitar ao máximo serem identificados como policiais nas localidades em que residem, pois isso colocaria em risco, não só os próprios, como também seus familiares. De fato, muitos policiais militares, sobretudo os praças, residem em locais onde a presença do Estado é menor, e, por contraste, há um maior predomínio do tráfico de drogas. O poder do tráfico de drogas faz com que os policiais que residam nestes locais, se utilizem de estratégias para aumentar a própria segurança e de seus familiares. Alguns policiais entrevistados

residem em favelas ou em áreas próximas a estas e, por isso, mesmo escondem suas carteiras de polícia; e também estão submetidos aos silêncios impostos aos moradores destes locais. Voltarei a este ponto mais adiante.

Para realizar este trabalho foram entrevistados policiais de diferentes batalhões, inclusive cinco que estão lotados em batalhões localizados fora do município do Rio de Janeiro. Assim, um policial entrevistado está lotado no 34º BPM – Magé, outro está lotado no 35º BPM – Itaboraí, há ainda um terceiro que está lotado no 15º BPM – Caxias e um quarto lotado no 12º BPM – Niterói e, por fim, um quinto policial que está lotado no 24º BPM – Queimados. O que estes policiais têm em comum com os demais é que todos os praças para complementar a renda familiar fazem segurança particular, pois dizem que não têm como sobreviver somente com o salário de policial. Dessa forma, pude entrevistá-los nos locais em que estes se encontravam fazendo segurança privada. Este “serviço extra” é realizado nos mais diferentes locais como, por exemplo, boates, prédios privados, casas noturnas, casas particulares, etc. Também nestes “extras”, os policiais estão em constante movimento pela cidade, aumentando assim as possibilidades de contato com diferentes segmentos juvenis. Neste sentido, é importante perceber que a experiência que informa suas representações e práticas, também está marcada pelo “serviço extra” quando se encontram sem farda.

1.2 Estabilidade, acessos e gratidão

Entre os entrevistados, foi recorrente a afirmação que: a escolha em seguir a carreira militar ocorreu porque se encontravam desempregados – problema comum aos jovens de diferentes gerações – e viram na estabilidade do emprego público um fator preponderante para optarem pela carreira militar em detrimento das demais. Praticamente todos os entrevistados, com exceção apenas de um que disse ter sido influenciado por seus familiares, informaram ser

estes os dois motivos centrais da escolha pela carreira militar, e não por uma possível “vocação” para ser policial. O emprego na polícia possibilitou-lhes constituir família, assumir responsabilidades e projetar um futuro melhor. Mesmo os policiais mais antigos alegaram que a estabilidade foi a maior motivação para a “escolha” da carreira na Polícia Militar.

Essas informações demonstram que o desemprego enquanto “problema social” vem atingindo diferentes gerações de jovens no Brasil. Os jovens são os mais atingidos pelo desemprego, porque destes é cobrada uma experiência e qualificação que não possuem e, dessa forma, o emprego público torna-se uma saída que os jovens buscam para o acesso ao “mercado de trabalho”. Sansone (2002:518) observou que: “... historicamente, a PM tem sido um veículo importante de mobilidade social para os afro-brasileiros, do mesmo modo que vários outros tipos de ‘empregos de uniforme’...”. De fato, a PMERJ é um importante veículo de mobilidade social, mas ela também reproduz a hierarquia social existente na sociedade mais ampla. Para muitos policiais, principalmente entre os oficiais, o emprego público proporcionou uma mobilidade que dificilmente teriam em outra profissão.

“Eu devo à polícia tudo que eu tenho. Se hoje eu tenho um apartamento no Flamengo, eu devo agradecer a polícia, está certo que é um apartamento financiado, mas eu estou pagando ele aos poucos, é meu. Hoje em dia, eu posso morar num lugar legal, mas a maioria dos policiais aqui não tem essa mesma oportunidade, a maioria mora em Campo Grande, na zona oeste. Hoje, tudo que eu tenho, e conquistei, devo agradecer à polícia, por isso eu tenho o maior orgulho da polícia. Eu vim de família humilde, mas meus pais conseguiram me dar o mínimo para que eu chegasse onde estou. Hoje em dia, o que eu vejo é que os jovens não têm o mínimo para alcançarem os seus objetivos, mas eu tive essa oportunidade e agradeço à polícia essa chance⁹”.

Na fala deste entrevistado, é possível constatar o sentimento de gratidão em relação à PMERJ. Para ele, a polícia possibilitou sua mobilidade social e, mesmo sendo de família humilde, hoje pode morar “num lugar legal”. Observem que este “lugar legal” encontra-se na

⁹ 2º Tenente, 29 anos. BOPE (Batalhão de Operações Especiais). 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

zona sul da cidade. O entrevistado deve tudo o que tem à polícia, mas reconhece que não são todos os policiais que têm essa mesma oportunidade. Como veremos mais adiante, a polícia reproduz o modelo social mais amplo, a diferença entre os praças e os oficiais demonstra a verticalidade da hierarquia militar. Desse modo, a aparente homogeneidade que a PMERJ elabora perante a sociedade obscurece as diferentes visões dos policiais “de dentro” em relação aos “de fora”¹⁰.

O desemprego e violência oferecem bons elementos de comparação entre os policiais e os jovens, até mesmo porque muitos policiais podem ser incluídos na categoria de jovens, apesar de em alguns casos não se considerarem enquanto tal. Analisando os “problemas juvenis” segundo os próprios jovens, Venturi & Abramo (2000:29) concluíram que os principais problemas do país, segundo os jovens, são: 47% desemprego, 40% violência, 26% administração política do país, 23% fome/miséria, 11% educação e 10% drogas. Na atualidade, os dois maiores “problemas sociais”, segundo os jovens, são o desemprego e a violência. A julgar pela trajetória de nossos entrevistados, o desemprego revela uma peculiaridade comum tanto aos jovens, quanto aos policiais, principalmente porque a polícia tem em seus quadros uma corporação relativamente jovem.

Apesar de o desemprego e a estabilidade serem os dois motivos mais citados pela escolha da carreira militar e não a “vocação”, muitos policiais acabam percebendo outras vantagens da profissão. Não foram raros os depoimentos em que afirmaram que na polícia podem ajudar as pessoas, e que   muito gratificante poder prestar uma informa o correta, poder socorrer alguém que foi assaltado, alguém que foi atropelado, etc. Ainda que afirmem que a popula o não reconhece o esforço que fazem para “manter as coisas sob controle”, muitos foram os relatos em que os policiais disseram ter ajudado as pessoas e não receberam sequer um obrigado em troca. Segundo eles, as pessoas deveriam retribuir ao menos com um

¹⁰ Ver o item 1.3 deste capítulo.

obrigado. Nesta perspectiva, encontra-se disseminada entre eles a noção de dar, receber e retribuir (Mauss, 1974). Do ponto de vista dos policiais, é possível dizer que eles sabem perfeitamente que são alvos de duras críticas da população, somam-se a isso, os salários defasados, os armamentos obsoletos e ainda a constante vigília sobre suas ações. A situação em que vivem contribui para que os policiais se revoltem e se isolem cada vez mais.

Muitos policiais, sobretudo os mais jovens, dizem não saber fazer outra coisa na vida e em alguns casos relatam o gosto pela atuação em favelas. No entanto, muitos foram os relatos em que ressaltaram as dificuldades em viver e trabalhar numa cidade como o Rio de Janeiro, que sofre com o progressivo aumento da “violência urbana”. Nestes relatos, as favelas são identificadas como foco de bandidos, marginais, vagabundos e das “classes perigosas”. Talvez isso justifique a preferência de atuação em favelas, já que quando inseridos em tais espaços, sua adrenalina atinge altos níveis. Na polícia os atributos associados à juventude tais como: saúde, vigor físico, boa forma física e disposição são bastante valorizados. Nesta perspectiva, ser jovem, em oposição à velhice, é estar mais longe da morte, tempo de experimentar fortes emoções e, no caso dos policiais jovens, é o momento de estarem “prontos e operantes para qualquer missão”. Segundo Muniz (1999:191): “na cultura policial das ruas uma das fantasias expressas é a de que ser policial é, em alguma medida, permanecer ‘sempre jovem’ e, por isso mesmo, ‘mostrar-se um [homem] forte’, potente e viril diante dos desafios a serem enfrentados”. A meu ver, falas como “eu gosto de atuar em favelas” expressam a virilidade, potência e disposição imediatamente associados à condição juvenil de alguns policiais.

Por outro lado, entre os policiais mais velhos a “experiência” é uma qualidade muitas vezes lembrada. É possível afirmar que há entre os policiais mais novos uma verdadeira “veneração” em relação aos policiais mais velhos. É comum dizerem “quando o mais velho fala é melhor você encostar perto, porque algum conselho de bom você tira daquela

conversa”. Entretanto, a revelação da idade, do ponto de vista dos policiais mais velhos era um fator de grande constrangimento, por isso freqüentemente a escondiam. Algumas vezes, quando perguntava a idade dos entrevistados, aqueles policiais que haviam passado dos seus trinta anos esquivavam-se da resposta. Com o passar do tempo, comecei a notar que esta pergunta, assim como outras também provocava silêncios, principalmente para os policiais que se encontram numa posição ambígua, uma vez que já não são jovens e ainda não chegaram a serem considerados “velhos”.

São os policiais de baixa patente que estão em confronto direto com o crime nas ruas da cidade. De fato, são eles que têm menos tempo de descanso, a ajuda psicológica é precária, os salários são em sua maioria defasados; obrigando-os a fazer segurança particular para completar a renda familiar, o que muitas vezes torna-se uma atividade perigosa, à medida que a maior parte das mortes entre os policiais ocorre fora do serviço, conforme afirmaram alguns entrevistados. Entre os praças, são os policiais mais novos na hierarquia militar que estão constantemente presentes nas ruas em contato direto com o “crime”, maximizando as chances de confronto e, por conseqüência, as de morte. Desse modo, diagnosticam a situação em que vivem com falas tais como: “a polícia é uma categoria em extinção”. A situação em que vivem coloca-os em uma situação de constante *stress*, como relata um entrevistado:

“Ainda digo uma coisa para você, quando você vê morte de polícia, um índice grande de morte de polícia é fora do serviço, na segurança, então o cara trabalha na segurança um dia, um bico no outro, e quase não fica em casa, aí o que vai acontecendo com o indivíduo? O indivíduo vai ficar socialmente e familiarmente, ele vai ficar uma pessoa estranha, ele fica estranho com a família, ele fica estranho com os amigos e com a sociedade, e ele acaba se descolando de um perfil social, ele se individualiza, o grupo dele é só o grupo da polícia, e isso causa uma dificuldade muito grande, isso causa um trauma na família, afasta os amigos e há uma transformação muito grande. O envolvimento direto com essa coisa, a cabeça do indivíduo vai sofrendo uma mudança,

ele acaba se estressando, as necessidades vão crescendo e acaba nisso que a gente está hoje ¹¹”.

A situação relatada pelo entrevistado, de certa forma, é recorrente no discurso de muitos policiais militares. De fato, existe a idéia entre eles da necessidade de união entre os policiais para combater a “violência” de que são alvos. Assim, é comum andarem em grupo para se proteger. Quando saem dos batalhões, freqüentemente saem juntos; pois, um dá proteção ao outro, o mesmo pode acontecer em momentos de lazer com famílias que sejam próximas. Para os policiais “estar em grupo”, é uma estratégia para se protegerem da violência, afinal, ele é uma pessoa que “saiu da sociedade” e, portanto, convive com os mesmos problemas tais como: “violência”, “desemprego”, “vítima de roubos”, “vítima de homicídio”, etc.

Pode-se dizer que os policiais, buscando demonstrar a importância que têm para o funcionamento social, compartilham de uma espécie de “teoria do caos”. Foi essa a idéia que utilizaram para reafirmar sua importância em manter as coisas em “ordem” e sob “controle”. Para muitos, se as atividades da polícia parassem por apenas um dia no Rio de Janeiro a “sociedade viraria um caos”, explosões de violência tomariam conta da cidade e a barbárie voltaria à cena. De acordo com um entrevistado¹², viveríamos um processo de total “anarquia”, pois haveria “assaltos a bancos”, “assaltos a agências de turismo”, “ônibus queimados”, “assaltos a pedestres”, “a bandidagem descendo os morros”, etc. Os policiais que compartilham dessa idéia maximizam a “violência” para ressaltarem a sua importância social. Com isso, eles exaltam a importância de suas atividades e reificam o modelo de polícia ostensiva, abrindo a possibilidade de utilizarem mais “violência” em nome do combate à “violência”. Desse modo, os discursos de que são necessárias armas com maior poder de fogo,

¹¹ 2º Sargento, 45 anos. Corregedoria de Polícia. 24 anos de serviços prestados à PMERJ.

¹² Soldado, 36 anos. 34º BPM – Magé. 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

viaturas, coletes etc; ou seja, equipamentos mais potentes para o combate a criminalidade, ganham força entre eles.

1.3 Oficiais e praças

É notório que a hierarquia militar produz diferenças entre os policiais que se encontram no topo e os que se encontram na base. Nas entrevistas, os praças não só abordaram a diferença entre eles e os oficiais, mas teceram duras críticas à hierarquia militar e a posição que nela ocupam. Se os oficiais em suas falas ressaltam o sentimento de gratidão à PMERJ, os praças não fazem o mesmo. No ponto de vista destas, a hierarquia militar produz uma divisão do trabalho desigual. A principal crítica dos praças é em relação à promoção que propicia aos oficiais uma ascensão mais rápida na hierarquia militar, mas isso não é notado simplesmente pelos praças, os oficiais também têm plena noção da posição que ocupam e das diferenças entre eles e os praças, mas dizem que não têm como mudar essa situação. A hierarquia militar também produz uma divisão desigual do trabalho, dessa forma, a tarefa de patrulhar as ruas é função predominantemente dos praças. Já os oficiais, em sua maioria, se restringem aos serviços administrativos nos batalhões e, poucas vezes, estão em contato mais direto com a população, o que diminui significativamente as chances de serem “alvos” de violência no trabalho. De fato, são os praças que estão mais expostos aos perigos nas ruas da cidade. Nenhum oficial que entrevistei fazia trabalho nas ruas cotidianamente, somente algumas vezes, dependendo da importância da operação é que suas presenças eram necessárias. Pode-se assim afirmar que a tarefa ostensiva de policiar as ruas da cidade cabe na maior parte das vezes aos praças.

Realmente muitos pontos separam os praças dos oficiais e refletem a verticalidade das patentes. Dentre eles, foi possível identificar as percepções dos policiais que estão nas ruas e dos que estão realizando serviços administrativos. Para um policial que entrevistei, e que

freqüentemente está nas ruas realizando a rotina ostensiva de patrulhamento, o policial que está no batalhão acredita que os que estão nas ruas “estão roubando”, “arrumando dinheiro mole nas ruas”. E, como não poderia deixar de ser, ele também quer levar alguma vantagem dessa situação:

“Ele [o policial que está no batalhão] pensa assim: ‘pô, o cara está trabalhando numa RP, no DPO ele está ganhando dinheiro mole na rua abordando carro, abordando vagabundo, pegando vagabundo com dinheiro, com arma, com drogas, extorquindo vagabundo, então ele também tem que dividir comigo’. O cara que trabalha na administração muitas vezes pensa isso, muitas vezes ele quer te extorquir para que você permaneça num DPO, para que você permaneça em um determinado local de trabalho que é bom para você, porque mora perto, dentro da possibilidade que você tem por gostar de trabalhar lá, ele acha que você está ganhando dinheiro, e para você permanecer tem que dar dinheiro para ele. Aconteceu um caso recentemente aqui no batalhão de um major que ele extorquia mesmo, ele exigia ‘quer ficar no DPO é X’, se você não quiser não tem problema. Eu estou precisando fazer um churrasco, minha filha vai fazer aniversário, a cerveja tem que ser Skol, estou precisando de umas varas de vergalhão para fazer a minha casa, estou precisando de cimento para terminar a minha casa, agora cabe a você, quer ficar no DPO? Ótimo, agora fique sabendo que eu estou precisando disso e se você não der, você sai e se der fica.”¹³

Este depoimento revela as diferentes maneiras de pensar dos policiais que estão dentro dos batalhões em relação aos que estão nas ruas fazendo patrulhamento ostensivo. A partir dele, é possível perceber o quanto a lógica da punição é acionada se as regras não verbalizadas não forem seguidas. A sentença é decretada de maneira categórica “se não der dinheiro, não fica”, afinal “todos” precisam se beneficiar da “facilidade de ganhar dinheiro mole nas ruas”. A transferência para outro batalhão com maiores riscos de confrontos e, portanto mais perigoso – *bateau-mouche* na linguagem dos policiais – é encarada como uma forma de punição entre eles. Na percepção dos policiais, migrar para outro batalhão significa ter que fazer novas redes de sociabilidade e novos contatos.

¹³ Idem

A crítica dos praças em relação aos oficiais prossegue. Constantemente eles acusam os oficiais de só estarem preocupados em manter as “aparências” na polícia e uma boa imagem desta perante a população. Para manter essa “aparência”, as viaturas precisam estar sempre limpas, pouco importando se elas estiverem com os bancos rasgados e sujos ou em péssimas condições de funcionamento. Segundo os próprios policiais, nos batalhões não há um setor responsável por fazer manutenção nas viaturas, muitas vezes as marchas estão quebradas, o que obriga aos policiais a andarem muitas vezes em alta velocidade, muitas viaturas estão sem motor e outras não podem ser desligadas e acabam rodando 24 horas por dia. Todas essas condições contribuem para que, com o passar do tempo, elas se deterioreem cada vez mais.

Se os praças teceram duras críticas em relação aos oficiais, o mesmo não ocorreu entre estes. Do ponto de vista dos oficiais, não houve críticas em relação aos praças. Ao que tudo indica, eles compreendem bem as desigualdades que a hierarquia militar impõe aos que estão em sua base, mas não dispõem de elementos para mudá-las. As falas dos oficiais apontaram para as dificuldades que os praças enfrentam, tanto na polícia quanto fora dela. Muitos policiais moram em regiões onde a presença do Estado é menor e, portanto, estão mais expostos aos perigos inerentes à profissão. O fato de serem policiais pode colocá-los em situações críticas, pois se suas identidades forem descobertas, estão colocando em risco suas próprias vidas, assim como a de seus familiares.

Todavia, em alguns pontos, as falas dos praças e dos oficiais se assemelham. As definições do que é ser um “bom policial” ou um “mau policial” é um ponto que compartilham. Tanto os praças quanto os oficiais acreditam que na PMERJ há bons e maus policiais, mas segundo dizem isso é comum em qualquer profissão e com a polícia não poderia ser diferente. O “bom policial” é considerado aquele que cumpre a Lei, o dever, aquele que põe em prática tudo o que aprendeu nos cursos de formação, o que sabe a linha divisória entre o “bandido” e o “ser humano”, aquele que é uma pessoa equilibrada

emocionalmente e espiritualmente, que sabe tomar as decisões corretas, em suma, aquele que é comprometido com a sociedade, com a família e com as Leis.

O “mau policial” é aquele indivíduo que não tem princípios, é descompromissado com todas as coisas, que só pensa em dinheiro, que só quer saber de mulheres, bebidas, carros, que só quer ficar rico, que só quer prazer, que não divide entre o certo e o errado, e para ele tudo é válido. É interessante notar que muitas das críticas atribuídas aos “maus policiais” se assemelham às críticas sobre a juventude contemporânea. Da mesma forma que os “maus policiais”, os jovens foram criticados por uma postura hedonista, egoísta e individualista. Esses “valores” entre os policiais não são bem vistos, sobretudo porque a natureza de seu trabalho aponta para valores contrários aos atribuídos aos “maus policiais”, posturas individualistas e egoístas são consideradas ruins, à medida que enfrentam situações perigosas e um policial necessariamente precisa do outro. Entre os policiais, o adágio popular “um por todos e todos por um” ganha significativa importância.

1.4 Sobre os Direitos Humanos

No Brasil, é disseminada entre certas camadas da população a idéia que os Direitos Humanos favorecem principalmente os “bandidos”. Caldeira (1991:162) mostra que o debate sobre os Direitos Humanos no Brasil ganha força no processo de abertura política defendida por muitos setores da sociedade. A autora revela ainda que a partir de um certo momento “da reivindicação democrática central no processo da chamada abertura política, os Direitos Humanos foram transformados, no contexto das discussões sobre criminalidade, em “privilégios de bandidos” a serem combatidos pelos homens de bem”.

De fato, a idéia de que os Direitos Humanos favorecem os “bandidos” ganha ainda mais força entre os policiais. Essa opinião é comungada entre os policiais em geral e, nesse ponto, não há diferença expressiva entre praças e oficiais. Todos eles consideram em maior ou

menor grau os Direitos Humanos como “privilégios de bandidos”, ao passo que eles, que se dizem “protetores” da sociedade, pois “mantêm as coisas em ordem”, não possuem acesso a muitos desses direitos. Nesta perspectiva, os policiais lançam luz sobre si mesmos, pois afirmam que os representantes dos Direitos Humanos se preocupam exclusivamente com os “bandidos”, que cometem os crimes mais bárbaros, e os policiais que cotidianamente arriscam suas vidas em prol da sociedade não recebem a menor atenção dos representantes dos Direitos Humanos.

Com esta crítica, está aberto o caminho para a oposição: polícia versus bandido. Em muitas falas os representantes dos Direitos Humanos foram avaliados negativamente em sua atuação porque, segundo os policiais, se houver algum indício de que alguém foi morto por um policial militar, logo os defensores dos Direitos Humanos aparecem para averiguar o que ocorreu, mas quando algum policial é morto em serviço, dificilmente alguém ligado à Secretaria de Direitos Humanos aparece para averiguar o que aconteceu com ele. Muitos policiais se sentem desprestigiados quando se comparam aos “bandidos”, principalmente porque estes, por se encontrarem numa situação de marginalidade, recebem benefícios que para os policiais são indevidos, afinal eles são os “bandidos” da história e não os mocinhos. A tabela abaixo mostra os pontos positivos e negativos sobre os Direitos Humanos narrados pelos policiais.

**Percepção dos entrevistados sobre a expressão Direitos Humanos e sobre os
“defensores dos Direitos Humanos”**

NEGATIVOS	POSITIVOS
O policial é queimado dentro de carro, esquartejado, agora porque não se preocupar com isso também.	O problema não está nos Direitos Humanos e sim na parte social por parte do Estado.
Deveria ser para pessoas que são consideradas humanas, mas humano no sentido de fazer o bem e não o mal.	São válidos para algumas coisas.
Estão sendo aplicados de forma equivocada, pois está beneficiando o mal e desrespeitando o lado do bem.	
Se fosse para todos seria ótimo. Para os bandidos têm, mas você não vê para policiais.	
É responsável por tornar o delinquente mais forte, porque ensinam os seus direitos e este age amparado pela lei.	
Para a polícia não existe DH. Eu nunca vi o Viva Rio, com essa pomba da paz, no enterro de um policial.	
Só olham para o lado dos bandidos. Será que o policial também não deveria ter uma atenção dos DH?	
O pessoal dos DH deveriam levar um tiro na cara, porque para a polícia não existe DH. Ser policial é ser herói.	
São uma máfia que dão direitos aos bandidos. Bandidos têm que ir para a cadeira elétrica ou levar injeção letal.	
As pessoas que trabalham nos DH são horríveis, as piores do mundo. Não deveria existir DH para bandidos.	

Em enterros de policiais não comparecem a comissão de DH. No Brasil só é visto os direitos dos vagabundos.	
As ONGs, não têm que se meter em política. Deveriam exigir das autoridades que prendessem os bandidos que matam os policiais.	

Na 1ª tabela, obviamente, é possível constatar o predomínio da visão negativa sobre os Direitos Humanos. Outro ponto que chama particularmente a atenção é a associação entre Ongs e Direitos Humanos. As Ongs estão longe dos policiais porque sequer apóiam as famílias daqueles que morrem “cumprindo o seu dever”. Neste momento, ao expressarem este tipo de indignação, os policiais se aproximam de outras camadas da sociedade, que embora não elogiem a polícia, concorda com ela na afirmação de que os Direitos Humanos ao invés de ficarem ao lado dos “mocinhos” favorecem os “bandidos”.

Na 2ª tabela, alguns poucos policiais manifestaram a idéia da necessidade dos Direitos Humanos, contrariando a maioria dos depoimentos. Para eles, os Direitos Humanos estão sendo aplicados de forma errada, pois estão beneficiando o “lado mau” e desrespeitando o “lado bom”. Aqui, temos um ponto interessante, uma vez que o “lado bom” não inclui toda a polícia. Ou seja, através desta oposição entre o “lado bom” e o “lado mau”, reconhece-se que em todas as profissões existem o “lado bom” e o “lado mau”, e na polícia não seria diferente.

“Eu acho que os Direitos Humanos deveriam levar um tiro na cara, porque para a polícia não existe Direitos Humanos, agora para bandido existe, quando morre um policial não vem nenhum deles ao nosso favor. Então eles deveriam levar todos um tiro na cara, você se lembra do policial que levou aquele bandido na Rocinha dentro de um carrinho de mão? Pois é, ele foi afastado, estava tentando ajudar o bandido que estava trocando tiros

com a polícia e mesmo assim foi punido, por isso que eu acho que ser policial é ser herói, porque as coisas não estão fáceis¹⁴”.

Na fala acima, o entrevistado reconhece que os Direitos Humanos nunca ficam do lado da polícia, especialmente porque em seu ponto de vista, os direitos só existem para os bandidos e inexistem para os policiais. No entanto, em certas situações, o sentimento de rancor em relação à atuação dos representantes dos Direitos Humanos é ampliado. A própria fala do entrevistado revela um bom exemplo disso. O relato sobre o policial que tenta ajudar um “bandido” na Rocinha, que antes havia trocado tiros com a polícia, levando-o em um carrinho de mão para prestar-lhe socorro, e foi punido; expressa um profundo rancor do entrevistado sobre a atuação dos Direitos Humanos. A punição do policial, do seu ponto de vista injusta, deixa nosso entrevistado muito nervoso. Para ele, o bandido deveria ter sido deixado à própria sorte, afinal ele estava trocando tiros com a polícia e por isso mesmo não merecia ser ajudado e mesmo o policial buscando, à sua maneira, fazer a coisa certa, foi punido. Talvez por isso mesmo o entrevistado tenha sido taxativo em sua opinião sobre os Direitos Humanos: “eles deveriam levar todos um tiro na cara”.

Outro depoimento:

“Os Direitos Humanos dão liberdade demais ao marginal, ao bandido, pois facilita a punição do policial. Eu acho que os Direitos Humanos são uma máfia que dão direitos aos bandidos. As pessoas dizem que os Direitos Humanos são ótimos, maravilhosos, mas o cidadão que paga os seus impostos não é valorizado. O bandido tem muitas regalias, ele tem salinha de musculação, come salmão. Ano passado, dos aproximadamente 1580 presos que saíram do presídio no Natal para VPL (visita periódica ao lar), sabe quantos não voltaram? 1500 meu amigo, então não dá para entender. Hoje em dia você se casa, constrói uma família, trabalha duro para ter conforto e chega um bandido que não trabalhou nada, ele mata, rouba, etc. Então eu acho que o bandido tem de ir para a cadeira

¹⁴ Soldado, 31 anos de idade. 12º BPM de Niterói. 4 anos de serviços prestados à PMERJ.

elétrica ou dar nele uma injeção letal, pois não faz falta à sociedade, ou então fazer trabalho forçado. Eu sempre digo, polícia é polícia e bandido é bandido¹⁵”.

Este trecho do depoimento aciona categorias que já foram percebidas no anterior. Entretanto, é possível perceber mais uma característica associada aos representantes dos Direitos Humanos: “eu acho que os Direitos Humanos são uma máfia que dão privilégios aos bandidos”. Se no depoimento anterior os representantes dos Direitos Humanos deveriam “todos levar um tiro na cara”, nesse depoimento o que chama a atenção é que novamente há uma associação entre Direitos Humanos e privilégios de bandidos. Desse depoimento é possível tirar algumas considerações importantes. Primeiro, o entrevistado fica indignado pelo fato de os “bandidos” terem regalias como “salinha de musculação” e “comer salmão”; para ele, isso é uma situação que não deveria acontecer, uma vez que o cidadão comum que paga os impostos na maioria das vezes não tem acesso a essas regalias. Segundo, o entrevistado considera um absurdo o preso ter VPL (visita periódica ao lar), pois isso também é visto como um privilégio que os presos não deveriam ter, pois eles costumam não retornar à cadeia.

Outro ponto importante é que este entrevistado defende abertamente a pena de morte. Em sua opinião, o bandido que entra em uma casa que não ajudou a construir, rouba e mata deveria ir para a cadeira elétrica ou levar uma injeção letal, já que não faz falta à sociedade ou no mínimo esse bandido deveria ser forçado a realizar trabalhos forçados. Ou seja, se não é possível matá-lo, deve-se no mínimo escravizá-lo, pois apenas privá-lo de sua liberdade, muitas vezes, pode ser interpretado como um privilégio que os “bandidos” não deveriam ter. Podemos inferir que nessa fala, os Direitos Humanos são considerados um luxo que os “bandidos” não deveriam ter de forma alguma. Esse ponto é particularmente interessante, porque abre caminho para uma outra reflexão relacionada aos Direitos Humanos.

¹⁵ 3º Sargento, 38 anos de idade. ESPM . 15 anos de serviços prestados à PMERJ.

A partir das falas dos policiais, é possível afirmar que esses se sentem atingidos diretamente pelo debate sobre os Direitos Humanos. As falas expostas acima associam os Direitos Humanos a privilégios de bandidos, pois não são percebidos como direitos dos cidadãos em geral e dos policiais em particular. Essa pode ser considerada uma primeira grande crítica que os policiais fazem aos representantes dos Direitos Humanos que, segundo eles, deveriam expandir os direitos a todos e não concentrá-los em um único grupo. Também é possível afirmar que as falas acabam por questionar o próprio conceito de “ser humano”. Assim, os policiais manipulam o conceito “ser humano” conforme seus interesses particulares. Ao que tudo indica, para os policiais considerarem que bandidos que praticam crimes vistos como bárbaros e perversos estão incluídos na mesma categoria (ser humano) que eles, lhes causam certo horror. As falas abaixo esclarecem melhor este ponto:

“Eu acho o seguinte sobre os Direitos Humanos. Olha a definição de ser humano é aquela pessoa que nasce, tem duas pernas, cabeça, raciocina. Então tem que trabalhar esse conceito, porque o cara que entra numa casa, estupra a filha, degola a mãe, faz o pai presenciar aquilo tudo, constrange ele de certa maneira, rouba; enfim, faz o que for, depois é pego e é considerado humano, que é um problema da sociedade e tal; sabe, me enoja saber que Direitos Humanos para mim é igual aos Direitos Humanos de uma pessoa que faz isso, ‘ah, mas ele estava drogado’, não interessa, se ele tem a índole para fazer isso, ele está tomando a droga só para tomar coragem, pois a índole de fazer ele já tem. Então para mim os Direitos Humanos deveriam ser para uma pessoa que é considerada humana¹⁶”.

Outro depoimento:

“Eu acho que as pessoas que trabalham nos Direitos Humanos são horríveis, as piores pessoas do mundo. Outro dia eu estava assistindo o programa da Lucina Gimenes e estava lá aquele policial de São Paulo que agora é deputado e que defende a pena de morte, ele é escancarado, fala o que pensa. Então ele estava lá dizendo que bandido tem que mofar na cadeia, então a representante dos Direitos Humanos estava lá dizendo que a polícia não

¹⁶ 2º Tenente, 29 anos de idade. 2º BPM – Botafogo, 5 anos de serviços prestados à PMERJ.

tem o direito de matar ninguém e coisa e tal, que eles (os bandidos) são todos humanos e devem ser respeitados. Então o policial disse para ela: – eu quero ver se um dia a senhora estiver no conforto da sua casa com o seu marido, então entra na sua casa um desses elementos que a senhora tanto defende. Ele entra na sua casa, estupra a sua filha, agride o seu marido e deixa a senhora viva e vendo tudo aquilo sem ter o mínimo de piedade, se isso acontecesse será que a senhora não mudaria de opinião? A representante ficou calada, ela não tinha o que falar, aí todo mundo do auditório começou a bater palmas. O policial disse para ela: – doutora, não precisa responder que o seu silêncio já diz tudo. Então eu acho que os bandidos que fazem essas barbaridades, matam pessoas com requintes de crueldade, fazem microondas com a pessoa ainda viva, se esse cara faz tudo isso ele não pode ser considerado humano, então não deveria existir Direitos Humanos para os bandidos que fazem isso¹⁷”.

Os dois relatos acima, revelam questões importantes para a compreensão do ponto de vista dos policiais sobre a definição de ser humano. O relato do primeiro policial, além de dar uma definição do que seja humano: “pessoa que nasce, tem duas pernas, cabeça e raciocina”, propõe que esse conceito seja mais bem trabalhado, pois para ele, uma pessoa que entra numa casa, estupra a filha, degola a mãe, faz o pai presenciar aquilo tudo e rouba não deveria ser considerada humana. O entrevistado sente nojo em saber que os Direitos Humanos para a pessoa que faz tudo isso é igual aos seus. Considera ainda que o problema não esteja nas drogas que a pessoa consumiu, e sim em sua índole. A droga, nesse caso, é apenas mais um estimulante. Com base nesse relato, é possível afirmar que o entrevistado oscila entre duas definições de “ser humano”: uma biológica e outra social. Na definição social, que nos interessa neste trabalho, o indivíduo que pratica todas as “atrocidades” narradas pelo policial é considerado um “não humano”. Nesta perspectiva, o policial contrapõe uma visão biológica de “ser humano” a uma construção social de “ser humano”. Na construção social de “ser humano”, o “bandido” que comete crimes é visto como um alguém cujo “processo civilizatório” não foi completado; dessa forma, além de a sua humanidade ser questionada, os

¹⁷ Soldado, idade não revelada. Batalhão de Choque. 4 anos de serviços prestados à PMERJ.

policiais consideram que os Direitos Humanos não deveriam atingí-lo, pois os “bandidos” não deveriam ser incluídos no conceito de “humano”.

O segundo depoimento acaba por confirmar o primeiro. Nele, é possível perceber os mesmos argumentos, todavia alguns pontos merecem destaque. O entrevistado considera as pessoas que trabalham nos Direitos Humanos as piores pessoas do mundo, e encontra na fala do policial, que agora é deputado, e que além de ser a favor da pena de morte, diz que “preso deveria mofar na cadeia”, apoio para as suas idéias. Ao final de sua fala, novamente é possível perceber que a seu ver os “bandidos” que matam pessoas com “requintes de crueldade, que fazem microondas com a pessoa ainda viva, não deveriam ser considerados seres humanos” e, portanto, não deveria haver Direitos Humanos para eles. Outro ponto importante é que o aplauso do público acabou por corroborar com a fala do policial que é a favor da pena de morte.

Por fim, um último depoimento poderá contribuir ainda mais para a reflexão que estou realizando.

“Os Direitos Humanos, como todo mundo têm idéia, o policial principalmente, ele vem defendendo muito os Direitos Humanos de pessoas que são assassinadas supostamente pela Polícia Militar, se há indícios que foi um policial militar, os Direitos Humanos vêm para averiguar a conduta, para saber se aquilo ali é verdadeiro, se é boato, eles se preocupam muito com isso. Eu acho que tem que se preocupar mesmo, mas agora porque não se preocupar com o policial militar, com a família do policial militar que morreu em confronto com um vagabundo e às vezes morreu na mão do vagabundo com requintes de crueldade, isso todo mundo sabe, sai nos jornais todos os dias, o policial é queimado dentro de carro, esquartejado; agora por que não se preocupar com isso também? Por que não dar apoio à família que precisa, nessas horas principalmente? Por que a família tem muita dificuldade em receber esse seguro de vida que o policial tem? De receber a pensão? Por que eles não intervêm nisso? O policial é humano, a família do policial também é humana; como eu falei, o policial saiu dessa sociedade. A família dele tem

muita dificuldade, muitos moram no morro, na favela; porque não têm condições de morar em um lugar melhor ¹⁸”.

Este depoimento em parte se difere dos demais, principalmente porque o entrevistado considera que os Direitos Humanos tem que se preocupar mesmo com policiais que supostamente estejam assassinando pessoas. O que o policial constata é que não há por parte dos representantes dos Direitos Humanos uma mesma preocupação com os policiais que morrem em confronto com “vagabundos”. Por outro lado, o entrevistado chama a atenção para o fato de que os policiais também são “humanos”, assim como suas famílias; e estas não estão recebendo a devida atenção destes representantes, à medida que eles não se esforçam para solucionar questões burocráticas, como o direito à pensão que as famílias dos policiais mortos em confronto têm direito a receber.

A oposição aos Direitos Humanos ocorre porque eles são vistos como os principais responsáveis pela “humanização” dos bandidos. Mas não são todos os bandidos que são desumanizados. Nas falas, é possível perceber que são os assassinos e estupradores os considerados bandidos menos humanos, pois são eles que cometem crimes contra a honra e contra a propriedade dos trabalhadores honestos e de bem, os quais tanto lutaram para conseguir atingir seus objetivos. São estes que deveriam ser mortos e não receber “regalias” fornecidas pelo Estado.

1.5 Medos e estratégias de segurança

O trabalho policial, até mesmo pela sua natureza de lidar direta e constantemente com situações perigosas, contribui para que o sentimento de medo seja acionado das mais diversas maneiras. A “violência” de que tanto eles se queixam, os obrigam a criar estratégias que contribuem para aumentar a segurança no deslocamento, dia-a-dia, pela cidade. Se entre a

¹⁸ Soldado, 36 anos de idade. 34º BPM – Magé, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

população o medo mais comum refere-se a assaltos, ou roubos seguidos de morte; os policiais além destes, desenvolvem medos específicos. É possível dizer que, nos dias atuais, os policiais oscilam entre querer a visibilidade e buscar a invisibilidade. Se por um lado a farda e a “carteira de polícia” lhes conferem proteção e visibilidade quando estão de serviço, por outro, no deslocamento diário que fazem da casa para o serviço, buscam proteção na “invisibilidade” que os trajes civis proporcionam. No entanto, alguns optam em andar com a carteira e correrem o risco de serem identificados em prol de poderem ajudar as pessoas em situações nas quais a visibilidade policial confere um poder maior de negociação. Outros preferem esconder a sua “identidade” de polícia, buscando se proteger da violência que muitas vezes são alvos.

Assim como de outros profissionais que lidam diretamente com situações de risco e incerteza, os policiais inevitavelmente desenvolvem medos específicos em sua rotina de patrulha da cidade. Como poderíamos supor, *a priori* os medos mais comuns não estão fundamentalmente associados a situações de patrulha pelas ruas, esquinas e avenidas da cidade, quando estão “em grupo”. No entanto, o medo também pode surgir em momentos de lazer quando estão sozinhos ou com seus familiares, ou no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa. Por fim, há ainda um medo específico que é o da “punição disciplinar”, sem que eles sejam necessariamente “culpados”. Ouvi de muitos entrevistados um dito que expressa a percepção que os policiais compartilham sobre a punição na PMERJ: “... na PM sempre tem que ter um culpado não importa quem...”. Para uma melhor compreensão, apresento um ranking dos medos mais comuns segundo os policiais militares que entrevistei:

Ranking dos medos mais comuns segundo os policiais

1 - Andar de ônibus; violência no ônibus; estar no ônibus e ser reconhecido; estar no

ônibus e alguém anunciar um assalto; pegar um ônibus e dar de cara com um bandido.
2 - Trabalhar baseado perto de favela; entrar na favela e explodir uma granada.
3 - Ser descoberto como policial (porque eles fazem covardia); ser reconhecido como policial (ser vítima de bandidos).
4 - Ser acusado por algo que não fez; injustiça (porque qualquer coisa é motivo de expulsão).
5 – Ser surpreendido e não estar preparado; de “colar” e não conseguir revidar.
6 – Medo de trabalhar com armamento que não funciona.
7 – Medo de morrer.

A partir do quadro, é possível perceber, a grosso modo, três situações em que os medos entre os policiais são acionados. Ou seja, existem os medos de serviço e os medos de fora do serviço. Assim, como já foi dito, existem os medos em que os policiais encontram-se fora dos batalhões, no trânsito de casa para o serviço; situações em que os policiais se encontram fora dos batalhões, mas de serviço nas ruas e; por fim, medos despertados pela “lógica da punição” na hierarquia militar. O ônibus é de fato o local onde há um aumento do sentimento de medo e de insegurança entre os policiais, sobretudo porque naquele espaço eles não desejam ser identificados, pois isso os obrigaria a sair da situação de “invisibilidade” que os trajes civis proporcionam, e desencadearia uma espécie de “ethos guerreiro”¹⁹ entre os policiais. De fato, o medo de serem “identificados” como policiais, seja nos locais próximos às suas residências, seja no deslocamento de casa para o trabalho, ou mesmo nos momentos de lazer, configuram-se entre as principais preocupações dos policiais. O medo de serem

¹⁹ Ouvi de muitos policiais que em situações como assaltos a ônibus, dificilmente o policial consegue se manter no anonimato, na maioria das vezes eles tomam alguma atitude de enfrentamento ao assaltante. Talvez por isso, alguns policiais compartilham a idéia de que é mais comum a morte de policiais fora de serviço, do que quando estão de serviço.

identificados como policiais é muito comum porque sabem que serão alvos de ações que classificam de “covardia”, e que colocam suas vidas em risco.

Apesar de todos os medos colocados acima, estes são potencializados ou atenuados em situações e contextos específicos. Um exemplo disso, é quando os policiais estão de patrulha próximos às favelas, pois ali há um maior risco de explodir uma granada, ou de serem surpreendidos por traficantes de drogas. Essas situações são interessantes, porque nestes espaços os medos, ora são maximizados, ora são minimizados. Comumente os policiais afirmam que quando estão em grupo, seja patrulhando a cidade, ou em incursões nas favelas, não sentem medo; o contrário acontece quando estão sozinhos. Ou seja, os policiais quando estão em grupo minimizam o sentimento de medo, e quando estão sozinhos o maximizam. Apesar de serem as incursões em favelas consideradas tensas e com fortes doses de adrenalina, o fato de estarem em grupo contribui para atenuar o sentimento de medo, sobretudo porque em grupo os policiais se sentem fortalecidos para enfrentar situações consideradas perigosas. São nesses momentos que a lógica de “um por todos e todos por um” ganha sentido especial, pois contribui para fortalecer o espírito de grupo e o senso de missão presente entre eles.

As favelas são vistas como os locais mais perigosos quando os policiais estão de serviço. A explosão de uma granada foi citada como um dos maiores perigos nestes locais. Outra situação ligada a este espaço que causa medo é “ficar baseado perto da favela”, pois se tornam alvos fáceis e podem ser surpreendidos a qualquer momento.

Outro item que desperta medo entre os policiais é a “lógica da punição” comum ao rigor da horizontalidade da hierarquia militar. O medo de ser acusado por algo que não fizeram é muito grande entre os policiais. Alguns chegam mesmo a dizer que não sabem se têm mais medo da violência ou da punição. A punição é muito temida, porque pode resultar numa expulsão da corporação e, assim, pôr fim a um projeto, Velho (1999). Por isso, o medo

de serem acusados por algo que não fizeram, assim como o medo de injustiça podem ser considerados sinônimos nessa gramática particular que a lógica da punição aciona entre os policiais.

Muitos relatos apontam para “injustiças” ocorridas dentro da polícia. Policiais que foram expulsos com anos de dedicação por utilizarem força excessiva, ou porque se envolveram em situações em que a sua “culpa” não foi devidamente provada. Nesse ponto, é comum fazerem associação entre a polícia e a política, afirmando que a política atrapalha o trabalho da polícia, uma vez que a PM sempre tem que dar uma resposta à população e o Governador deve dar esta resposta através da polícia. Essa associação abre margem para falas como: “a polícia é o teatro do Governo”. A “chacina de Vigário Geral” foi apontada por um entrevistado como um caso em que a política atrapalhou muito o trabalho da polícia. Segundo o entrevistado²⁰, houve um tenente que foi “acusado injustamente” de ter participado da chacina e ficou preso por dois anos até descobrirem que ele era inocente. O policial disse ter reencontrado o tenente e que este envelheceu muito, e fumava um cigarro atrás do outro sem parar. Para o entrevistado, o pior é que este tenente não pode colocar o Estado na justiça, pois corre o risco de represálias. Um outro episódio foi lembrado. Segundo ele, outro policial, chamado Roberto, foi acusado de ter participado da chacina, mas como no batalhão no qual ele servia não tinham sua foto, acabou indo parar na cadeia outro policial por ter o nome parecido, pois se chamava Carlos Roberto. Este teve sorte porque quando estava sendo julgado o verdadeiro culpado confessou, senão ele “estaria na cadeia até hoje”.

Esses relatos demonstram que entre os policiais o “medo de serem punidos injustamente” concorre com outros medos que fazem parte de suas preocupações cotidianas. Assim, compartilham a idéia de que na hierarquia militar a “corda sempre arrebenta no lado mais fraco”, e que, “na PM sempre tem que ter um culpado, não importa quem”. De fato, as

²⁰ 2º Sargento, 37 anos. 18º BPM – Jacarepaguá, 18 anos de serviços prestados à PMERJ.

narrativas apontam para o fato de que, na hierarquia militar, os que se encontram na base sofrem os efeitos da punição de forma mais rigorosa.

Por fim, podemos classificar os medos que os policiais sentem em duas situações específicas: o medo ocasionado de atuação nas ruas, e o medo de situações pertinentes à disciplina militar. Os medos produzidos nas ruas levam em conta situações pertinentes ao trabalho de patrulha da polícia: o medo de “trabalhar baseado perto da favela”, “ser surpreendido”, “ser reconhecido como policial”, “ser vítima de bandidos”, “de morrer”, “andar de ônibus”, “estar no ônibus e anunciarem um assalto”, “trabalhar com armamento que não funciona”, “não conseguir revidar e ‘colar’, ficar parado”, “pegar ônibus e dar de cara com um bandido”. Estes medos desenvolvidos a partir de situações presenciadas ou vividas nas ruas se contrastam com o medo que a disciplina e rigor da hierarquia militar impõe aos seus subordinados: “supervisão da PM”, “ser acusado por algo que não fez”, “injustiça dentro da PM”. Da mesma forma que ocorre com os pesquisadores, os policiais também são obrigados a um eterno “caminhar no fio da navalha”.

No dia-a-dia os PMs se utilizam de muitas “estratégias” para se protegerem contra a violência. É comum esconderem nas localidades que residem a sua “identidade policial”. Todos os policiais que entrevistei andam em “trajes civis” no deslocamento de suas casas para os batalhões e somente utilizam as suas fardas quando estão de serviço. Estas ficam na maioria das vezes nos armários dos quartéis, e somente quando precisam ser lavadas é que os policiais levam-nas em bolsas para a casa, evitando ao máximo que sejam vistas pelos vizinhos ou moradores próximos às suas residências. Ouvi no campo, relatos que alguns policiais usam roupas da COMLURB para não serem identificados como policiais.

Um policial²¹ que entrevistei disse que, por morar em uma favela, não costuma andar fardado no trajeto de casa para o trabalho, e que sempre lava a farda na casa de sua mãe, onde

²¹ Soldado, 29 anos. 24º Batalhão – Queimados, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

nasceu e cresceu, sendo conhecido por todos os vizinhos. No local em que mora, todos pensam que ele trabalha no mesmo supermercado que sua esposa, que lhe conseguiu algumas camisetas com a logomarca do supermercado. Ao sair para o trabalho, é comum ele usar a camiseta para evitar ser “identificado” como policial. Essa história narrada pelo entrevistado não deve ser considerada isolada, pois muitos policiais se utilizam de estratégias para não serem reconhecidos como policiais.

No Brasil, as pesquisas apontam situações em que o medo é acionado nas vítimas dos “bandidos”, todavia neste capítulo foi possível perceber que os policiais são muitas vezes vítimas de medos específicos. Se a “violência policial” possui suas “vítimas preferenciais” e aciona medos específicos, em certos contextos eles também são “vítimas preferenciais”. Assim, o medo é um sentimento que atinge a todos os moradores de uma metrópole como o Rio de Janeiro, de muitas maneiras, e os policiais militares cotidianamente aprendem a lidar com ele.

Finalizando, cabe lembrar que numa metrópole como o Rio de Janeiro, a violência produz e aciona medos, no entanto, atores sociais que lidam com situações em que o perigo é maior têm uma relação específica com este sentimento. Apesar de os policiais se considerarem os mocinhos da história, fortes e com “disposição” para combaterem o crime, os que vivem situações de maior tensão e que acionam medos sabem perfeitamente que os mocinhos não são “invencíveis”, e que negociar com a realidade é preciso.

Capítulo II – Trajetórias, práticas e visões de mundo

No capítulo anterior, a partir das entrevistas, busquei identificar traços gerais da profissão policial. Apontei a “desconfiança” em relação ao pesquisador, a estabilidade e a fuga do desemprego como motivação para o ingresso na polícia, as diferenças entre praças e oficiais, a percepção sobre a “lógica da punição”, sobre os Direitos Humanos e, por último os

principais medos que têm, e as estratégias utilizadas para se protegerem da violência. Neste capítulo, concentrarei minha análise em três “informantes privilegiados”: Mário, Roberto e Humberto, que sintetizam muitos relatos que ouvi dos policiais²² entrevistados. Com estas histórias, espero fornecer mais elementos para a compreensão da “visão de mundo” dos policiais, assim como as dificuldades que vivem, e os silêncios que muitas vezes eles são obrigados a fazer.

As histórias individuais podem nos ajudar a compreender o coletivo. Para Darnton (2001:333), “... cada um de nós fala à sua maneira própria, mas partilhamos a mesma gramática – ainda mais porque, em geral, não temos consciência dela...”. Por outro lado, analisando a importância da história de vida, Queiroz (1991:21) completa:

“Se o indivíduo obedecesse a determinações exclusivamente suas e inconfundíveis, então realmente as histórias de vida seriam impróprias para uma análise sociológica. No entanto, o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem e que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isto constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada; finalmente, sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em que se insere. Não é novidade alguma afirmar que o indivíduo cresce num meio sócio-cultural e está profundamente marcado por ele. Sua história de vida é encontrada, pois, a cavaleiro de duas perspectivas: a do indivíduo com sua herança biológica e suas peculiaridades, e a de sua sociedade com sua organização e seus valores específicos”

A partir desses relatos, ancorados em trajetórias distintas, é possível lançar um novo olhar sobre a maneira como os policiais percebem as diferenças entre os “mais velhos” e os “mais novos”, a trajetória de vida até o ingresso na PMERJ e a percepção em relação à

²² Ver anexo I.

“corrupção policial”, e outros temas que são de fundamental importância para entendê-los em seus próprios termos.

Segundo os seus próprios relatos, nenhum dos policiais que entrevistei entrou para a PMERJ por vocação, mas por necessidade de inserção no mercado de trabalho. Se este pode ser considerado um ponto comum aos entrevistados e que, portanto, os aproximam, as diferentes maneiras de ingresso na PMERJ definiram a posição que ocupam na verticalidade da hierarquia militar e as desigualdades daí surgidas. Os três foram escolhidos porque possuem diferentes trajetórias e tempo na PM, além de uma percepção bastante interessante sobre a questão central deste trabalho. Mário é 2º sargento, negro, mora na comunidade Parque Alegria, localizada na Zona da Leopoldina e quando o entrevistei tinha 18 anos de serviços prestados à PMERJ; Roberto é soldado, branco, mora no bairro Colégio, Zona Norte da cidade, e ingressou na PMERJ há apenas 4 anos, e Humberto é 2º tenente, pardo, mora no Flamengo, Zona Sul da cidade, e quando o entrevistei tinha 6 anos de serviços prestados à PMERJ. De certa forma, os dois primeiros em suas falas expressaram as diferenças entre os policiais “mais velhos” e os “mais novos”, e o terceiro expressa a percepção dos oficiais. Dito isto, acredito que já temos os elementos necessários para mergulharmos em suas histórias de vida.

2.1 Mário – “pedindo com carinho”: mediação, virilidade e “corrupção”

Mário é policial militar e – quando lhe entrevistei estava com 37 anos de idade (que só foi revelada depois que lhe perguntei pela segunda vez) – pode ser definido pela serenidade que demonstrou nas duas vezes em que nos encontramos. Nosso primeiro encontro foi em um hospital muito movimentado, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde constantemente ele está em serviço. Ali ele é conhecido por todos: médicos, enfermeiros e alguns pacientes, pois tira serviço naquele local há muito tempo. Sempre muito educado, ele

não quis gravar entrevista acreditando que aquele nosso “bate papo” poderia comprometê-lo de alguma forma. Quando lhe perguntei se eu poderia gravar a entrevista, a sua voz diminuiu e o seu olhar desviou-se do meu, sabia que aquela pergunta causava incômodo, mas mesmo assim eu tinha de fazê-la.

Com poucos minutos de nossa entrevista iniciada fomos interrompidos por uma senhora que se chamava Maria e chorava muito, pois precisava fazer um tipo de exame e naquele hospital não havia o serviço que ela precisava. Esta senhora reclamava com Mário que já havia conseguido uma vaga para se internar e assim realizar os exames no Hospital da Polícia Militar, mas naquele momento não havia ambulância disponível e precisava de alguém para levá-la até lá. Ela contava com a ajuda de Mário para que ele ligasse ao comandante do Batalhão e este autorizasse alguma viatura policial a levá-la ao Hospital da Polícia Militar. Maria estava visivelmente transtornada e chorava muito e Mário tentava acalmá-la dizendo que já havia ligado para o comandante e que este pediu que ela esperasse mais um pouco. Ele demonstrava estar muito envergonhado com aquela situação que eu presenciara e assim que Maria foi embora desabafou: “às vezes nós somos mais que policial, nós acabamos sendo psicólogos, motoristas, etc. Agora a situação do policial é tão difícil que algumas vezes é mais fácil uma pessoa como a Maria, que conhece o comandante do Batalhão, conseguir atendimento médico no Hospital da Polícia, do que nós que somos policiais”.

A sua entrada na PMERJ ocorreu meio por acaso, pois nunca havia pensado em ser policial. Quando jovem, Mário não tinha dinheiro para nada, segundo ele mesmo informou. Sua mãe era empregada doméstica e eles moravam em um bairro da Zona Sul na casa dos patrões de sua mãe. Seu pai, nas palavras de Mário, era “um safado”. Ao que tudo indica, Mário foi criado somente por sua mãe, e segundo me informou, não tinha irmãos. Mário tinha muita dificuldade em conseguir um emprego formal, porque sempre pediam-lhe experiência, o que certamente ele não tinha. No entanto, uma de suas paixões era ler jornais; falarei da

outra paixão mais adiante. Ele comprava jornais com o dinheiro que às vezes sua mãe lhe dava. Assim que os lia, os juntava e os vendia para seu vizinho. Dessa forma, ele conseguia algum dinheiro uma vez que, como já disse, ele não trabalhava.

Em uma dessas leituras de jornais, Mário soube que estavam abertas as inscrições para o concurso da PMERJ. Até àquele momento, Mário não se imaginava policial e muito menos tinha idéia do que era ser policial, mas viu naquela notícia a oportunidade de “transformar a sua vida”. Na época em que prestou o concurso de ingresso na polícia, ele já havia terminado o Ensino Médio e, como estava desempregado, a carreira militar lhe pareceu uma opção interessante. Como já disse, Mário não trabalhava e, portanto, não tinha dinheiro para pagar a inscrição do concurso. Assim sendo, pediu para o vizinho, ao qual vendia os jornais, para lhe dar um pouco mais de dinheiro naquela semana, pois estava juntando dinheiro para fazer o concurso da PM; conseguiu o dinheiro, e se inscreveu no concurso. Após realizar todos os exames, ele encontrava-se meio sem esperança, porque a concorrência estava muito grande. No dia do resultado veio a surpresa, Mário havia passado no concurso e dali para frente seria policial militar. Foi assim que ele descreveu sua entrada na polícia que foi motivada não por “vocação”, mas pelo “acaso”. Em nossos encontros, Mário fazia questão de me chamar pelo primeiro nome, e não há dúvida que essa foi uma das entrevistas mais descontraídas que realizei. Como disse antes, Mário é apaixonado por ler jornais, mas em sua vida há ainda uma segunda paixão que é de colecionar diferentes perfumes. Realmente, no local em que a entrevista foi realizada havia vários frascos de diferentes perfumes em uma pequena estante. Essa “segunda paixão” o ajudou algumas vezes em seu trabalho.

Certa vez quando fazia uma operação na Cidade de Deus – favela localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro – Mário acabou por prender um jovem do tráfico pelo perfume que este usava, pois Mário conhecia muito bem aquele cheiro. Vamos ao relato de Mário sobre esta experiência: “Certa vez, eu estava na favela fazendo uma incursão a pé. Pelo

outro lado, entrou o pessoal com o carro; eu e outros policiais entramos a pé. O maior sufoco do bandido é quando a polícia entra a pé na comunidade, porque fica mais difícil para eles perceberem. Quando o policial entra com a sirene ligada, entra fazendo o maior esporro. Então, eu estava indo a pé e o meu grupo estava um pouco a frente. Eu entrei num beco. Vamos fazer um parêntese. A minha paixão sempre foi por perfumes, eu uso aquele perfume Biografia, não sei se você conhece. Respondi que sim. Voltando, aí eu ouço passos correndo em minha direção, senti aquele cheiro de perfume – Biografia – aí pensei ‘o cara acabou de tomar banho e está saindo correndo, mandei parar, quando eu vi era o Denis²³ (chefe do tráfico na Cidade de Deus na época). – Jonas, por causa desse perfume, eu peguei ele mais umas duas ou três vezes.”

Neste trecho considero importante fazer um parêntese. Creio que este relato é muito importante para uma melhor compreensão de visão de mundo dos policiais e o quanto as associações que fazem a partir de experiências empíricas nas ruas contribui não só para ampliar essa experiência, mas para livrá-los de situações de extremo perigo a que estão expostos. Neste relato é possível perceber o quanto que algumas situações, que podem ser consideradas banais em outros contextos, nas ruas elas adquirem significativa importância.

De certa forma, o “olhar policial” é orientado, a partir dessas situações empíricas que presenciam, a desconfiar de tudo que foge à “regra”. É assim que a associação entre o jovem usar perfume, ter acabado de tomar banho e paradoxalmente estar correndo é interpretado como “alguma coisa está errada” e a ação imediata de Mário é mandar o jovem parar. A profissão de polícia pela sua própria natureza leva a uma extrema desconfiança, sobretudo de situações e pessoas que “fogem à regra”. Assim nada escapa ao “olhar desconfiado” dos policiais que ostensivamente encontram-se nas ruas. Um desvio de olhar, uma camisa mais solta no corpo, um chinelo sendo arrastado, a maneira de falar, etc. podem ser motivos para

²³ Nome fictício.

acionar essa “desconfiança” tão comum na cultura policial das ruas. Voltemos à nossa história.

Mário, devido aos seus 18 anos na polícia, sente-se devidamente autorizado a comparar a época de sua entrada com os dias de hoje. Quando entrou na polícia disse que era “garotão”, e que fez coisas das quais se arrependeu: “... eu vou te dizer que nem sempre eu fui um cara certo não, eu já trabalhei tirando muito serviço no trânsito, então algumas vezes eu recebia algum, mas isso é natural dentro da polícia, tem comandantes que criticam o policial que está na rua recebendo dinheiro, mas ele mesmo está recebendo o dele do jogo de bicho, em qualquer lugar que tenha uma ‘termas’²⁴ o comandante do batalhão local leva algum dinheiro, então não é só o policial que está na rua que está errado...”.

Na opinião de Mário, os policiais que entram para a polícia atualmente são muito novos, como também eram na época em que ele entrou, mas há uma diferença em relação aos valores que eram diferentes dos atuais. Segundo ele, para entender essa diferença basta eu entrevistar os “garotos” que estão na fila de concurso para ser policial, pois com certeza vou encontrar algum dizendo: “quando eu entrar eu vou roubar muito, porque lá perto da minha casa tem um policial que com menos de dois anos ele já conseguiu comprar um carro novo, uma casa não sei onde, então eu não vejo a hora de entrar para a polícia”. Falas como esta, na percepção de Mário, marcam a diferença de valores em relação à sua época. Todavia, é curioso notar que Mário disse que quando entrou na PM era “garotão” e fez coisas das quais se arrependeu, mas condena os jovens que estão entrando na PM para “roubar muito”.

Para Mário, as mudanças não se restringem aos policiais, visto que ele as percebe igualmente no perfil dos “bandidos”. Ancorado em sua experiência, Mário conclui: “... olha só, hoje em dia, as coisas estão muito diferentes, outro dia eu acompanhei o julgamento do bando do dono do morro do Dendê, na Ilha do Governador, e você não via um negão na

²⁴ Casa de prostituição.

quadrilha, eu fiquei me perguntando, como pode isso? Uns garotos bem apessoados, não dava para imaginar que eles eram bandidos.”

Ao acompanhar o julgamento e perceber que não havia nenhum “negão”, Mário se surpreende: “como é que pode isso? Uns garotos bem apessoados, não dava para imaginar que eles eram bandidos”. Se não dava para imaginar que eles eram bandidos é porque entre os policiais existe a idéia de quais características os bandidos possuem. Assim, a cor “você não via um negão”, muitas vezes oferece um modelo. A partir desta fala, também é possível inferir que existem representações sociais disponíveis entre os policiais sobre o perfil dos “bandidos”, e que, por sua vez, estas reafirmam estereótipos em relação a estes. E o fato de Mário não conseguir imaginar que aqueles “garotos bem apessoados” seriam bandidos, só vêm a corroborar essa idéia.

Como já mencionei, Mário tem duas paixões, ler jornal e colecionar perfumes, mas também gosta muito de tirar fotos, sobretudo de jovens envolvidos em atividades criminosas na região onde trabalha. No dia do nosso encontro, ele lamentou não ter trazido o álbum com fotos, pois gostaria de me mostrar. Por isso, disse a ele que poderíamos marcar um novo encontro, pois eu também estava muito interessado em vê-las. Na semana seguinte, nos encontramos e Mário demonstrava a mesma serenidade de antes. Convidou-me novamente para a mesma sala que ocupa no hospital. Nesta sala havia uma cama, um armário onde Mário guarda as suas roupas e um pequeno rádio, suas “duas paixões”.

O nosso segundo encontro ocorreu porque Mário disse que me mostraria fotos de jovens, na maioria dos casos envolvidos com o crime de tráfico de drogas e presos por ele em seus 18 anos na polícia. Assim que cheguei à sua sala, Mário apressou-se em abrir o armário e retirar de sua bolsa dois álbuns de fotos. Nelas, a maioria eram jovens e, apenas cinco ou seis pessoas pareciam ter mais de 30 anos de idade. Nas fotos, havia uma predominância de jovens negros. Alguns jovens demonstravam estar irritados com a foto, sua feição demonstrava que

não as estavam tirando espontaneamente. Perguntei como ele havia conseguido que os jovens tirassem as fotos, afinal eles estavam envolvidos com o “crime”. Com um largo sorriso no rosto, Mário me respondeu que sabia “pedir com carinho”, sinalizando que teria dado algumas cacetadas para que os jovens tirassem as fotos. Naquele momento entendi o rosto carrancudo dos jovens, demonstrando raiva e incômodo com aquela situação. Havia uma foto com um jovem que visivelmente estava drogado, ainda com restos de um pó branco em seu nariz. Mário me contou que aquele jovem vendia drogas na favela da Cidade de Deus, e que estava endividado com o tráfico, pois consumia em drogas a maior parte do que ganhava com a venda delas.

A maneira como os jovens estavam vestidos era muito similar (bermudas, chinelos, cordões, bonés e tênis). As cores também eram bastante diversas. Em duas fotos os jovens se pareciam muito fisicamente e usavam um casaco idêntico. Mário me explicou que isso é muito comum entre os traficantes, pois existem jovens na estrutura do tráfico de drogas que são mais importantes e outros que são apenas “peças de reposição”, então, quando os jovens usam as roupas muito parecidas, estão na verdade querendo dificultar suas prisões pelos policiais quando a polícia entra na comunidade, já que os dois correm para lados opostos e, além de esta estratégia muitas vezes livrá-los da prisão, também favorece ao tráfico uma vez que evita que o jovem mais importante seja preso.

Após eu ter visto as fotos dos jovens, meu interlocutor abriu novamente o armário e retirou outro álbum de fotos. Deste, ele me mostrou apenas duas fotos. Havia uma mulher muito bonita que estava completamente nua posando de perfil. Mário me perguntou: “– Sabe quem é essa aí?”. Respondi que não. “– Essa é uma das maiores assassinas da região, ela mata brincando...”, explicou. Achei aquela história interessante e perguntei: – Mas você não tem medo de sair com uma mulher assim? Ele respondeu: “– Não, vez ou outra a gente sai, nesse dia da foto, eu peguei ela roubando, ela disse que não dava para polícia porque era a maior

sujeira na área, mas que comigo foi diferente”. Mário me conta essa história com uma serenidade que lhe é bastante comum. Na verdade, através daquela foto Mário buscava demonstrar “virilidade”, “força” e “poder”. Em nenhum momento ele imaginou-se errado ao trocar favores sexuais para não levar aquela mulher presa.

Após mais esse encontro, nos despedimos e Mário fez questão de me levar até a entrada do hospital. Nesse trajeto, Mário revela novamente que “nunca foi santo”, contudo agora não mais se referia à sua juventude. Revela também que já recebeu proposta do seu comandante, quando era chefe de patamo, para não entrar na CDD - Cidade de Deus. Assim, meu interlocutor descreve mais essa experiência: “... – o coronel me ofereceu R\$1000,00 para não combater o tráfico de drogas na CDD quando eu era chefe de patamo, mas eu vou te dizer a verdade Jonas, eu não aceitei. Não porque sou bonzinho, mas porque era pouco dinheiro. Eu comandava nove homens, então eu tinha que dividir com eles o dinheiro. R\$100 para cada? Correndo o risco de ser preso por dois ou três meses! É muito pouco, não valia a pena”. Esse relato foi contado sem o menor constrangimento. De fato, as narrativas eram menos controladas quando o gravador estava desligado.

Por fim, Mário revela a sua opinião sobre a corrupção na polícia em geral: “... quando a polícia prende algum bandido pode notar, o cara chega à delegacia sem cordão, sem dinheiro. Você acha que o dinheiro deles foi parar onde? Isso é o que nós chamamos de ‘espólio de guerra’, em compensação nós apreendemos uma arma, um fuzil, drogas e isso é bom, mas pode notar que o dinheiro do tráfico raramente aparece...”. Enquanto Mário terminava a nossa conversa, fomos interrompidos por outro policial que lhe perguntou algo, acabamos nos despedindo e nossa entrevista acabou de forma meio inesperada. Enquanto regressava para casa, pensava naquela experiência que havia a pouco vivido. Do ponto de vista de Mário, os policiais que se beneficiam do ‘espólio de guerra’, de certa forma contribuem para “manter as coisas sob controle”, em nenhum momento eles são vistos como

errados, pois a sua ação acaba por contribuir para o todo, ou seja, eles apreendem armas e drogas e ainda se beneficiam da situação.

2.2 Roberto – poder e revolta: uma difícil negociação com a realidade

Quando entrevistei Roberto, ele estava com 31 anos de idade e acabara de completar quatro na polícia. Uma de suas características é ser comunicativo. Enquanto fala, gesticula com os braços o tempo todo, parecendo querer reforçar através deles a própria fala. Encontramos-nos em sua casa, localizada no bairro Colégio, zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Antes de ser policial, Roberto foi fuzileiro naval e, após dar baixa do quartel, optou por continuar no serviço público. Naquela época prestou concurso para ser GM – Guarda Municipal. Optou por entrar também na PM para complementar sua renda, uma vez que o dinheiro na Guarda é uma “merreca”. Atualmente acumula as funções, mesmo estando totalmente ciente que sua situação é irregular, já que não pode acumular dois cargos públicos.

Sua opinião acerca da Polícia Militar antes de seu ingresso assim foi definida: “... eu achava que todo mundo que não conhece a polícia pensa que é uma instituição truculenta, que lá só tinha bandido, que todo mundo que entrava iria roubar e fazer besteira”. Após seu ingresso, sua opinião mudou drasticamente: “... depois que eu entrei, eu vi que não é nada daquilo, é claro que tem gente ruim, mas isso existe em todas as profissões. Existem maus enfermeiros, médicos, professores, então é claro que existem maus policiais. Agora, tem um pessoal muito honesto dentro da polícia, eu mesmo já tirei serviço com pessoas que são evangélicas, três policiais evangélicos, e não adianta porque eles não faziam acerto com ninguém, podia ser o que for que eles agiam da melhor forma possível, da maneira mais correta. As pessoas muitas vezes se esquecem que por trás da farda tem um homem, por isso

que eu digo que dentro da polícia tem muita gente boa, que ganha o seu dinheiro da forma mais honesta possível”.

Dois pontos chamam bastante atenção nesta fala de Roberto. O primeiro é que, assim como a maioria dos policiais, ele concorda que existem maus policiais, assim como, observa que em todas as profissões existem bons e maus profissionais e na polícia não poderia ser diferente. Essa opinião é comum aos policiais que entrevistei e, ao que tudo indica, parece fazer parte do discurso comum dentro da PMERJ. Outro ponto interessante na fala de Roberto é a associação que este faz entre os policiais evangélicos e honestidade: “não adianta que eles não faziam acerto com ninguém”, ou seja, a religião evangélica confirma, na visão de Roberto, a honestidade do policial evangélico. Em outros depoimentos, a associação entre religião e honestidade do policial também ocorreu, mas será que somente os policiais evangélicos é que são honestos? De fato, essas narrativas revelam representações socialmente construídas e partilhadas acerca dos evangélicos na sociedade brasileira.

Em relação aos jovens, Roberto tem uma imagem muito negativa. Para ele, a juventude na atualidade “só quer saber de transar e fazer filho adoidado. Têm muitas meninas novinhas que já têm dois ou três filhos, então o que eu posso esperar dessa juventude?” Mas nessa fala é possível identificar que Roberto não está se referindo às jovens em geral, mas às jovens da favela. Prosseguindo em sua análise sobre a juventude, e revelando sua percepção sobre as “meninas do asfalto”, ele afirma:

“Os meninos da favela pegam uma arma muitas vezes maior do que eles e as meninas do asfalto vêm para a favela procurar o jovem com o maior fuzil na mão, porque elas sabem que vão ter droga para cheirar o dia inteiro, então elas vêm para a favela e num dia chegam a transar com doze em uma só noite. Eu já cansei de chegar na favela fazendo batida de manhã e ver meninas lindas loiras caídas no chão, elas estavam completamente drogadas; depois de cheirar a noite inteira, entram no carro e vão para casa. Os pais muitas vezes nem sabem e pensam que elas estavam na casa de uma amiga, que dormiram lá, mas estavam a noite inteira transando com os jovens na favela.”

Roberto conclui sua fala sobre os jovens de uma forma taxativa: “... essa juventude que nasceu a partir dos anos 80 e que hoje estão com 20, 22, 25 anos é que estão acabando com a nossa sociedade. Eles trocam tiros com a polícia e não têm medo de nada, a morte faz parte do dia-a-dia. Eu sei que isso é fruto de uma família desestruturada, as famílias perderam seus valores, mas de ano para ano isso está pior, quando eu entrei para a polícia a coisa não era tão complicada assim, nos últimos dois anos só piorou e se continuar assim eu não sei onde isso vai dar.”

Na percepção de Roberto, se as coisas continuarem do jeito que estão, não há futuro nem para a juventude nem para sociedade, uma vez que a juventude projetada como o futuro da sociedade encontra-se num processo generalizado de destruição. As meninas da favela “só querem fazer filhos adoidados”; as meninas do asfalto “vêm para a favela procurar o jovem com o maior fuzil na mão, porque elas sabem que vão ter droga para cheirar o dia inteiro, então elas vêm para a favela, e num dia chegam a transar com doze em uma só noite”, e os jovens nascidos a partir dos anos 80, “... eles trocam tiros com a polícia e não têm medo de nada, a morte faz parte do dia-a-dia”. Nesta divisão intuitiva que Roberto faz da juventude, imagens associadas a algo negativo são as mais enfatizadas. Além disso, os jovens são vistos como produtores de violência, com valores relacionados à sexualidade deteriorados, e só interessados em “cheirar o dia inteiro”. As imagens dos jovens estão associadas a um destino de degradação moral, social, sem horizontes, projetos; em suma, sem futuro.

“Herói anônimo”. Foi assim que Roberto definiu os policiais que atualmente compõem a PMERJ. Em sua visão de mundo, os policiais são heróis porque além de manterem as coisas sob “controle”, trabalham sem colete ou com esses vencidos, com armamentos enferrujados, muitas viaturas não funcionam de forma devida, os salários estão defasados, etc.; por tudo, isso considera o policial um herói. Tal como em um filme onde o mocinho, mesmo tendo

vários fatores contra, acaba sempre vencendo no final, ou no caso dos policiais militares, acabam sempre mantendo as coisas sob “controle”.

Roberto tem quatro anos de polícia e se considera um policial experiente. Segundo ele, já trabalhou em muitos batalhões e por isso está em condição de compará-los. Foi ele quem me explicou que existem batalhões em que há troca de tiros todos os dias com bandidos geralmente ligados ao tráfico de drogas, enquanto me contava isso abaixou a voz por não gostar de comentar isso próximo aos seus familiares, pois evita preocupá-los. Roberto, por ter sido transferido algumas vezes de batalhão, acabou muitas vezes por trabalhar em batalhões considerados “chapa quente”, mas nunca relata as suas experiências aos seus familiares. Enquanto conversávamos, os pais e a esposa de Roberto constantemente passavam pelo local em que nos encontrávamos, buscando ouvir o teor da nossa conversa.

Roberto já desrespeitou muitas regras não verbalizadas presentes na organização policial, talvez por isso as transferências que teve desde seu ingresso. Quando trabalhou na zona sul da cidade, certa vez abordou um grupo de jovens que fumavam maconha na praia de Copacabana e por ter sido desacatado pelo grupo, resolveu levar todo mundo para a delegacia. Este episódio fez com que muitos moradores daquele espaço se aglomerassem e pedissem a Roberto que os jovens não fossem conduzidos à delegacia. Dentre os jovens, havia uma menina que, por morar ali perto, disse que ela só entraria na viatura policial uns 100 metros à frente, pois não iria passar por aquele constrangimento. Roberto indignou-se com esta menina em especial e, naquele momento, demonstrou todo o seu “poder de polícia”: algemou os jovens, fez fila indiana e conduziu-os à delegacia. Chegando lá, a delegada não quis registrar a ocorrência, segundo Roberto “isso vira e mexe acontece, pois ocorrência com maconheiro não dá dinheiro para polícia civil, ela pediu para eu aliviar”. Nem mesmo pedido da delegada fez com que Roberto recuasse e este seguiu na sua intenção de registrar a ocorrência, mesmo após ser advertido pela delegada: “você está correndo o risco de ser transferido”, o que de fato

ocorreu alguns meses depois. Perguntei então o que aconteceria caso a delegada não registrasse a ocorrência? Ele me informou que se isso ocorresse, teria que levar o caso para a “delegacia de dia” que, segundo ele, é obrigada a registrar todos os casos que por algum motivo não são registrados na delegacia comum. Nesta delegacia, o policial faz um boletim que será encaminhado ao judiciário explicando os motivos que o levaram a registrar a ocorrência ali e não na delegacia comum. Mas, de acordo com Roberto, se isso ocorrer o policial “segura”, sinalizando que possivelmente haverá uma punição.

Após narrar mais essa experiência, Roberto demonstra a sua indignação com a posição do policial nas ruas afirmando: “... às vezes somos obrigados a trabalhar de forma errada, fingir que não vê as coisas e deixar passar. Nesse caso eu fiquei registrando a ocorrência até duas horas da madrugada, o meu serviço terminou as oito e fiquei até duas horas fazendo a ocorrência, agora me pergunte se eu ganhei hora extra por isso”.

A situação que vive às vezes o revolta. Da mesma forma que Mário, Roberto também relata, à sua maneira, a “corrupção” na polícia. Em sua opinião “quando a corrupção ficava só no nível dos praças, as coisas eram melhores, pois o praça não tem poder de decidir como, onde e quando a entrada na favela vai acontecer. Mas, depois que a corrupção atingiu o nível dos oficiais tudo ficou mais difícil, pois eles têm o poder de dizer ‘não quero intervenção naquela favela hoje’. Então o policial hoje em dia se encontra com as mãos amarradas”. Nesta fala de Roberto é possível identificar que em sua visão de mundo, a corrupção está contaminando toda a estrutura policial. Além disso, ela é a responsável por colocar o policial que se encontra nas ruas de “mãos amarradas”. De certa forma, as falas de Mário e Roberto se completam, pois ambos identificam que a corrupção na polícia não está somente entre os praças como muitos acreditam, mas esta já atingiu outros níveis. Roberto acredita que o policial que está nas ruas encontra-se de mãos amarradas depois que a corrupção atingiu os oficiais, já Mário foi solicitado a não realizar incursões na CDD (Cidade de Deus) quando era

chefe de patamo. Essas falas demonstram que estes dois possuem diferentes “visões” sobre a corrupção na cidade do Rio de Janeiro, mas são obrigados a ceder em outros momentos dependendo do que está em jogo.

Apesar de ter uma opinião contra a “corrupção” na polícia, Roberto certas vezes foi obrigado a “fechar os olhos”. Assim ele relata as dificuldades quando tirou serviço numa favela carioca:

“Eu mesmo, quando estava embasado no Morro da Mineira, eu nunca tinha trabalhado lá, aí um colega me levou para conhecer o dono do morro. Cheguei lá e vi um arsenal com mais de 100 armas, tinha fuzil, pistola e tudo mais, então o colega disse: ‘olha esse é o novo cara que vai tomar conta aí do morro’, nós ficávamos em uma guarita dentro do morro; teve um dia que chegou um grupo de bandidos e um disse ‘olha, nós vamos passar aí’, ele não perguntou se podia passar, ele só comunicou que eles iriam passar então nós entramos na guarita enquanto o bonde passava. Agora eu acho isso uma vergonha para a polícia, mas nós agimos assim para salvar a nossa pele, eu tenho esposa e filho para criar. Agora tem o policial que prefere andar errado; o policial que está na rua pode chegar a ganhar de R\$300 a R\$500 por dia, então é um dinheiro muito fácil que ele ganha, mas nem todos são assim.”

Curiosamente, Roberto foi apresentado ao dono do morro como “o cara que vai tomar conta do morro”. Esta frase revela alguns dos dilemas a que os policiais que trabalham em favelas ou próximos a elas estão submetidos. Tomar conta do morro para o dono do morro significa, dentre muitas coisas, acabar por proteger a facção criminosa que ali se instalou. Por outro lado, significa também ter que fazer concessões para “salvar a pele”, pois Roberto, como muitos outros policiais, “tem esposa e filho para criar”.

Antes de terminarmos a nossa entrevista, Roberto ainda teve tempo para me contar mais uma de suas experiências nestes quatro anos de polícia. Disse que certa vez: “parou uma velhinha que estava descendo o Morro da Mineira em um carro importado, ela estava descendo o morro tarde da noite num *Picasso Xsara*. Então essa é uma atitude suspeita típica,

uma velhinha descendo o morro em um carro importado, só podia estar acontecendo algo de errado. Então o sargento que estava com a gente falou para eu abordá-la. Quando eu cheguei perto do carro ela não sabia explicar muito bem o que estava fazendo ali e ficou um pouco nervosa, com as mãos trêmulas, demonstrando uma atitude suspeita. Pedi para ela mostrar o nariz e estava todo branco, cheio de pó”. Depois de contar essa história, perguntei a Roberto se ele conduziu a “velhinha” para a delegacia e ele disse: “–... não, ela era uma velhinha”. Então fiz mais uma pergunta: “– Mas se fosse eu que estivesse ali em um *Picasso Xsara*, você teria me levado para a delegacia, não é mesmo?” Roberto me respondeu com um sorriso. Da mesma forma que Mário, Roberto fez questão de me levar até a estação do Metrô, que fica próximo a sua casa. Ali finalizamos o nosso encontro.

2.3 - Humberto: gratidão, orgulho e mobilidade social

Humberto, 2º tenente do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), 29 anos de idade e morador do Flamengo – Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O nosso encontro foi na sede do BOPE, localizado no bairro de Laranjeiras, também na Zona Sul da cidade. No início da entrevista, nosso “informante” me explicou que o BOPE é um batalhão diferente dos demais, pois além de sua atuação ser 100% em favelas, o público alvo não são os “‘menores de rua’, prostitutas ou mendigos”, e o foco está na “repressão e combate ao narcotráfico”. Em seu ponto de vista, o tráfico de drogas é um crime central que move os demais. Ou seja, quando a “boca está fraca”, os demais crimes como: roubo a bancos, roubo a pedestres, seqüestros relâmpagos aumentam.

Humberto orgulha-se, pois no BOPE não há um único policial envolvido em “coisas erradas” e se isso acontecer: “nós logo tiramos, para não contaminar o resto, então nós temos

o maior orgulho de sermos uma tropa com um índice baixíssimo de corrupção”. Segundo ele, há ainda um outro motivo de orgulho, que é o fato de o BOPE ter um efetivo de aproximadamente 400 homens e ter um alto índice de aprovação entre a população carioca.

Abordando a questão da juventude, Humberto compartilha com muitos dos seus colegas de farda a opinião de que “... os jovens hoje não têm muita perspectiva, eles só querem saber do prazer, da coisa fácil. Então, o que nós vemos hoje é uma juventude sem ideal, não é como nos anos 60 em que os jovens tinham um ideal, mas e agora, qual é o ideal? Então é isso, os jovens só querem transar muito, fazer filhos, fumar e cheirar.” Neste ponto, a opinião de Humberto assemelha-se muito a de Roberto. Para ele, dois fatores fundamentais levam à atual situação da juventude. O primeiro é o fato de as famílias estarem totalmente “desestruturadas”, pois os pais bebem e não passam os “valores” aos filhos, que acabam vendo no traficante um referencial. Aqui é possível dizer que ele está se referindo aos jovens moradores das favelas, público alvo das atuações do BOPE, uma vez que esse batalhão, como o próprio Humberto explicou, atua 100% em favelas. Isso abre margem para um outro problema. Segundo Humberto, o fato de os policiais do BOPE atuarem unicamente em favelas, faz com que estes desenvolvam preconceitos em relação aos moradores destes espaços, considerando-os todos “bandidos”. Nosso interlocutor afirma que é “uma luta danada para mudar essa visão”. No entanto, em outro momento de sua fala, Humberto explica que: “... hoje em dia, eu acho que em torno de 20% da comunidade está envolvida com o tráfico, seja de forma direta ou indireta, porque as pessoas podem ter um parente ou amigo envolvido com o tráfico e assim indiretamente ela também está envolvida com o tráfico, ou porque as pessoas dão abrigos aos traficantes quando a polícia chega.” Ou seja, diferentemente de seus amigos de farda, que consideram que a comunidade está toda envolvida com o tráfico, Humberto considera que apenas 20% da comunidade está envolvida com o tráfico de drogas.

Outro ponto, em sua visão de mundo, que explica a situação da juventude nos dias atuais é que para Humberto: “o Estado não dá condição de vida para toda essa gente. Você vê o governo investindo em carros para polícia, mas não investe no ser humano que está dirigindo a viatura, eles não investem em educação, veja só a crise que está passando a educação sem professores, então como pode as coisas melhorarem? O Governador investe em armas e em viaturas, mas não investe no ser humano, então a polícia é o braço armado do Governo, somos nós que mantemos as coisas sob controle. Por isso os jovens estão sem perspectiva”. Ou seja, para ele os governos municipal, estadual e federal não investem na melhoria das condições de vida das pessoas e, por isso os jovens encontram-se totalmente sem referenciais. A escola, já não oferece o modelo, a família tampouco. É essa conclusão que faz Humberto contrapor a juventude atual à juventude dos anos 60, que para ele tinha um ideal e justamente por isso ele questiona: “mas e agora, qual é o ideal?”

Apesar de sua visão negativa sobre os jovens da favela, Humberto considera que muitos destes entram no tráfico de drogas por falta de opção ou porque não tiveram oportunidades. Durante todo tempo em que estivemos juntos ele foi sempre muito eloquente, expressava-se muito bem e demonstrava muita paixão pelo que faz. Certamente por isso sua função no BOPE é a de negociador, ou seja, alguém responsável por negociar conflitos em pequena ou grande escala com presos que estejam rebelados em penitenciárias ou delegacias.

Humberto, assim como muitos policiais entrevistados é de família humilde e, segundo ele mesmo, tem um sentimento de profunda gratidão com a PMERJ, pois lhe deve tudo o que conseguiu na vida. Por isso mesmo, não admite que as pessoas critiquem a polícia em sua presença. Contou-me que certa vez estava com um grupo de amigos num barzinho próximo a sua residência. Neste grupo havia uma jovem que lhe perguntou a profissão, assim que ele revelou ser policial a jovem afirmou: “eu não gosto de polícia”. Nesse momento Humberto sentiu-se discriminado por ser policial e, segundo me disse, pensou em responder: “você está

vendo aquele policial que está ali na cabine? Ele está ali para proteger a sua vida e lhe dar segurança, ele está colocando a vida dele em risco para proteger a sua”, mas optou em não prolongar aquela situação conflituosa que havia se instalado. Instantaneamente aquela situação fez Humberto contrapor sua trajetória e projeto de vida a da jovem. Assim ele a acusa de ser “filha de mamãe, que faz faculdade particular e não trabalha”, totalmente diferente do seu caso em que o Estado lhe pagou para estudar e “bem ou mal eu tenho curso superior, porque a academia de polícia tem a mesma validade de uma faculdade”. Para Humberto, aquela jovem não faz nada para ajudar ninguém, e que ela não faz a menor diferença na vida de ninguém e, ele, no entanto, ajuda as pessoas e não deveria se deixar abalar pela opinião de uma “menina mimada”. O fato de ter sido discriminado por ser policial fez com que Humberto lançasse mão de elementos para exaltar a sua posição e diminuir a da jovem que estava em seu grupo. Ou seja, enquanto a jovem é considerada “menina mimada” e “filha de mamãe, que não trabalha e faz faculdade particular”, Humberto é oficial do BOPE, e foi o Estado quem lhe pagou para estudar, e o seu trabalho “faz diferença na vida das pessoas”, ao contrário da jovem, que “não faz nada para ajudar ninguém e não faz a menor diferença na vida de ninguém”.

Durante todo o tempo em que estivemos juntos, Humberto demonstrou ser uma pessoa muito tranqüila, mas essa aparente tranqüilidade às vezes é quebrada quando ele presencia “algo errado”. Foi assim que certa vez ele estava na janela de sua casa quando avistou um assaltante tentando arrombar a janela de um veículo que se encontrava estacionado na esquina. Humberto não pensou duas vezes: “... eu dei logo um tirambaço nele, que pena que não pegou, mas passou perto do braço, ele nem soube de onde veio o tiro e saiu correndo.” Humberto lamenta-se por não ter acertado o assaltante. Enquanto me contava esse caso, em nenhum momento percebi que ele pensara em atirar em uma região não letal, como por exemplo, as pernas. Em sua fala, fica muito clara a idéia de que ele “atirou para matar”. Esse

ponto é particularmente interessante porque ele demonstra as diferentes percepções sobre a classificação de “crime/criminoso” que os policiais fazem. Digo isso porque em outro momento da entrevista, Humberto expôs: “... tem gente que entra para a vida do crime porque não tem opção. Você muitas vezes pega o cara roubando, mas com um saco de compras na mão. Então, aquele você sabe que está na vida errada por necessidade. A gente sabe que o cara não é bandido, mas não teve outra opção.”

Esta idéia de Humberto demonstra que os policiais também relativizam a noção de “bandido”. Não são todos os “bandidos” que são considerados ou merecem ser classificados como bandidos. Bandidos são aqueles que em sua maioria cometem crimes contra a honra e contra o patrimônio das pessoas de bem. Aqueles que roubam para satisfazer necessidades físicas como, por exemplo, se alimentar, não são considerados bandidos, pois entraram para a vida do crime “porque não tiveram opção”. Após mais esse encontro bate-papo, Humberto, da mesma forma que Mário e Roberto, fez questão de me acompanhar até o pátio da sede do BOPE. Havia um veículo parado no pátio apelidado por eles de “caveirão”. Este é utilizado nas incursões em favelas e na opinião de Humberto, esse veículo sempre tira o pessoal do BOPE do sufoco dentro das favelas.

2.4 - Comparando trajetórias

Velho (1999:47) observa que: “... as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo de interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades.”

De uma maneira mais geral, é possível dizer que nossos “informantes privilegiados”, apesar de suas trajetórias distintas, compartilham hoje uma linguagem e uma experiência comum. Eles falam de um mesmo lugar social do qual são obrigados a estabelecer um diálogo

com a realidade de maneira a dar sentido e significados às suas ações. Grosso modo, os três sintetizam dilemas e contradições comuns aos policiais que entrevistei. Suas “histórias” e trajetórias para além dos muitos pontos comuns estão preñes de significados que permitem uma melhor compreensão da experiência de ser policial e dos dilemas que vivem o tempo todo.

De certa forma, a entrada na PM possibilitou aos nossos informantes traçarem um projeto e assim ampliarem o “campo de possibilidades”. Todos eles vieram de famílias oriundas das camadas populares e, portanto, possuíam trajetórias de vida muito parecidas. No entanto, o projeto que estabeleceram acabou por definir as diferenças que vivem dentro da horizontalidade da hierarquia militar.

Embora muitos compartilhem a mesma trajetória de classe, hoje entre eles há diferenças produzidas pela hierarquia militar em particular, e social em geral. Mário mora na Zona da Leopoldina, Roberto na Zona Norte e Humberto na Zona Sul. Em momento algum nos dois primeiros relatos percebe-se orgulho dos locais onde residem, situação totalmente diferente do terceiro relato no qual o entrevistado orgulha-se de ser morador da Zona Sul da cidade. Os dois primeiros são praças, enquanto o último é oficial. Entretanto, todos os três entraram para PMERJ motivados pela estabilidade que o emprego público proporciona e a PM representou uma melhoria em suas vidas, apesar de todas as críticas que Mário e Roberto têm a fazer em relação à hierarquia militar.

Mário orgulha-se de ter permanecido no mesmo batalhão a vida toda, Roberto já foi transferido de batalhão várias vezes e tem dificuldades em se adequar ao modelo hierárquico comum a PMERJ e, por isso, é constantemente transferido de batalhão, e Humberto igualmente orgulha-se de ser policial. Mário, com os seus 18 anos de polícia acredita que os “garotos” que estão nas filas prestando o concurso para ser PM já estão pensando “em roubar muito”, ao contrário de Roberto que entrou para a polícia para “complementar a renda”, da

mesma forma que Humberto. Roberto acredita que as coisas eram melhores quando a corrupção “ficava só no nível dos praças”, enquanto Mário prefere “tirar vantagens da posição que ocupa” e Humberto orgulha-se de o BOPE ter “um índice baixíssimo de corrupção”.

A violência, no entanto, os une em suas percepções. Nesta perspectiva, todos em algum momento de suas histórias de vida tiveram que produzir opiniões e expedientes para lidarem com o medo de matar e de morrer. Na realidade, Roberto é o policial que oferece o melhor exemplo do quanto a experiência policial obriga estabelecer uma negociação com a realidade, como o exemplo de quando ele estava patrulhando o Morro da Mineira e foi apresentado ao dono do morro, e noutra oportunidade quando o bonde passou com armas e ele foi obrigado a entrar na guarita e “fingir que não viu nada” são elucidativos nesse sentido. Afinal, Roberto tem filhos para criar. Mário enfatiza sua virilidade ao transar com uma “assassina” para não levá-la presa e, ao mesmo tempo demonstra o seu poder ao “pedir com carinho” que os jovens tirassem as fotos para sua coleção. Humberto, apesar de sua tranquilidade, atira em um ladrão que tentava roubar um carro próximo à sua residência e lamenta o fato de não tê-lo acertado. Seus relatos apontam à necessidade de sociologicamente problematizarmos a análise sobre a noção de violência. Em suas falas os policiais entrevistados não se consideram violentos. A banalização da violência faz com que suas ações ocorram sem que eles necessariamente façam uma reflexão sobre o papel da polícia no aumento da chamada violência urbana. Nesta perspectiva, a violência encontra-se sempre nos outros, sejam eles os jovens, os bandidos, os traficantes, etc. Para levar adiante esta reflexão, vejamos como as representações sobre os diferentes segmentos juvenis revelam mais uma face da experiência de ser policial nos dias de hoje em uma cidade com altos índices de violência como o Rio de Janeiro.

Capítulo III – Territórios, símbolos e cores

Bourdieu (1999: 153), analisando teoricamente a noção de espaço social, faz a seguinte consideração:

“Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quando ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo da produção econômica; no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas).”

Neste capítulo, procuro analisar as representações dos policiais militares acerca dos diferentes segmentos juvenis com os quais lidam quotidianamente. Esta análise nos permite dizer que suas condutas variam significativamente caso se encontrem na Zona Norte ou na Zona Sul da cidade – que devem ser consideradas como espaços de relações sociais. Seguindo esta linha de raciocínio, é possível afirmar que os policiais classificam e hierarquizam os jovens de acordo com o local em que estes residem.

Na transição entre a “infância” e a “fase adulta²⁵”, a juventude é momento bastante suscetível a mudanças que influenciam tanto no desenvolvimento, quanto na trajetória de vida dos jovens. Os policiais militares compartilham de representações socialmente construídas sobre os jovens com outros grupos sociais. Nestas, há um predomínio de opiniões negativas em relação à “juventude carioca”, onde aspectos ligados à delinquência juvenil são muito enfatizados. Nas últimas décadas, a “juventude”, enquanto objeto de pesquisa, vem sendo tratada nas análises dos cientistas sociais, sobretudo porque as mudanças culturais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira tiveram grande repercussão entre os jovens.

²⁵ Para uma discussão sobre “fases da vida”, ver Ariès (1986).

Certamente a “violência urbana” está entre as maiores preocupações dos cidadãos cariocas, sejam eles jovens ou não. Cotidianamente os jornais publicam cartas de leitores “indignados” cobrando soluções das autoridades responsáveis pela segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de a violência atingir a todos, é notório que certos grupos sociais estão mais vulneráveis que outros. Entre os jovens de uma maneira geral, a violência é um problema que atinge preferencialmente jovens moradores de favelas, negros e pobres, quando comparados com jovens brancos, de “classe média” e moradores de áreas socialmente valorizadas. As pesquisas como a de Minayo (1993), Soares (1996), Cano (1997) e Ramos (2003) indicam que entre as vítimas mais comuns de crimes violentos estão jovens negros, pobres e moradores de favela.

A preocupação da juventude carioca com a “violência policial” é outro problema bastante significativo. É o que revela a pesquisa: *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*, coordenada por Novaes e Mello (2002), onde sofrer violência policial destacou-se em 5º lugar nas preocupações dos jovens cariocas. Relatos de experiências com a Polícia Militar aproximam as opiniões de jovens de diferentes grupos e classes sociais. Sobre esse assunto, Novaes (2003:112) afirma:

“Em qualquer grupo, todos têm algo a contar sobre a polícia. Os mais ricos contam que foram ‘achacados’ e dizem: ‘tivemos que negociar’. O que, via de regra, termina em ter que ‘molhar a mão do policial’. Os mais pobres, sobretudo, se forem negros, contam que foram humilhados. As jovens mulheres falam que foram paqueradas, seduzidas ou desrespeitadas. Os moradores das favelas, conjuntos habitacionais, periferias e vilas dizem que são sempre vistos como os maiores suspeitos.”

De fato, falas e críticas sobre a atuação policial aproximam experiências de jovens de “classe média” e das “classes populares”. Todos têm algo a dizer sobre suas experiências – algumas vezes traumatizantes – com a polícia carioca. Cada vez mais são comuns relatos de situações constrangedoras presenciadas ou vividas num contato mais direto com policiais nas

ruas da cidade. A noção da “violência policial” construída pelos jovens tem como base notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa. No entanto, situações vividas ou presenciadas, sejam pelos próprios jovens, por parentes e/ou amigos mais próximos, contribuem para que eles construam o seu repertório acerca da “violência policial”, que vão informar práticas e condutas assim como a maneira de lidar com os policiais. Minayo (1999:148), analisando como se dá a construção da violência entre os jovens, observa:

“A noção de violência construída por um jovem é em parte retirada do que realmente acontece; da sua consciência de classe; da sua posição na sociedade; das suas interações sociais na escola, na família e com as mensagens da mídia; da sua experiência com esse fenômeno; do imaginário coletivo; e de como sua subjetividade processa e reage a esse conjunto de relações e estímulos. A consciência dos jovens sobre o fenômeno teria, portanto, o peso das idéias hegemônicas que criaram as estruturas imaginárias de relevância, do desenvolvimento de suas experiências enquanto grupo etário, estrato social, gênero e etnia, e também dos fatos concretos que acontecem com eles ou que presenciam.”

As representações mais comuns associam os jovens das camadas populares e moradores de favelas ao tráfico de drogas, enquanto os jovens de “classe média” são vistos como consumidores de drogas. Nas entrevistas ficou claro que o foco da repressão policial concentra-se no tráfico e não no consumo. Muitos entrevistados consideram a favela como foco de violência e marginalidade, o que nos leva a supor que o estigma atribuído à favela contamina também seus moradores. O estudo de Rinaldi (2003:307) sobre a categoria “favelado”, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ajuda na compreensão dessa questão: “... ser morador de favela é trazer consigo a ‘marca de perigo’, é ter uma identidade social pautada pela idéia de pobreza, miséria, crianças na rua, família desagregada, criminalidade, delinqüência. Tais imagens são realimentadas pelos veículos de informação, que trazem notícias sobre o ‘morro’ sempre do ponto de vista negativo, enfatizando o tráfico de drogas e a violência.”

Voltando à pesquisa com os policiais, a fala de um entrevistado é bastante esclarecedora acerca das representações associadas à favela:

“Eu não estou dizendo que todo mundo que mora no morro é bandido, mas em minha opinião, quando o cara quer ter um futuro ele estuda, consegue um emprego, casa, até mesmo com uma menina de dentro do morro e sai do morro, casa e sai, porque aquilo ali não é futuro para ninguém.”²⁶

Na fala acima, a favela é vista como um local inadequado para se viver, opinião compartilhada por muitos entrevistados. Além de revelar representações estereotipadas, as falas apontam para um discurso criminalizante em relação a seus moradores. Dessa forma, as favelas são vistas como: “covil de bandidos”, habitat das “classes perigosas” e território predominante de traficantes. Por outro lado, há também a presença do “discurso da ausência”, que a favela é pensada pela falta de saneamento básico, infra-estrutura, segurança, etc; ou seja, ela é freqüentemente representada como um espaço “excluído”. Esse pensamento, na realidade, expressa o tipo de presença do Estado nessas áreas, onde os serviços urbanos e sociais são precários e a violência policial uma prática comum.

Zaluar (1985:157) constata que “... é sobre os pobres que a polícia concentra seu poder fortalecido nos últimos vinte anos: comete injustiças nunca pensadas, humilha, mata, tortura e, na rua, ‘vai logo dando sugestão’. A desconfiança que a presença policial desperta entre eles, mesmo quando concordam sobre a necessidade do policiamento ostensivo e sobre os bons propósitos de alguns (poucos) policiais, é notável. A memória de muitos casos adversos e trágicos mantém a imagem negativa do policial. Por isso dizem preferir, entre o policial e o bandido, a este último, que conhecem e com quem podem conversar.”

No discurso dos entrevistados, os jovens das “classes populares” são identificados como “traficantes” e “bandidos” – identidades opostas a de trabalhadores, e os jovens da

²⁶ Soldado, 30 anos. 3º BPM – Méier, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

“classe média” são vistos em sua maioria como consumidores de drogas. Os policiais compartilham a opinião que o tráfico de drogas deve ser combatido e reprimido, mas comumente se dizem incapazes de reprimir o consumo de drogas, pois na maioria das vezes “não adianta nada”. Alguns chegam a afirmar que pode haver represálias caso o policial insista em reprimir o consumo de drogas na Zona Sul da cidade. Um policial militar afirmou que não há interesse em reprimir o consumo de drogas naquele espaço porque “não dá dinheiro para a Polícia Civil”. Curiosamente o entrevistado se referiu a Polícia Civil e não a Polícia Militar.

Muitas maneiras são acionadas por uma “lógica da punição”²⁷ presente na hierarquia militar, que vão desde um afastamento e suspensão, podendo evoluir para uma expulsão. Todavia, outra maneira de punir o policial que não cumpre as “regras não verbalizadas” pode ser transferi-lo para batalhões onde “ninguém quer trabalhar”. Verificamos que certos batalhões são preferidos, pois neles os riscos de confrontos, de troca de tiros são menores e, conseqüentemente, danos físicos e probabilidade de morte também. Certos batalhões são considerados os “chapas quentes” na linguagem policial, dentre eles o 22º BPM, localizado no complexo da Maré, Zona Norte da cidade que, na opinião dos policiais, é um dos piores locais para se trabalhar.

Os jovens em situação de rua – também chamados de “meninos de rua”, se encontram entre as preocupações dos policiais, sobretudo daqueles que trabalham na Zona Sul. Os discursos sobre estes jovens, os situam na Zona Sul da cidade. Ao que tudo indica, é justamente naquele espaço que eles são considerados “problema”. No entanto, em outras regiões da cidade, os “meninos de rua” são mais tolerados e menos reprimidos. É possível dizer que nas representações dos policiais sobre a juventude predomina o discurso da “marginalização juvenil”. Para os policiais, os jovens são motivos de intensa preocupação.

²⁷ Ver capítulo 1 deste trabalho.

Até certo ponto, a classe social determina o tipo de tratamento que o jovem receberá e, por vezes, até mesmo o crime que lhe será atribuído.

A rua é por excelência, na ótica dos policiais, o local de “manutenção da ordem” e, por conseguinte, de demonstração de autoridade²⁸. Entretanto, para os jovens que transitam nos variados circuitos disponíveis de lazer que a cidade oferece, a rua pode ser considerada um espaço social que permite um maior exercício da liberdade que sua condição juvenil permite. Nas últimas décadas, com o progressivo aumento da violência, em grande parte tendo os policiais militares como autores desta, novos arranjos e estratégias são utilizados pelos jovens para transitarem em segurança pela cidade. Nos finais de semana, em que o trânsito de jovens é maior à procura de diversão, essas estratégias se tornam mais necessárias.

Como se sabe, uma das características que definem a condição juvenil é o pertencimento a grupos de pares, é “estar em grupo”. Foracchi (1972:27), em relação à juventude moderna, observa: “... há uma forte valorização da experiência comum, dos valores comuns, da identificação mútua que vincula os jovens à vida grupal”. Em uma cidade com altos índices de violência urbana, como é o caso do Rio, é legítimo dizer que “estar em grupo”, para além de indicar uma característica juvenil, pode ser considerado uma estratégia utilizada pelos jovens de diferentes camadas sociais para desviarem-se da “violência urbana”, e permitir que estes transitem pela cidade em maior segurança.

Se “estar em grupo”, na percepção dos jovens, é requisito de sociabilidade e uma estratégia de sobrevivência no enfrentamento da “violência” para manterem um estilo de vida, por outro lado, em grupo os jovens também se tornam mais suspeitos e, por consequência,

²⁸ Certa vez, parei com um grupo de amigos em um bar na Lapa, próximo a ele havia uma viatura da PMERJ. Este bar era pequeno e havia algumas mesas na calçada. Estávamos conversando sobre vários assuntos, quando observei um sargento discutindo com o garçom do bar onde estávamos. A discussão girava em torno das mesas que estavam na calçada, pois o policial argumentava que elas não poderiam estar naquele lugar. Então o sargento disse ao garçom: “— Olha! Eu vou dar uma volta, quando eu voltar não quero ver nenhuma mesa na calçada.” Uma menina que se encontrava próxima ao garçom e ao sargento tentou argumentar dizendo que as mesas não estavam atrapalhando ninguém, mas o policial disse: “... aqui quem manda sou eu, já disse que não pode e ponto final.” O garçom pediu a todos os clientes que estavam nas mesas que pagássemos a conta e que não poderia fazer nada, pois era “ordem do policial.”

alvos mais freqüentes das abordagens policiais. As imagens associadas aos jovens em grupo revelam que estes são considerados mais violentos. Para os policiais, em grupo os jovens são mais ousados, praticam delitos que dificilmente cometeriam sozinhos. Em alguns casos, os jovens são motivados pelo grupo a assaltarem, roubarem, envolverem-se em brigas, pancadarias, etc. Nas entrevistas, ouvi de muitos policiais que dificilmente um jovem assalta sozinho, fuma maconha sozinho, troca tiros com o policial sozinho. Nesses crimes, os jovens encontram-se sempre em grupo na percepção dos policiais. No cotidiano da cidade, jovens em grupo são confundidos com bandidos e, por isso, costumeiramente abordados. Assim, as rondas policiais elegem, classificam e abordam jovens em grupo sem nenhum motivo aparente.

Evidentemente não são todos os jovens “em grupo” que são parados pela polícia, somente aqueles que trazem consigo algumas marcas sociais que os identifiquem, na ótica policial, como perigosos. Assim, os jovens considerados das “classes perigosas”, certamente trazem um sinal diacrítico – facilmente lido pelos policiais – acionam um rígido mecanismo de repressão. Fatores como horários, proximidade a favelas e aparência (maneira de vestir, andar, falar, gesticular, etc.) são de grande relevância nesta classificação e hierarquização dos jovens em grupo.

Zuenir Ventura, no livro *Cidade Partida* (1994:153), faz um interessante diagnóstico sobre o medo da população carioca em relação aos “jovens em grupo”. O autor menciona um workshop realizado em 1993 no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde cerca de quarenta jovens funkeiros, representando galeras de toda a cidade, invadiram o vetusto salão Pedro Calmon, com cartazes que diziam: “Vamos fazer um arrastão contra o preconceito social e racial”, “Não somos ladrões, somos apenas funkeiros em busca da paz”, “A capoeira como o funk, também foi combatida”. No intervalo das reuniões, estes jovens cantaram e dançaram à vontade, como se estivessem num baile. Zuenir afirma que, na

vinda, eles haviam marcado um encontro na Cinelândia, onde seguiram juntos para a Praia Vermelha, local onde fica o salão Pedro Calmon. O que ocorreu então, serviu para ilustrar o medo e o preconceito que eles em geral inspiram. Quando começaram a subir no ônibus, os passageiros começaram a descer, temendo um assalto. O autor observa ainda que a justa indignação do jovem relatando o incidente não impediu o humor de alguém da platéia que disse baixinho: “se eu estivesse no ônibus eu me atiraria pela janela”. Dessa forma, Ventura conclui: “De fato, o medo de assaltos e a paranóia dos arrastões haviam criado um pânico diante de qualquer grupo de mais de três jovens negros.”

Esse trecho revela que de fato jovens negros e em grupo despertam medo na população, o que já não é nenhuma novidade. Se no passado podíamos falar que estes jovens eram “invisíveis socialmente”, no atual contexto de violência já não é bem assim. Jovens negros e pobres quando “em grupo” saem da “invisibilidade” e são lançados na “visibilidade” que a sensação de medo aciona.

A polícia, de fato, trata de maneira diferente os jovens moradores da Zona Sul da cidade. Segundo seus próprios cálculos, ali existem mais chances do jovem ser filho de desembargador, de promotor, de juiz ou de algum coronel. Nestes casos, se o policial usar de violência com um jovem destes injustamente, há grandes possibilidades de ele ser punido. A hierarquia social também se revela no espaço social. De fato, o “poder de polícia” é aumentado ou diminuído de acordo com o espaço onde o policial atua. O fato de na Zona Sul o poder de polícia ser diminuído faz com que muitos policiais digam preferir trabalhar na Zona Norte, pois lá “são mais respeitados”.

Os policiais entrevistados percebem que na Zona Sul os jovens não têm o devido respeito por eles, por vezes, ali eles são tratados com menosprezo. Naquele espaço social os policiais se sentem vulneráveis, dizem que não possuem instrumentos para reprimir certos crimes. Sabem que os jovens, devido à rede de sociabilidade que suas famílias possuem,

difícilmente serão condenados por consumo de drogas. Nesses casos, é melhor “fingir que não vêm” o consumo de drogas por terem certeza da impunidade dos usuários. Bretas (1995:22) em sua análise sobre a polícia carioca no início do século passado, já havia notado que a atuação policial variava dentro de um repertório de opções dentro e fora da legalidade:

“O policial tem como expectativa, sempre, o comportamento legal, que aprendeu a valorizar, embora reserve para si um repertório de opções fora da legalidade, das quais lança mão de acordo com sua visão dos “fatos”. Numa forma simplificada, podemos dizer que o leque de opções abrange da decisão de não intervir, não ver o que se passa, até o emprego da violência. A seleção do procedimento se faz através de um conhecimento organizacional – não ensinado nas escolas – que, em última instância, qualifica a cidadania dos envolvidos, através de valores atribuídos a cor, idade, sexo, nível sócio-econômico, etc.”

Velho (1973) constatou haver uma hierarquia entre os bairros localizados na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os seus informantes, os bairros situados na Zona Sul são considerados modernos, enquanto que os bairros da Zona Norte são considerados atrasados. O bairro de Copacabana, onde o autor concentra sua análise, é considerado um dos mais modernos da Zona Sul carioca. Entre as justificativas desta “modernidade” atribuída a Copacabana, uma delas chamou bastante a minha atenção. Um informante diz que ali é um bairro de pessoas que “venceram na vida”. Ou seja, local que demonstra um projeto e estilo de vida bem sucedido.

A hierarquia dos bairros reflete de modo bastante singular as diferenças nas representações e ações dos policiais que separam, hierarquizam e possuem condutas diferenciadas para os jovens moradores da Zona Norte e da Zona Sul. Assim, se o estigma atribuído aos moradores dos subúrbios e favelas contamina seus moradores, da mesma forma, o *status* atribuído à Zona Sul igualmente contamina seus moradores. É justamente nesse espaço social que os serviços públicos, municipal e estadual, são mais eficazes.

Nas imagens veiculadas pela mídia, a Zona Sul representa um estilo de vida legítimo e um padrão a ser seguido por toda a cidade. As belezas naturais se concentram em grande parte ali (Pão de Açúcar, Corcovado, praias). Dessa forma, a Zona Sul tornou-se – devido ao *status* que possui – um espaço onde as políticas públicas em geral ganham mais visibilidade. Pode-se mesmo dizer que a representação da Zona Sul tem influência direta nas ações e práticas dos governantes para aquela região. O que faz com que ali seja um local privilegiado por políticas públicas. Isso se reflete nas políticas de Segurança Pública Estadual, pois é justamente naquele espaço que há uma maior concentração de policiais militares por habitante, apesar de não ser este um espaço com altos índices de crimes considerados violentos. Por outro lado, o fato de a Zona Sul concentrar a população com um maior nível de renda, também influencia na atitude dos governantes. O que estou propondo aqui é que certos serviços públicos tais como: segurança, iluminação, saneamento básico, saúde, etc. são encontrados ali com muito mais facilidade do que em outras localidades da cidade, há uma maior preocupação com os moradores daquele segmento social que com moradores de outras regiões da cidade.

Estamos tratando na realidade de classificação e hierarquia social, mas existe uma discussão “encoberta” que é a de cidadania. O tratamento dos policiais com os moradores da Zona Sul é diferente, porque eles são socialmente vistos como cidadãos de 1ª categoria, enquanto os moradores das favelas e demais regiões da cidade são considerados “cidadãos” de 2ª categoria.

Nesta perspectiva, DaMatta (2000:77) chama a atenção para o fato de que: “No Brasil, por contraste [aos Estados Unidos]²⁹, a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada. Sua unidade básica não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações e pessoas, famílias, e grupos de parentes e amigos”. Seguramente, os policiais que trabalham na Zona Sul estão totalmente cientes disso. O seu saber foi

²⁹ Grifo meu.

construído empiricamente, e por isso mesmo, sabem que sua conduta naquele espaço deve ser diferente. Isso me lembra o depoimento de um entrevistado³⁰, que afirmou:

“Os jovens de classe média a polícia trata diferente sim, até porque na Zona Sul o jovem pode ser filho de desembargador, filho de coronel, filho de juiz, filho de promotor. Então, se o policial dá um tapa ele vai se ferrar, a gente tem que ter o maior cuidado, agora na favela muitos policiais batem, dão esculacho, eu acho que isso acontece porque os jovens não sabem dos seus direitos, não têm acesso à educação, porque se tivessem, se soubessem os seus direitos, o policial não ia fazer o que faz.”

Neste depoimento, percebe-se que existe certa “culpabilização da vítima”. São os jovens pobres e moradores de favelas que são responsabilizados, pois “não sabem dos seus direitos, não têm acesso à educação”. Todavia, o entrevistado reconhece que a polícia trata diferenciadamente jovens de “classe média”. Assim, é possível afirmar que a posição de classe, com suas redes de sociabilidade definidas, favorece os jovens de “classe média” e desfavorece jovens das “classes populares”.

Analisando situações de grupos jovens no Rio de Janeiro, Novaes (1998:6) fala em “juventudes”, no plural; afirmando ser importante levar em conta as diferenças de classe, raça, etnia, gênero, local de moradia. Nesta perspectiva, sempre e a cada vez que estivermos falando em juventude, é preciso esclarecer sobre a que grupos juvenis estamos concretamente nos referindo.

Nesta mesma perspectiva, Alvim & Paim (2000:14) afirmam que sociologicamente “... a juventude é considerada não um estado, mas sim um ‘processo’, que, pode-se dizer, se expande entre as diferentes imagens dos grupos subsumidos por sua classificação. É assim que se pode substituir a imagem esquemática do jovem por outras, por exemplo, a dos grupos: o grupo dos jovens burgueses, dos jovens operários, dos jovens estudantes, dos jovens trabalhadores, dos jovens das galeras, dos jovens das torcidas de futebol ou ainda dos jovens

³⁰ Soldado, idade não revelada. 15º BPM – Caxias, 9 anos de serviços prestados à PMERJ.

suburbanos, que se tornariam mais ou menos visíveis conforme o contexto social, econômico e político em que estão inseridos.”

Entre os policiais entrevistados, é possível afirmar que as representações associadas à juventude oscilaram entre duas imagens. Uma que percebe as diferenças entre os jovens e não os consideram todos iguais, e outra que substitui esquematicamente a imagem dos jovens pela dos grupos. Todavia, essas imagens colocavam os jovens dentro de um contexto social, econômico e territorial. Assim, nas falas era comum se referirem aos jovens da Zona Sul, jovens da Zona Norte, jovens da favela, jovens traficantes, jovens consumidores de drogas, jovens em situação de rua, mas todos sendo associados de acordo com o local em que moram.

3.1 Jovens da Zona Sul: sobre “playboys” e “pitboys”

Os jovens de “classe média” – localizados espacial e socialmente na Zona Sul carioca – são vistos, em grande maioria, como consumidores de drogas. As narrativas dos policiais atribuem aos jovens desta região o consumo de drogas ilícitas (maconha e cocaína). Curiosamente, poucas narrativas identificaram os jovens moradores de outras regiões da cidade como consumidores de drogas. Pode-se falar em uma divisão espacial e social da cidade. Certamente, esta divisão faz parte das representações dos policiais entrevistados em relação à juventude, à medida que separam por oposição os consumidores e traficantes.

Além disso, os jovens de “classe média” são considerados sem limites. Muitas vezes culpam os pais pelas atitudes “sem limites” dos filhos. O fato de terem dinheiro, casa própria, educação de qualidade, etc, não é suficiente para um controle das atitudes dos jovens, porque mesmo tendo isso, podem não ter a “estrutura familiar”³¹. Entre as atitudes consideradas sem

³¹ Pelo que entendi nas entrevistas, “estrutura familiar” deve ser considerada a relação entre pais e filhos, sendo

limites que foram lembradas, podemos destacar: a queima de mendigos nas ruas, a quebra de orelhões públicos, as brigas de grupos rivais; podendo evoluir para atitudes consideradas mais graves como roubo a pedestres e de carros.

Analisando a juventude dentro de outra perspectiva, alguns policiais constataram que nos dias atuais o que existe é uma “completa inversão de valores”, que pode ser verificada quando um jovem de “classe média” é conduzido para a delegacia ao ser flagrado consumindo drogas. Logo que os pais chegam à delegacia, eles buscam “justificar” a atitude do filho dizendo: “mas maconha é uma droga leve”, os policiais contestam “droga leve é droga”. Deste modo, afirmam que muitas vezes os jovens não têm noção que a maconha dele, com a maconha de outro jovem e assim por diante, fortalece o poder do tráfico de drogas, portanto, contribui para o aumento da violência.

Os policiais consideram que o tráfico de drogas contribui para o aumento de crimes contra a propriedade (roubos e furtos) e contra a vida (agressões e homicídios). Entre eles é comum também a idéia de que os jovens de “classe média” financiam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. O problema maior da polícia, nestes casos, é a sensação de estarem de “mãos atadas” para combater o consumo de drogas entre os jovens desse grupo social. Sobretudo porque, os jovens das camadas médias possuem uma rede de contatos pessoais que os livram de constrangimentos com a polícia e, na opinião dos entrevistados, não há incentivo do poder público para combater o consumo. Portanto, o tráfico de drogas é mais intensamente combatido pela polícia, porque dele resultam crimes que põem em risco a segurança da população e contribuem para aumentar a sensação de insegurança dos cidadãos comuns. O aumento desta sensação de insegurança faz com que os gestores da segurança pública adotem “respostas imediatas” para aumentar a sensação de segurança da população.

os pais os responsáveis de passarem os valores necessários à formação de um “bom jovem”. Sem essa “estrutura familiar” os jovens correm maiores riscos de aprender “o que não devem nas ruas”.

Outro exemplo da “completa inversão de valores” sociais foi dado por um oficial³² que afirmou ser comum o consumo de drogas nas praias cariocas. De acordo com este oficial, as praias são preferidas porque nelas os jovens podem “fumar maconha com amigos”, exercitando assim sua liberdade individual. Outro motivo da escolha das praias é porque são locais privilegiados para observar os policiais a metros de distância, o que facilita esconder a droga na areia e assim se livrarem do flagrante e de possíveis constrangimentos. Outro entrevistado disse que, para se livrar do flagrante, já viu alguns jovens comerem a droga. Há ainda, alguns policiais que acreditam que a própria legislação brasileira favorece o tráfico de drogas ao reconhecer este como crime, mas não o consumo. Ou seja, ao invés de coibir o consumo, a legislação brasileira, na opinião de muitos policiais, o estimula. Nesta perspectiva, quanto mais os jovens consomem drogas, mais favorecem o tráfico de drogas.

No discurso dos policiais, algumas instituições são responsáveis para educarem os jovens e passarem os valores necessários para que estes não se envolvam em “coisas erradas”. Nesta linha de raciocínio, a família é a instituição por excelência responsável por manter os jovens sob controle. Percebe-se claramente a idéia de “desestrutura familiar” – à medida que as figuras paternas e maternas não mais oferecem modelos para seus filhos, pois não passam os valores necessários para que os jovens vivam em sociedade. Na maioria dos casos, os pais dos jovens de classe média são responsabilizados quando não têm tempo para cuidarem dos filhos, transferindo, dessa forma, suas responsabilidades para outros atores sociais, como a escola.

No ponto de vista dos policiais entrevistados, o excesso de tarefas que os pais de jovens de “classe média” imputam aos seus filhos é um erro. Na tentativa de preencher sua falta de tempo, os pais procuram ocupar ao máximo o cotidiano de seus filhos, pagando aulas de inglês, natação, ginástica, cursos diversos, etc; mas investem pouco na atenção necessária

³² 2º Tenente, 29 anos de idade. 2º BPM – Botafogo, 5 anos de serviços prestados à PMERJ.

aos filhos e no convívio familiar. Como os pais dos jovens de “classe média” não têm tempo para “vigiar” se os seus filhos estão realmente realizando as atividades que eles financiam, eles acabam passando tempo demais nas ruas “aprendendo coisas que não devem”.

Assim como ocorre com as praias, as festas também foram lembradas como momentos que propiciam um maior exercício da liberdade juvenil e do consumo de drogas. Existem festas frequentadas exclusivamente por jovens de “classe média”. Nestas, a entrada pode custar R\$100,00, o que exclui os jovens das “classes populares”. Um oficial³³ que entrevistei disse que gosta de frequentar tais festas, mas se vê obrigado a omitir sua condição de policial e “fingir que não viu nada”. Este policial diz que se tivesse que tomar providências, “teria que prender metade dos jovens” que ali estavam, pois o consumo de drogas nessas festas é grande. Este fato revela que no seu trabalho ou nas horas de lazer, os policiais são levados a reservar para si um repertório de condutas ilegais. Essas condutas são acionadas dependendo do que está em jogo. Nos momentos de lazer, muito provavelmente, os policiais “fecham os olhos” para algo que saibam estar errado. De fato, suas condutas oscilam entre a legalidade e a ilegalidade. Cotidianamente, estabelecem classificações ambíguas em relação ao que considerar “crime”; o que justifica “fazer vistas grossas” em certos momentos. Nesta perspectiva, o “fazer vistas grossas” é justificado com outra sentença: “é impossível ser policial 24 horas por dia”.

As brigas podem ser consideradas outra característica dos jovens de “classe média”. Muitos fatores concorrem para estimulá-las, a emulação por mulheres parece ser um dos motivos mais comuns. Se um jovem paquera a namorada de outro – rompendo fronteiras imaginárias simbolicamente construídas pelos jovens que dividem e classificam o espaço dos bailes – ou olha atravessado, já é motivo suficiente para brigar. O interessante é que as brigas são utilizadas para marcar as diferenças entre a geração atual e a dos entrevistados. Apesar de

³³ 1º Tenente, 24 anos de idade. 13º BPM, Praça Tiradentes, 7 anos de serviços prestados à PMERJ.

encararem as brigas como comuns na época em que eram jovens, os policiais mais velhos, disseram que gostavam de ir aos bailes “arranjar mulher” e, atualmente, os jovens já saem de casa com a intenção de brigar. Dois grupos de jovens foram muito lembrados pelas brigas que se envolvem: os pitboys e os funkeiros. Evidentemente a repressão policial se faz mais presente no segundo grupo.

Sobre as “galeras funk” no Rio de Janeiro, Cecchetto (1997:112) afirma que: “Nos bailes onde as galeras exibem os padrões de violência acima mencionados, as fronteiras entre o jogo e o conflito, entre a competição e a destruição, tornam-se difusas, ultrapassando os muros dos bailes para fazer parte do cotidiano dos jovens em várias atividades, inclusive a escola.” Noutro trecho do mesmo artigo, a autora salienta que: “Os discursos e práticas vindos da população, da polícia e administradores públicos exibem uma preocupação em coibir a violência das galeras em determinados espaços da cidade. O que chama a atenção é que em alguns contextos ela é admitida.”

Sabemos que, historicamente, as manifestações vindas das “classes populares” sempre foram vistas como perigosas aos olhares da população e dos policiais mantenedores da ordem pública. Dependendo do espaço que essas manifestações estejam sendo realizadas, elas podem ser duramente reprimidas. A declaração de um policial que entrevistei, fornece argumentos de como o espaço influencia no tratamento dos policiais aos diferentes grupos que circulam pela cidade:

“Os jovens da Zona Sul, os famosos pitboys, esses só fazem arruaça na Zona Sul, vê se você houve falar em pitboy aqui na Zona Norte, na Penha, em Olaria, em Ramos? Aqui é subúrbio meu amigo, aqui o buraco é mais embaixo, se um pitboy desses parar na minha frente na Zona Norte, eu encho ele de bala. Veja só, eu sou baixinho, uso óculos, na mão

não tem como fazer, então, eu nem penso duas vezes, encho ele de bala. Mas na Zona Sul não, ele pode ser filho de um desembargador e aí a coisa complica.”³⁴

O depoimento acima confirma que o tratamento aos grupos de jovens depende do espaço em que se encontram. Notemos que as brigas também ocorrem em grupo, dificilmente, jovens sozinhos se envolvem em brigas. É mais comum que elas ocorram em grupo e entre grupos rivais. A violência que as brigas exprimem pode ser entendida como uma espécie de “divisão simbólica” da cidade pelos grupos de jovens. Os grupos se reconhecem pelos bairros que moram e pelas atividades de lazer que praticam (skate, surf, rock, hip-hop, funk, etc.).

Uma conversa informal que tive com um amigo que costuma freqüentar shows de rock foi bastante esclarecedora. Segundo ele, há uma rivalidade entre os funkeiros e os rockeiros. Assim, um grupo não pode invadir o “território” do outro e, se isso acontecer, a briga é certa. A invasão do território é considerada uma afronta ao grupo. Este território pode ser o local onde acontecem shows de rock, assim como locais onde aconteçam bailes funk. Na divisão simbólica da cidade, “invadir” o espaço de outro grupo pode ser desastroso para ambos. Dessa forma, jovens em grupo que transitam pela cidade são obrigados a estabelecer um “mapa cognitivo” para saberem qual território podem transitar em segurança e livres de maiores constrangimentos.

Em menor número, mas nem por isso menos importantes, surgiram depoimentos associando jovens de “classe média” a crimes como: roubo a bancos, a carros importados, a pedestres, etc. No entanto, esses crimes eram todos relacionados ao vício das drogas. Outro ponto comum aos policiais que entrevistei é a visão hedonista que costumam fazer dos jovens de “classe média”. O consumo de drogas (lícitas e ilícitas) seria mais um caminho na busca pelo prazer. Tudo me leva a supor que a visão hedonista associada aos jovens de “classe média” extrapola as fronteiras da classe social, podendo ser pensada para a juventude em

³⁴ 2º sargento, 37 anos, 18º BPM – Jacarepaguá, 18 anos de serviços prestados à PMERJ.

geral; mas foi entre os jovens de “classe média” que ela foi mais enfatizada. Esta visão agrega outros aspectos importantes. Não por acaso, muitas falas apontam os jovens desta geração como sem ideais, sem perspectivas, sem horizontes, sem rumo, sem futuro, etc.; ou seja, a atual geração é pensada pelo que perdeu em relação à geração anterior. Assim, podemos deduzir que os policiais manipulam a categoria juventude de acordo com suas “intenções” e experiências cotidianas. Essa manipulação certamente está de acordo com seus interesses e, de certa forma, com a visão de mundo que construíram a partir de um contexto socialmente definido.

Analisando o problema das “especificidades geracionais” tão presente no debate sobre a juventude, Pais (2003) comenta: “... a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogêneo: homogêneo se a compararmos com outras gerações; heterogêneo logo que a examinamos como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros.”

Alguns policiais concentraram suas reflexões sobre a juventude atual, a partir do que ela não possui (horizontes, rumo, futuro, etc.), quando comparada com a geração que lhe antecedeu ou a dos próprios entrevistados. Essas reflexões só vêm a confirmar que cada geração de fato possui “marcos geracionais” específicos, que orientam a percepção sobre a geração que a sucedeu ou antecedeu, possibilitando dessa forma a comparação entre elas. Ao comparar as juventudes, os policiais revelam o que a atual geração perdeu em relação a que eles pertenceram. É justamente este tipo de pensamento que possibilita o “discurso da perda”.

Certamente as brincadeiras podem ser consideradas “marcos geracionais” específicos a cada geração. Elas também foram lembradas e utilizadas pelos policiais como marcadores de diferenças entre as gerações. Alguns policiais disseram, que em suas épocas, as brincadeiras mais comuns eram: “garraão”, “amarelinha”; e uma das mais pesadas “pêra, uva, maçã e salada mista”. Mas, ao falarem das brincadeiras da atual geração, alguns policiais disseram:

“eles só querem saber de transar, fazer filhos e consumir drogas”. Dessa forma, os policiais demonstram saudosismo em relação ao passado, e/ou certa ingenuidade dos jovens de sua geração, cuja brincadeira mais pesada era “pêra, uva, maçã e salada mista”, muito diferente do que ocorre nos dias atuais.

Nas entrevistas, os policiais sempre relataram as dificuldades que têm em cumprir a Lei quando se trata dos jovens de “classe média”. Assim, enfatizavam que a rede de sociabilidade a que estes jovens estão ligados, onde autoridades ligadas à Segurança Pública estão inseridas, contribui para que o seu trabalho nas ruas não tenha o efeito que desejam. Muitas vezes, se dizem desanimados, e que, às vezes, “é melhor fingir que não viu nada” e se eximir da responsabilidade. Em muitas entrevistas, ouvi dos policiais que várias vezes eles conduziam os jovens de “classe média” à delegacia por se envolverem em brigas ou mesmo consumirem drogas, e mesmo assim em nada adiantava. A entrevista abaixo relata a indignação de um policial que constata a benevolência da justiça com os consumidores de drogas:

“As ocorrências com drogas, às vezes, o policial finge que nem vê. Até porque não adianta nada, hoje em dia é muito difícil um cara ser preso porque estava consumindo drogas, o que acontece é que ele acaba sendo obrigado a prestar algum serviço comunitário; se pegar menos de dois anos, a pessoa não vai presa, às vezes, é obrigado a doar uma cesta básica por dois anos a um asilo ou pintar os muros da cidade, mas ir preso mesmo não vai; então não adianta prender alguém por consumo de drogas, que não dá em nada. Você viu o caso do ator Marcelo Antony³⁵, com aquela quantidade que ele foi pego certamente ele iria traficar, porque tráfico é quando você dá, transfere a droga para outra pessoa; eu posso estar aqui com uma quantidade de maconha, até aí eu sou consumidor, agora se eu te oferecer, aí já caracteriza o tráfico; eu duvido que o Marcelo Antony não estava traficando, mas ele é ator global e foi liberado. O pior é que tem gente que foi

³⁵ Marcelo Antony é ator da Rede Globo de Televisão, que em abril de 2004 foi preso em Porto Alegre com 97 gramas de clone (mistura de maconha e produtos químicos). Antony foi enquadrado como usuário de drogas. Se fosse como traficante, a pena poderia ser de 3 a 15 anos de prisão. Os policiais autuaram o ator por tráfico de drogas devido à quantidade de maconha encontrada com ele, mas o juiz de Direito Mauro Borba, que expediu alvará de soltura de Antony, desclassificou a autuação por tráfico, e o enquadrado por uso de drogas. Fonte: Estadão on line de 20/04/2004.

pego com uma quantidade muito menor que a dele – 50 gramas – e está preso como traficante. Ele foi pego com 400 gramas e não deu nada para ele; então eu acho que a justiça aqui no Brasil é muito fraca, a Lei eu acho boa, mas a justiça não funciona.”³⁶

Nessa entrevista, o policial se questiona sobre a eficiência da justiça no Brasil. Para ele, o ator Marcelo Antony deveria responder pelo crime de tráfico de drogas, devido à quantidade de drogas que foi apreendida em seu poder. Porém, o seu “crime” teve outra interpretação e, ao invés de ser indiciado como traficante, foi indiciado como usuário, beneficiando-se da Lei. Na verdade, os depoimentos colocam em cheque o papel da polícia em nossa sociedade. Se para o policial “a justiça aqui no Brasil é muito fraca” e “não funciona”; poderíamos avançar um pouco nesses argumentos e questionar: para qual grupo a justiça brasileira não funciona?

Analisando a polícia na cidade do Rio de Janeiro, Kant de Lima (1995) conclui: “... ao aplicar desigualmente a Lei, a polícia evita, por um lado, que os ‘criminosos em potencial’, os marginais, beneficiem-se dos dispositivos constitucionais igualitários. Por outro lado, em certos casos, especialmente quando as pessoas envolvidas pertencem às classes média ou alta, a polícia, ao aplicar a lei e atuar de maneira compatível com os dispositivos constitucionais igualitários, restabelece a fé dos não-marginais nos princípios democráticos igualitários do sistema político brasileiro. De fato, as práticas policiais tornam possível o funcionamento do sistema político, a despeito de suas contradições legais internas.”

Certamente a idéia de hierarquia social tão bem analisada por DaMatta (1997) tem seus reflexos no sistema judicial brasileiro. Isso permite que alguns cidadãos respondam de maneira diferente pelos mesmos crimes. É isso que o caso do ator Marcelo Antony revela.

Além do desânimo, a revolta foi outro sentimento destacado pelos policiais, muitas vezes acionado por um olhar inquisitório da população que a todo o momento acusa o policial de corrupto, violento, truculento, dentre outros. Nesta gramática não verbalizada, os policiais

³⁶ Soldado, idade não revelada. Batalhão de Choque. 4 anos de serviços prestados à PMERJ.

se vêm pressionados pela população que os criticam em suas ações, e pelos superiores hierárquicos que cobram soluções rápidas para algo de ruim que tenha ocorrido na cidade. Por outro lado, constantemente relatam os riscos que estão expostos no exercício de sua profissão; a falta de equipamentos adequados, baixos salários, equipamentos que não funcionam, longas jornadas de trabalho, e o fato de muitas vezes trocarem tiros em suas operações e não terem descanso, sendo obrigados a permanecer de serviço após um momento de tensão. Por todos esses motivos, os policiais alimentam o sentimento de revolta em relação à situação que vivenciam. Assim, justificam “e a população ainda quer cobrar da gente educação, respeito. Como eu posso ter educação quando acabo de sair de uma troca de tiros?”, relata um entrevistado³⁷.

3.2 Jovens da Zona Norte: “favelados” e “suburbanos”

É sobre este segmento da juventude que os policiais concentram o seu olhar discriminatório. É comum os policiais afirmarem “estar de mãos amarradas para lidar com os jovens de classe média que consomem drogas”. No entanto, em relação aos jovens das favelas e subúrbios cariocas, esses discursos não acontecem de forma alguma. Muitos entrevistados preferem lidar com os jovens moradores das favelas e subúrbios a lidarem com os jovens de “classe média” e moradores da Zona Sul. Segundo um entrevistado³⁸, “... os jovens na Zona Norte respeitam mais, quando nós os mandamos parar, eles respeitam logo. Os jovens da Zona Sul não, eles não respeitam muito, tratam com arrogância o policial, talvez pelo fato de terem dinheiro e saberem que não vão ficar presos.” Se referindo aos pais destes jovens, este mesmo entrevistado observa “... os pais também são truculentos com a gente, nos tratam com indiferença; e os filhos, se inspirando nas ações dos pais, agem da mesma forma.”

³⁷ Soldado, 30 anos. 3º BPM – Méier, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

³⁸ Soldado, 29 anos. 24º BPM – Queimados, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

Em relação à atuação dos policiais na Zona Norte e Zona Sul da cidade, Sansone (2002:526) afirma que: “Na Zona Norte do Rio de Janeiro, predominantemente de classe baixa, o policiamento é mais rude, e resulta na morte de um número muito maior de pessoas do que na Zona Sul, mais rica. Na primeira, as pessoas são mais pobres, porém o clima geral de ilegalidade oferece mais oportunidades para formas de corrupção em pequena escala, e as atividades escusas paralelas – um acréscimo fundamental aos magros salários dos PMs. Na Zona Sul, ao contrário, o policiamento é muito menos violento e, por conseguinte, menos perigoso para os próprios PMs; porém, é mais difícil conseguir propinas, porque as pessoas tendem a ser mais assertivas e mais difíceis de intimidar – ‘temos que tomar cuidado, porque a gente pode parar um sujeito e descobrir que ele é juiz ou filho de um juiz!’.”

Como vimos, a preferência em lidar com os jovens moradores da Zona Norte é justificada, porque é lá que “os jovens respeitam mais”. No entanto, um entrevistado³⁹, avaliando a atuação da polícia na Zona Norte, observa que: “... o comportamento dos policiais quando estão na Zona Sul é bem diferente de quando estão na Zona Norte. Na Zona Sul eles dizem não senhor e sim senhor, mas na Zona Norte, eles entram invadindo, arrombando portas e pronto. Eu sei que é errado, mas é assim que acontece.”

Em sociedades hierárquicas, como é o caso do Brasil, DaMatta (1997) constatou ser comum a seguinte pergunta: “– Você sabe com quem está falando?”, sendo esta um estabelecimento social e não um modismo passageiro, fruto de uma época ou camada social. Certamente os jovens moradores da Zona Sul carioca lançam mão desta pergunta ao serem abordados pela Polícia Militar. Agindo assim, os jovens não só demonstram sua posição social, autoridade e poder em relação ao policial, mas também coloca em cheque a autoridade daquele que os aborda.

³⁹ Idem.

A experiência de policiar as ruas da cidade faz emergir muitos discursos. Dentre eles, alguns policiais acreditam que a experiência em atuar em favelas faz com que eles digam saber “identificar” trabalhadores e bandidos naqueles espaços. Com base em suas próprias opiniões e definições, os policiais identificam, classificam, separam e punem os possíveis “bandidos” que ali residem. Se houver dúvida, prontamente a carteira de trabalho é retirada do bolso para atestar a idoneidade do morador. Seguramente por isso a carteira de trabalho “assinada”, nas favelas e subúrbios, é tão importante. Novamente, Rinaldi (2003:318) ajuda a entender essa questão: “... em certas falas, esses profissionais afirmam que nem todos os favelados são marginais; que ter contato com eles não oferece perigo; que existem favelados honestos e trabalhadores. O que permanece, no entanto, é que toda a vez que procuram negociar a identidade de favelado, o ponto de partida é o estigma, o lugar da ‘anormalidade’, da anomia, da carência. Por isso, mesmo quando se usam símbolos de prestígio, tais como uma folha penal limpa e uma carteira de trabalho, permanece a categorização mais geral acerca desse grupo. Favelado continua sendo ‘marginal’, e os que não confirmam a regra são exceção.”

O tráfico de drogas é o crime mais atribuído aos jovens das favelas e dos subúrbios cariocas⁴⁰. Dentre as muitas explicações para o envolvimento dos jovens das favelas com o tráfico está a de ser esta uma atividade onde se movimenta muito dinheiro e há maiores possibilidades de se “ganhar dinheiro fácil”. Ainda sobre este assunto, um entrevistado observa: “... então veja o caso da Rocinha, lá não tem saneamento básico, não tem projetos sociais, não tem auxílio do Estado e ao mesmo tempo o jovem tem a família grande, o pai morreu, está desempregado ou ficou no nordeste. Ao mesmo tempo tem a figura do traficante, que começa pedindo ao jovem para buscar uma coca-cola, depois um pão com mortadela; ele

⁴⁰ Sobre o assunto, ver Sento-Sé (2003).

vê as pessoas respeitando o traficante e chamando-o de ‘senhor fulano de tal’, depois ele vira avião, mula, soldado e quem sabe chega a gerente, isso se sobreviver até lá.”

Na opinião deste entrevistado, o Estado não fornece as condições necessárias para que os jovens possam desenvolver suas habilidades. Ele constata a “desestrutura familiar” e a região da pobreza no Brasil quando diz que o pai ficou no nordeste. Em sua opinião, o tráfico acaba sendo um caminho natural aos jovens que não tiveram oportunidades na vida.

O respeito atribuído ao chefe do tráfico de drogas, na visão dos policiais, pode ser um estímulo à entrada dos jovens para o tráfico. Este respeito traz consigo outros elementos importantes, que vão influenciar na entrada dos jovens para o tráfico. Ouvi de muitos policiais que os traficantes conseguem as melhores mulheres da comunidade. Assim um entrevistado⁴¹ afirma que: “... esse pessoal que entra no tráfico porque vão conseguir as melhores mulheres, tênis de marca, respeito dentro do local em que moram, então eles acabam sendo referencial para outros meninos. Eu estou cansado de ver nos julgamentos, que participam mulheres lindas que estão com esses jovens, muitas vezes eles são malcheirosos, porque não tomam banho, mas mesmo assim têm quatro, cinco mulheres dentro da favela. Então eles saem de uma casa e vão para outra sem tomar banho. O que eu sinto nesses jovens é que eles têm pressa de viver, muitos sabem que a vida é curta, que vão morrer rápido, então eles têm pressa de viver. Vivem intensamente, mas não têm tempo para tomar banho, aproveitam cada minuto da vida como se fosse o último.”⁴²

Alvito (2001:72) esclarece a importância para os traficantes do fato de terem várias mulheres na favela: “... sendo assim, aquilo que a mídia compara a um harém – emprestando à favela um exotismo oriental – e, além de uma demonstração de poder, prestígio e virilidade, uma estratégia conscientemente percebida. Ter várias mulheres significa ampliar a rede de

⁴¹ 2º Sargento, 37 anos de idade. 18º BPM – Jacarepaguá, 18 anos de serviços prestados à PMERJ.

⁴² 2º sargento. 38 anos de idade. 18º BPM – Jacarepaguá, 18 anos de serviços prestados à PMERJ.

parentesco e, também, de solidariedade. Multiplicam-se assim as casas onde abrigam-se por algumas horas ou por uma noite; os locais onde esconder armas e drogas.”

Na busca de causas que podem influenciar a entrada dos jovens no tráfico, assim como podem tornar-se um fator de resistência contra sua entrada, outro elemento importante foi lembrado: a família. Estas foram responsabilizadas pelos policiais por não terem a “estrutura” necessária para passarem certos valores aos filhos. Se entre os jovens da Zona Sul a família é responsabilizada por não passar os valores aos filhos, pois os deixam soltos demais, entre os jovens moradores das favelas as famílias estão “desequilibradas”, e deixam um vazio, que permite a aproximação dos jovens com os traficantes. Um entrevistado⁴³ definiu como isso acontece:

“Hoje em dia, o que está acontecendo é que não tem mais estrutura familiar, não tem emprego, então aumenta a violência. A mãe está desempregada, o pai é um alcoólatra, o governo não dá educação, a favela não tem saneamento básico, não tem projetos, então o jovem da favela não tem muita opção e entra para o tráfico de drogas. A mãe não gosta da entrada do filho no tráfico, mas, às vezes, o dinheiro que ele ganha no tráfico sustenta a família; então mesmo ela não gostando, acaba aceitando. Então o jovem da favela vive em tensão, muitos têm que roubar quando não estão no tráfico.”

Notemos, que no relato acima a explicação para a entrada dos jovens no tráfico de drogas segue uma explicação social, não encontrando nenhum entrevistado que buscasse explicá-la a partir de pressupostos biológicos. Para eles, desemprego leva à falta de estrutura, que por sua vez, leva ao alcoolismo. Assim a falta de saneamento básico, aliado à falta de projetos e à falta de educação, definem o caminho do jovem que “por não ter muita opção entra para o tráfico”. De fato, notamos nas falas dos entrevistados um discurso comum. Nesse, alguns fatores influenciam na entrada dos jovens para o “mundo do crime”, os mais comuns

⁴³ Soldado, idade não revelada. 15º BPM – Caxias, 9 anos de serviços prestados à PMERJ.

são: respeito que os traficantes têm, família desestruturada, busca de poder, consumo de bens como tênis e roupas de marca e mulheres.

Na percepção dos policiais percebem-se três elementos: pobreza, consumo e poder. Juntos, estes fatores apontam as causas mais comuns que estimulam os jovens pobres a entrar para o tráfico de drogas. Porém, alguns policiais atribuem parte da culpa aos governos municipal, estadual e federal, que não investem em educação e em melhorias na condição de vida dos moradores das favelas.

De certa forma, em muitas entrevistas, os policiais fizeram questão de mostrar como se sentem em relação à política de segurança pública estadual. As opiniões mostram que estão insatisfeitos no que se refere aos rumos que a política de segurança vem seguindo. Era comum a idéia que o governo estadual investe em armas, em viaturas, mas não investe no ser humano que está portando a arma, ou dirigindo a viatura. Dessa forma, demonstram que não há investimentos nos policiais, seja em capacitação, em melhorias nas condições de trabalho ou melhores salários. Apesar da revolta com a situação em que vivem, muitos se sentem orgulhosos do seu papel social, afinal de contas, são eles que mantêm as “coisas sob controle”.

Nas favelas, a arma na cintura ou em punho representa poder e autoridade para os jovens traficantes que as ostentam. Durante as entrevistas, notei que os policiais não se mostraram sensibilizados em relação aos jovens que estão morrendo nas favelas e subúrbios do Rio de Janeiro. Para mim, a arma que os jovens traficantes ostentam produz uma espécie de “demonização” desses, que são considerados “inimigos”, “outros”; e até sua “humanidade⁴⁴” é questionada. Como inimigos, os policiais é que determinam o tipo de tratamento que devem receber. Dessa forma, identificam os inimigos (traficantes) e o local em que vivem (favelas), julgam o tratamento e a sentença que acreditam que os jovens merecem.

⁴⁴ Ver capítulo I desta dissertação, especialmente o item sobre os Direitos Humanos.

Se os policiais mais velhos, ancorados em sua experiência, acreditam saber identificar trabalhadores e bandidos nas favelas; outros policiais, sobretudo os mais novos, consideram que na favela não se sabe “quem é do bem” e “quem é do mal”. A partir dessas classificações elaboram frases como: “antes a tua mãe chorar que a minha”. Os policiais, devido ao seu cotidiano de trabalho que os põem em contato direto com as diferentes juventudes que transitam pela cidade, manipulam a categoria juventude de acordo com seus interesses.

“Olha, eu acho a juventude hoje em dia imatura, impulsiva; o jovem hoje em dia não tem responsabilidade, então muitos acabam entrando para o tráfico. Eu não posso considerar um garoto de 12 anos que segura um fuzil ou uma faca um jovem. Então o jovem é alienado, porque não vê o dado com outras direções. Eu não digo nem a moeda que só tem dois caminhos, mas o dado com outras direções.”⁴⁵

Conforme os entrevistados, na estrutura do tráfico existem inúmeras divisões, que refletem a hierarquia comum ao tráfico de drogas nas quais os jovens se inserem. Existem olheiros, soldados, mulas, gerentes, aviões, etc. Os olheiros – jovens que observam a movimentação dentro da favela e avisam aos demais traficantes sobre a presença da polícia – costumam estar desarmados, e por isso têm menos chances de morrer. Já os soldados – responsáveis pela defesa da boca de fumo – têm, no confronto direto com os policiais, mais chances de morrer. Nas operações policiais, na maioria das vezes, inexistem por parte dos policiais militares qualquer preocupação se os jovens que trocam tiros serão mortos ou não. Já disse que eles não vêem jovens, mas sim “inimigos”. Dessa forma, o número de vítimas em suas ações é muito alto.

Em seu livro: *A letalidade da ação policial*, Cano (1997:80) conclui: “... o número de vítimas fatais é maior nas intervenções nas favelas da cidade. Em contrapartida, o número de feridos é superior nas intervenções no asfalto. Conseqüentemente, a letalidade das atuações policiais nas favelas é mais de duas vezes superior à de suas ações no asfalto. No entanto, os

⁴⁵ Soldado, 30 anos. 3º BPM – Méier, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

confrontos dentro das favelas parecem representar um risco comparativo menor para os próprios policiais, e um risco menor também para as vítimas acidentais (balas perdidas).”

De fato, a atuação do policial no asfalto é diferente da sua atuação nas favelas; da mesma forma que a sua atuação na Zona Sul é diferente de quando estão atuando na Zona Norte. No asfalto, como revela Cano, o número de feridos é superior, revelando que ali a letalidade da ação policial é menor se comparado às favelas, onde o número de mortes é superior ao número de feridos. Os policiais que eu entrevistei, não demonstraram qualquer preocupação com o número elevado de mortes dentro das favelas, apesar de reconhecerem que ali “não existem somente bandidos”. A partir das falas dos entrevistados, podemos perceber que nas favelas os policiais se eximem da culpa, pois consideram que em uma atividade criminosa como o tráfico de drogas, onde é constante o confronto com a polícia, as mortes dos bandidos são “normais”. Os policiais não têm culpa, pois afinal “estavam fazendo o seu trabalho”. A morte dos traficantes é vista como normal, pois “eles são bandidos”.

3.3 Jovens em situação de rua: os “meninos de rua”

“Menor de rua” – foi esta a categoria utilizada pelos policiais para se referir aos jovens pobres visíveis nas ruas da cidade. Segundo os policiais, os crimes mais comuns atribuídos a estes jovens é o roubo a pedestres. Curiosamente, os “meninos de rua” foram apontados como “juventude problemática” somente na Zona Sul da cidade, e em nenhuma entrevista eles apareciam como “problema” da polícia em outras regiões da cidade, o que me faz deduzir que noutros locais eles são mais “tolerados” do que na Zona Sul. O fato de eles serem considerados “problema” na Zona Sul não significa que eles se restrinjam somente a esta região, mas que é ali que eles são mais visíveis. O fato de se localizarem na Zona Sul da cidade, área muito valorizada socialmente, onde moram pessoas com mais prestígio social;

faz com que justamente nesses espaços estes jovens saiam da “invisibilidade social” e, a partir do medo que muitas vezes acionam, se tornem mais “visíveis”.

Tratando dos “meninos de rua” enquanto categoria social, Alvim (1995:90) esclarece: “A categoria social *meninos de rua* (mais tarde acrescida do termo *meninas*) foi reconhecida e disseminada por um conjunto de técnicos da UNICEF, da FUNABEM⁴⁶ e da Secretaria de Assuntos Sociais do Ministério de Previdência Social no final dos anos 80, para denominar as crianças e adolescentes com as quais se ocupavam, e cuja presença maciça nas ruas causava preocupações das mais diversas ordens. Essas crianças e adolescentes eram denominadas menores, categoria jurídica que, a partir dos anos 50, passou a ter uma conotação pejorativa; ‘*menor*’ para o senso comum, quer dizer pobreza e, principalmente delinquência, significado enfatizado, também, pela imprensa, formadora importante de opinião pública.”

Muitos foram os casos narrados pelos entrevistados para exemplificar os “problemas” que este grupo de jovens provocam, e como a partir daí eles se tornam “problemas de polícia”. Um destes foi à lembrança que um entrevistado⁴⁷ teve sobre o verão de 2003, quando alguns “meninos de rua” estavam vindo em um ônibus da Zona Sul em direção ao centro da cidade, e estavam jogando pedras nas pessoas que estavam nas ruas. O ônibus foi parado pelos policiais que estavam realizando uma blitz e, mesmo alguns “meninos de rua” tendo conseguido fugir do cerco policial pela janela do ônibus, um grupo de aproximadamente quarenta “menores” foi detido. Segundo o policial, quando os “menores”, foram perguntados sobre o porquê de estarem fazendo aquilo, eles logo “caíram em contradição”. Mas como não havia nenhuma vítima que pudesse prestar queixa contra os “menores” e como já sabemos que “sem vítima, não há crime”, os “menores” não puderam ser levados para a DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e aos Adolescentes). Segundo o policial, a única alternativa que lhe restou foi separar os menores e colocá-los em ônibus separados para viajarem

⁴⁶ Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

⁴⁷ 2º tenente, 29 anos. 2º BPM – Botafogo, 5 anos de serviços prestados à PMERJ.

sozinhos, porque para ele “... sozinhos eles não fazem merda, sozinho ele não faz besteira, normalmente é em grupo, eu acho que eles se sentem mais fortalecidos e, quando estão em grupo, resolvem agir desta maneira”.

A mesma sensação de desânimo que os policiais sentem em relação aos jovens de “classe média” – moradores da Zona Sul e consumidores de drogas – também é acionada em relação aos “meninos de rua”, principalmente porque “prendem os menores hoje e, amanhã mesmo, eles já estão nas ruas cometendo os mesmos delitos”. Também é comum recolherem os menores, mesmo que eles não estejam fazendo nada, para conduzi-los aos abrigos da Prefeitura. Mas, como eles não são obrigados a permanecer nos abrigos, acabam voltando para as ruas. Nos abrigos, os menores tomam banho, jantam e “voltam para as ruas mais fortes para roubar”. A outra face desse problema é a própria população, segundo o policial, que muitas vezes por “pena” da situação dos “menores”, sem os direitos sociais básicos como comida, moradia e estudo, acabam colaborando para que eles permaneçam nas ruas da Zona Sul, na percepção dos policiais, dificultando o seu trabalho.

As falas dos policiais apontam as dificuldades em lidar com os “menores de rua”, principalmente porque existem moradores que são a favor da permanência dos menores nas redondezas e outros são contra. Entre os que são a favor da permanência dos “menores de rua” na Zona Sul, as senhoras idosas foram apontadas como as que mais beneficiam os “menores”, levando comida, cobertores, roupas, etc. Já alguns moradores que são contra a permanência dos menores, segundo o entrevistado, chegam a fazer “justiça com as próprias mãos”, que vão desde insultos a “jogar creolina na porta de seu prédio”, para que os “menores” não se instalem naquele local, podendo evoluir para agressão física.

Entre os policiais que patrulham as ruas da Zona Sul os “menores de rua” são conhecidos como “fedorentos”, e muitos não gostam de lidar com estes menores, mas como não têm escolha acabam lidando meio a contragosto. É comum que os policiais auxiliem a

Prefeitura no recolhimento destes, e mesmo que não estejam fazendo nada são levados para os abrigos da Prefeitura para “limpar a praça”. Podemos perceber o quanto às categorias “limpo” e “sujo” encontram-se presentes no discurso dos policiais. Para estes, os “menores de rua” são “fedorentos”, portanto estão sujos; a medida a ser tomada é transferi-los para abrigos separados para que não voltem a se juntar. Ao recolherem os “menores”, os policiais dizem que estão “limpando a praça”.

Douglas (1976:121) esclarece: “... parece que; se uma pessoa não tem lugar num sistema social, sendo, por conseguinte, marginal, toda preocupação com o perigo deve partir dos outros. Ela não pode evitar sua situação anormal. Isto é, aproximadamente, como nós próprios olhamos pessoas marginais num contexto secular, e não ritual”. O relato de Douglas ajuda a compreender que os “menores de rua” na Zona Sul da cidade estão fora do seu “lugar social”, portanto naquele espaço representam “perigo”. Como eles não têm lugar no sistema social, toda a preocupação com o perigo que representam deve partir “dos outros”, no caso dos menores que estão na Zona Sul, de autoridades municipais e estaduais.

Entretanto, há espaços que os “meninos de rua” são mais tolerados. As ações dos policiais em relação aos “meninos de rua” acabam por legitimar que a Zona Sul é um espaço no qual os “menores” não devem permanecer, e que ali são vistos como “problema”. Ao conduzir os “meninos de rua” para os abrigos da Prefeitura é comum que sejam levados para diferentes abrigos, localizados em diferentes pontos da cidade, dificultando que eles se reencontrem e novamente ocupem as ruas da Zona Sul, da qual foram retirados, pois ali são vistos como “invasores”. No discurso dos policiais, o que importa é impedir as aglomerações dos “menores de rua” nas ruas da Zona Sul da cidade. Todavia, acredito que o fato de os “menores de rua” representarem perigo de danos físicos, simbólicos e materiais para os moradores daquela localidade, influencia diretamente no tratamento dos policiais em relação

aos menores, que são constantemente vigiados e punidos, mostrando-os a posição que ocupam na estrutura social.

Para os policiais, a falha do poder público faz com que as pessoas sintam pena dos menores e lhes dêem dinheiro. Afirmam que essa atitude só contribui para que eles permaneçam naquela situação e que as pessoas deveriam deixar o problema para uma instituição social, para o Estado resolver. Mesmo com as melhores intenções, as pessoas que ajudam, acabam atrapalhando. Para o entrevistado, os menores não vão querer ir para os abrigos, porque sabem que nas ruas vão ter comida, dinheiro, roupas, etc. Em relação aos pequenos roubos que os menores cometem, os policiais disseram que na maioria das vezes, quando os menores roubam algo “em grupo”, quando o policial consegue segurar o menor e levá-lo até a vítima, o produto que foi roubado já foi passado para outro menor, e não se encontra mais em poder do menor que efetuou o roubo. Então, a vítima, se o objeto não tiver muito valor para ela, mesmo reconhecendo o menor que a roubou, acaba por não prestar queixa na delegacia e o policial se vê obrigado a soltá-lo.

Nos últimos meses, grupos de “menores de rua” tiveram atenção da imprensa carioca. Depois da morte de turistas que visitavam o Rio no verão passado por alguns menores “em grupo”, os jornais cariocas desviaram suas atenções para esses menores. Esses episódios acabaram provocando as mais diversas reações. A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro iniciou uma forte campanha de retirada dos menores da Zona Sul, assim, mesmo que os jovens apenas ali estivessem sem cometer qualquer tipo de delito, eram abordados pelos policiais e encaminhados para os abrigos públicos. É claro, que após a “poeira baixar”, os menores acabaram retornando para os mesmos lugares de que haviam sido “expulsos”.

3.4 Aparência, símbolos e cores

Os policiais que freqüentemente atuam nas favelas cariocas, sobretudo os mais velhos, dizem que são capazes de identificar claramente bandidos e trabalhadores. Nesta identificação muitos elementos se misturam, mas sem dúvida a aparência é um critério fundamental. As vestimentas, maneira de andar, de falar, os gestos, tatuagens, cordões e bonés e a cor do jovem são os critérios que influenciam nessa “tipificação do suspeito”. Dessa forma, os policiais transformam critérios subjetivos em critérios objetivos. Apoiados em suas experiências cotidianas, a aparência do jovem pode indicar qual comando dita as regras no local onde este reside, e com qual comando ele se identifica. Algumas vezes é possível indicar até mesmo se o jovem já foi preso, porque, segundo os policiais que entrevistei, existe uma linguagem típica de pessoas que estiveram presas.

Para muitos policiais, há entre os jovens traficantes uma “preferência” por certas cores e marcas de roupa. Dessa forma, a TCK⁴⁸, marca mundialmente conhecida, é habitualmente usada pelos jovens pertencentes à facção criminosa Terceiro Comando; assim como a Cyclone⁴⁹, marca famosa mundialmente utilizada por surfistas, é a preferida dos jovens traficantes ligados ao Comando Vermelho.

A cor⁵⁰ das roupas é outro fator importante na caracterização do jovem traficante. Assim, os jovens ligados ao Comando Vermelho não usam de forma nenhuma roupas azuis e da marca TCK, e jovens ligados ao Terceiro Comando não usam roupas vermelhas e da

⁴⁸ Essa marca, segundo os policiais, é a preferida pelos jovens porque faz referência ao Terceiro Comando do Kiko, líder histórico do grupo.

⁴⁹ Segundo os policiais, a Cyclone é a preferida dos jovens ligados ao Comando Vermelho, por lembrar a sigla CV (Comando Vermelho).

⁵⁰ Em uma entrevista que realizei com um policial do Batalhão de Choque, perguntei se a roupa influencia nas abordagens e ele respondeu que influenciava. Ele me perguntou: “– Você costuma usar roupa vermelha?” Respondi que sim. “– Mas todos os dias?” Digo que às vezes, mas não todos os dias. Continua ele, “... mas tem jovens que passam aqui e todos os dias estão de vermelho, eles não trabalham e estão sempre com o tênis da moda, um Nike no pé, com a roupa da Cyclone e tal. Onde eles conseguiram dinheiro para comprar esse tênis ninguém sabe ou fingem que não sabe. Quer ver um exemplo? Se você comprar uma roupa da TCK e andar pela rua, você pode até ser morto pelo Comando Vermelho, porque você é inimigo, a mesma coisa se você andar com uma roupa da Cyclone, porque a TCK é da sigla do Terceiro Comando e a Cyclone do Comando Vermelho, então eu não sei o porquê acontece isso, mas é verdade. A partir disso é que nós sabemos quem é bandido e quem é trabalhador.”

Cyclone. Todavia, essas regras não valem somente para os jovens ligados às facções criminosas, mas para os moradores das favelas, assim como para eventuais visitantes. Aqueles que porventura desconheçam tais regras “não verbalizadas” podem passar por algum constrangimento. Dessa forma, o Terceiro Comando e o Comando Vermelho têm na cor azul e vermelha, respectivamente, os seus sinais diacríticos. Os policiais costumam identificar a partir desses sinais a qual facção criminosa o jovem está ligado.

Para Dutra (2002:361), “... as roupas geralmente emitem mensagens mais ou menos claras sobre os grupos sociais, de modo que eles possam ser identificados e reconhecidos. É preciso dizer que há pessoas que optam por serem mais precisas em suas mensagens e outras não. O tipo de roupa que expressa de forma mais precisa e concisa uma informação, provavelmente é o uniforme. Por meio de signos convencionalmente associados a determinados grupos, o uniforme ajuda o reconhecimento e a legitimação dos mesmos.”

De fato, nas favelas cariocas “controladas” por uma facção criminosa, as roupas emitem mensagens claras à qual facção o jovem pertence. As cores e a “preferência” específica por determinadas marcas de roupa indicam a filiação a uma determinada facção. Na visão dos policiais, essa preferência transforma-se em um elemento a mais na “caracterização do suspeito”, pois informam à qual facção o jovem pertence e, desta forma, ele é identificado como “inimigo”. Assim, os jovens ao usarem a roupa vermelha em favelas controladas pelo Comando Vermelho sinalizam, na percepção dos policiais, o seu pertencimento a esta facção. Ao mesmo tempo em que marcas e cores das roupas são atribuídas aos comandos, elas também podem representar perigo para as pessoas desavisadas que desconhecem as “regras não verbalizadas”, comuns nestes espaços. Se um jovem estiver com uma camisa da TCK e entrar numa favela controlada pelo Comando Vermelho, seja para visitar algum parente ou amigo, sua atitude pode ser interpretada como uma provocação aos traficantes locais, e possivelmente sua vida correrá risco.

Nessa “caracterização do suspeito”, outros símbolos são igualmente importantes. Assim, tênis da marca Nike, utilizado dentro de uma favela, pode indicar pertencimento ao tráfico de drogas. As vestimentas que os jovens traficantes elegeram como a de sua preferência transmitem informações a seu respeito, mensagens codificadas as quais nem todos os cidadãos têm acesso e poucos sabem realmente interpretar. A preferência por grifes como a TCK, Cyclone ou Nike reflete o atual momento da globalização.

Para além da distinção entre as facções, a preferência por certas marcas e cores indica disputas por símbolos de poder estabelecidos pelas facções criminosas que atuam na cidade do Rio de Janeiro. Assim Cyclone, TCK e Nike são símbolos de poder consumidos por jovens traficantes que, em suas trajetórias de vida, contam com um histórico de discriminação, violência e estigma atribuído pelos “de fora” aos “de dentro”. Canclini (1999:199) chama a atenção para o fato de que na atualidade há um forte vínculo entre o consumo e cidadania. Para ele “os hábitos e os gostos dos consumidores condicionam sua capacidade de se converterem em cidadãos”⁵¹.

No caso estudado, se os jovens traficantes elegeram a cor vermelha ou azul, assim como a TCK, a Cyclone e a Nike como “marcas preferenciais” e signos de identidade ao grupo a que pertencem, alguns policiais também compartilham a noção de que as cores carregam consigo mensagens e significados sociais. Segundo um entrevistado⁵², a cor azul da farda que os policiais utilizam em seu trabalho influencia no respeito dos cidadãos para com eles. Para o entrevistado, os policiais que usam a farda azul têm menos respeito que os que usam a farda preta, caso dos policiais que servem no BOPE (Batalhão de Operações Especiais) – grupo de elite da Polícia Militar – e os da CORE (Coordenadoria de Recursos

⁵¹ A associação entre consumo e cidadania oferece elementos “bons para pensar” as preferências e os hábitos de consumo dentro de espaços socialmente estigmatizados. Ao antropólogo, sempre à procura de uma resposta, cabe dar um passo a mais e se questionar. Por que essas marcas foram eleitas as preferidas dos jovens traficantes? Ou por que alguns moradores desses espaços compartilham da ideologia?

⁵² Soldado, idade não revelada. 15º BPM – Caxias, 9 anos de serviços prestados à PMERJ.

Especiais) – grupo de elite da Polícia Civil, que foram lembrados pelo entrevistado. De fato, parece haver uma relação estreita entre cor de farda, respeito e autoridade.

Vimos o quanto a cor e a marca das roupas tornaram-se elementos fundamentais na “caracterização do suspeito”, no discurso dos policiais. Outro fator importante para os policiais são as tatuagens. Alguns policiais disseram que existem “tatuagens de cadeia”. Essas tatuagens revelam que o jovem já esteve preso e, portanto, transformam-no em um “suspeito em potencial”. Os policiais dizem que o jovem pode não dever mais nada a justiça, mas também pode ser um foragido, sendo assim, o param e averiguam a situação. Nestes casos, a tatuagem pode ser considerada um estigma, no sentido que Goffman (1985) deu a este termo. Este autor explica a origem do termo estigma e o que ele indica: “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo *estigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se preocupava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou má, sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou com fogo no corpo e; avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos”. As “tatuagens de cadeia” são consideradas estigmas porque são sinais corporais, que evidenciam o status moral de seu portador.

A maneira de andar, se a mão está amarela com a ponta dos dedos queimada, a maneira de falar e gesticular; todos esses pontos influenciam se um jovem vai ser considerado bandido ou trabalhador. Segundo um entrevistado, até o dinheiro do bandido “fede” e não tem como dizer que foi ganho trabalhando. Um entrevistado⁵³ me disse que “dependendo da maneira como o suspeito fala e gesticula, a gente saca que algo está errado, então a gente chega logo porrando, porque é vagabundo”. De fato, muitos elementos são expressos na linguagem da suspeição demonstrada pelos policiais. O passo de uma pessoa pode também

⁵³ Soldado, 30 anos. 3º BPM – Méier, 6 anos de serviços prestados à PMERJ.

indicar sua “identidade social”. Um policial me disse que “o passo do cadeeiro é mais largo, arrastado, enquanto o passo do PPI (paisano de pé inchado – comum na linguagem policial para definir as pessoas que transitam pelas ruas) é mais apressado, pode andar lentamente, mas não arrastando o pé”. Nos exemplos citados pelos policiais, vimos o quanto a aparência de fato influencia na “caracterização do suspeito”. Estes exemplos demonstraram que devido ao seu ofício, os policiais são levados a construir complexos sistemas de classificação.

Finalizando, podemos dizer a partir dos depoimentos, que realmente a aparência é um fator importante na “caracterização do suspeito” pelos policiais. No entanto, esta caracterização varia de acordo com o espaço em que o policial estiver. Nas favelas, símbolos como TCK, Nike e Cyclone chamam mais a atenção, e nas ruas, a maneira de falar, de andar, gesticular, etc. é que saltam aos olhos dos policiais com mais rigor. Sabemos o quanto essas classificações são arbitrárias e, de certa forma, este trabalho contribuiu para elucidar alguns dos elementos que as constituem.

A relação conflituosa entre policiais e jovens na cidade do Rio de Janeiro se expressam de muitas maneiras. Resta ainda um importante ponto a considerar. Os policiais ressaltam que as fotos de jovens que morreram nas ações policiais veiculadas pela mídia prejudicam muito o trabalho da polícia. Muitos culpam as famílias dos jovens por mostrarem fotos destes “novinhos e com cara de anjinhos”. Dessa forma, os policiais acusam as famílias dos jovens de manipularem as fotos com o único objetivo de denegrir a imagem da polícia. Com isso, os policiais acabam confirmando seus próprios argumentos. Segundo os policiais, as famílias são influenciadas pelos traficantes que objetivam inibir novas incursões da polícia nas favelas, favorecendo o tráfico de drogas. Segundo eles, o que ninguém vê é que “aquela criancinha da foto cresceu e não é mais aquele anjinho”. Justificam, por outro lado, que jovens que morrem em confronto com a polícia certamente “não morrem à toa”. Novamente, manipulam a categoria juventude de acordo com os seus interesses. Pois, os “anjinhos”

creceram e não morreram à toa. No entanto, parecem desconsiderar que muitas vezes a ação policial nas favelas é desastrosa, o que acaba por desacreditar a polícia como uma instituição legítima. Finalizando este capítulo, o depoimento de um policial pode esclarecer ainda mais como a todo o momento eles são obrigados a “caminhar no fio da navalha”.

“Hoje em dia, qualquer coisa é motivo de expulsão. Por exemplo, se você fizer uma denúncia contra mim, não é necessário provar. Basta fazer a denúncia que primeiro eu vou ser preso e só depois é que vai ser averiguado se eu tenho culpa ou não. Por exemplo, se eu entro numa favela, dou um tiro e sem querer mato uma criancinha. Vamos supor que eu atirei para cima, porque dentro da favela, muitas vezes você não sobe e os bandidos ficam atirando em cima da polícia, você não sabe de onde vem o tiro. Então, eu vou falar a verdade, muitas vezes eu atirei para cima, mas sem saber muito bem a direção, porque você não sabe de onde o tiro vem. Então vamos supor que um desses tiros bata no poste de luz e atinja uma criança na favela. O comandante do batalhão não quer nem saber se eu sou culpado ou não, ele vai mandar me prender e só depois averiguar. Então o policial no seu serviço está exposto a este tipo de risco, de ser preso de forma injusta. No caso da criança que morreu o policial lida com isso a todo o momento, eu não acho que o policial vai à favela com o objetivo de matar nenhuma criança, mas pode acontecer. Então ele é enquadrado como homicídio culposo, que ele não teve culpa, mas ele pode ficar preso por seis meses por um crime em que ele não teve a intenção de matar. Eu acho que a Lei não deveria punir o policial nessa situação, pois o trabalho dele é de alto risco. Agora, aos olhos da sociedade o policial é sempre o errado, agora a sociedade se esquece que o policial é fruto da sociedade.”⁵⁴

Considerações finais

No dia 19 de dezembro de 2004, O Globo, um dos maiores jornais do país, publicou uma pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre o medo da violência entre os cariocas⁵⁵. A pesquisa constatou que apesar dos delitos serem predominantes nas

⁵⁴ Soldado, idade não revelada. Batalhão de Choque, 4 anos de serviços prestados à PMERJ.

⁵⁵ A pesquisa mostrou um ranking dos delitos mais temidos entre os cariocas e as principais mudanças nos hábitos das pessoas estimuladas pelo medo. Entre os delitos mais temidos, roubo seguido de morte ficou em

Zonas Norte e Oeste, quem mais reclama dos problemas de violência e criminalidade são os moradores da Zona Sul. Logo, a pesquisa conclui, a partir dos dados, que as pessoas sentem medo real e virtual. Pesquisas qualitativas, por sua vez, confirmaram que são os “jovens em grupo”, sobretudo negros e moradores de favelas, que despertam medo real.

No mesmo sentido, Coelho (1988:146) afirma que: “... o assalto à mão armada nas ruas da cidade, o roubo a residências seguido de violência, o estupro e o latrocínio, são estas as ocorrências que exacerbam o *medo do crime*; são elas que provocam alterações nos hábitos de milhares de cidadãos, afetando suas rotinas cotidianas e deteriorando a qualidade de vida.”

Por sua vez, Zaluar (1998:251) chama a atenção para o fato de que “... o crime cometido nas ruas, especialmente o crime violento, é hoje uma das preocupações centrais das populações metropolitanas brasileiras, segundo as sondagens de opinião feitas com uma certa regularidade. As novas imagens da cidade não são mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, seja no Rio de Janeiro e São Paulo, seja em Nova York, perdendo as velhas virtudes cívicas – civilidade, segurança, tato e confiança. As cidades, hoje, têm suas imagens tomadas pela deteriorização da qualidade de vida urbana, em que o temor da vitimização, tanto quanto as experiências diretas dela, desmonta os operadores simbólicos com os quais se praticam os jogos sociais”. A rua é o espaço onde as pessoas se sentem mais inseguras; ao contrário da casa, espaço seguro e protegido. Nas ruas, o crime violento (assalto seguido de morte) é uma das maiores preocupações dos moradores da cidade. A pesquisa publicada pelo O Globo pode ser considerada um termômetro dos temores da população e, ao mesmo tempo, o que as pessoas estão fazendo para se protegerem da “violência”.

O medo que os jovens traficantes provocam na população que vive no Rio de Janeiro é algo que vem, com o passar dos anos, mudando a sociabilidade dos cariocas

primeiro lugar, com 15,5% dos entrevistados; roubo a residência ficou em segundo lugar, com 15,3%; roubo a pedestre em terceiro, com 13,1%; homicídio em quarto, com 12,6%; e em quinto lugar roubo de veículo. Entre os principais hábitos modificados pelo sentimento de medo, chegar mais cedo em casa e evitar sair a noite dividiu o primeiro lugar com 79%, não sair com pertences de valor ficou em segundo lugar com 74%, não sair sozinho ficou em terceiro com 56% e em quarto lugar, mudar atividades de lazer.

assustadoramente. Glassner (2003:137) alerta:

“O medo cresce, acredito, proporcionalmente à culpa inconfessa. Ao se cortar gastos com programas educacionais, médicos e antipobreza para os jovens, comete-se grande violência contra eles. Porém, em vez de se enfrentar a responsabilidade coletiva, projeta-se a violência contra os próprios jovens e contra estranhos que se imagina que irão atacá-los. Para os jovens que se desencaminham, as conseqüências das projeções são terríveis. Quanto mais as pessoas sentem medo da criminalidade, mais punitivas são as atitudes em relação a criminosos jovens, revelam estudos, e os políticos capitalizam essa opção em correlação para construir mais prisões.”

São inúmeras as reportagens jornalísticas que enfatizam as arbitrariedades dos policiais do Rio de Janeiro em relação aos jovens. Neste caso, ouve-se mais os jovens do que os policiais. Neste contexto de medo, tão enfatizado pelos autores acima citados, os policiais classificam os jovens e constroem hierarquias sobre os perigos que eles representam.

O objetivo desta dissertação foi analisar as representações de um grupo de policiais militares – entrevistados durante quatro meses de trabalho de campo – sobre as juventudes na cidade do Rio de Janeiro. Seu foco de análise reside na busca de interseção entre representações e práticas disseminadas na sociedade e a especificidade da “profissão policial” nos dias de hoje.

Longe de imaginar que os relatos recolhidos esgotam a experiência atual de “ser policial” numa grande metrópole, não se pode negar que eles revelam elementos constitutivos das representações e práticas de um grupo específico de policiais sobre as juventudes que circulam pela cidade do Rio de Janeiro. É verdade que não estamos lidando com representatividade estatística, portanto as informações da pesquisa não podem ser generalizadas para o conjunto de policiais que compõem a PMERJ. Seguindo as regras das técnicas qualitativas, quando em trabalho de campo, o antropólogo não pode imaginar que descobre a verdade; mas “verdades”, com todas as aspas que esta palavra merece, e versões

que exigem uma análise atenciosa. De fato, os relatos nos obrigam a refletir sobre o que foi dito e não dito.

Como disse anteriormente, no Brasil ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a estudar e analisar os policiais, sobretudo porque há entre o senso *comum savant* um certo preconceito em abordar esse tema. No entanto, o necessário “estranhamento”, que tanto contribui para fazer avançar a compreensão sociológica, deve ser exercitado também para relativizar nossas pré-noções sobre a profissão policial. Afinal, romper barreiras e se predispor a escutar são partes constitutivas do fazer antropológico.

A análise das entrevistas realizadas no âmbito do presente trabalho, demonstrou que as avaliações dos policiais sobre as causas e punições de crimes cometidos por jovens, seguem duas dimensões: uma que privilegia o aspecto jurídico e interno à corporação, e outra dimensão que privilegia os aspectos mais sociais e de direitos dos cidadãos. Ou seja, por um lado, os policiais propunham melhorias na justiça, investimentos em viaturas, coletes, armas com maior poder de fogo para melhorar sua atividade e seu poder de resposta rápida ao crime. Por outro, houve falas que enfocaram o investimento em educação, em escolas de qualidade, aumento nas oportunidades de trabalho, apoio às famílias dos jovens e redução da desigualdade social. Assim, pode-se concluir que os policiais também fazem uma estreita associação entre pobreza e violência⁵⁶.

Contudo, vivendo nos dias de hoje no Rio de Janeiro, para os policiais a causa da violência - que se generaliza pela cidade - é explicada pelo aumento do poder do tráfico de drogas. Do seu ponto de vista, a violência nas últimas décadas aumentou porque também aumentou o consumo de drogas. Segundo um policial que entrevistei⁵⁷, no passado, a violência era menor porque os jovens só consumiam maconha e poucos usavam cocaína. Ou seja, mais consumo de drogas, mais violência. De acordo com eles, atualmente os jovens

⁵⁶ Para uma discussão sobre violência letal, renda e desigualdade no Brasil, ver Cano & Santos (2001).

⁵⁷ Soldado, idade não revelada. 15º BPM – Caxias, 9 anos de serviços prestados à PMERJ.

estão consumindo mais cocaína, que se tornou nos últimos anos mais barata, com isso aumenta o poder econômico dos traficantes de drogas e, conseqüentemente, o investimento em armas para defender o “negócio”. Os traficantes, segundo um de nossos entrevistados, costumam alugar armas para assaltos, seqüestros ou outros crimes. Foi desta maneira que o entrevistado descreveu o aumento do crime na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas e a importância do tráfico para este aumento. Enfim, entre os policiais que entrevistei, há uma idéia corrente que o tráfico de drogas é o grande responsável pela violência na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, os entrevistados evitam falar sobre o papel ativo dos policiais nesse contexto, por eles definido como “aumento da violência”. Assim, apesar de comentarem a existência de corrupção na polícia, em nenhum momento relacionaram corrupção e violência. Nesta perspectiva, alimentam a crença de que a “violência” está sempre nos outros grupos, aos policiais cabe a tarefa de “manter as coisas em ordem”. Por vezes, este “espírito de corpo” se expressa com contundência retroalimentando situações de violência. Como por exemplo: “O comandante da PM do Rio, Wilton Ribeiro, declarou recentemente, para responder às mortes dos policiais, que para cada policial morto, ia ter um bandido morto. Esse apelo à vingança mais primitiva contribui para a reprodução da espiral da violência, cada vez mais intensa”, Cano (2001:117).

Por outro lado, a disseminada e estreita associação entre juventude e criminalidade (jovens do mal), como procurei demonstrar ao longo deste trabalho, está presente no sistema classificatório dos policiais onde, como contrapartida, também aparecem os “bons jovens”, apesar de terem sido poucas as falas a respeito deste segmento da juventude. Quem seriam os “bons jovens” nas representações dos policiais entrevistados?

A grosso modo, é possível dizer que as imagens acionadas pelos “bons jovens” entre os policiais estão relacionadas às imagens do “bom cidadão”. Assim, os “bons jovens” são

aqueles que são íntegros, que respeitam os idosos, os pais, que estudam e trabalham, que possuem bom caráter e têm religião. Neste aspecto, ter uma boa família e ter sido educado dentro de princípios cristãos é fundamental para o jovem tornar-se uma pessoa íntegra quando chegar a fase adulta. Além disso, a educação esportiva também foi lembrada, afinal um “bom jovem” deve necessariamente manter um corpo saudável. A máxima de “*mens sana in corpore sano*” ganha sentido especial entre os policiais entrevistados. Neste contexto, os policiais que entrevistei não me pareceram tão exóticos e distantes do “brasileiro médio”, com suas ambivalências entre ideais de cidadania e a realidade cotidiana.

Como vimos no capítulo I, em seus relatos os entrevistados destacaram três experiências específicas: quando estão fardados cumprindo a função de patrulhamento, quando estão sem farda nos deslocamentos pela cidade, e nas horas de lazer; e, por fim, quando estão sem farda realizando algum “serviço extra”. Essas situações se complementam e produzem diferentes medos e abusos de poder. Sem farda fazendo serviço extra, o policial leva consigo a experiência de “abuso de autoridade” e uso indevido de armas. Mas, também sem farda, os policiais não apenas estão expostos aos mesmos perigos e “constrangimentos” que os cidadãos comuns, mas também podem ser descobertos e executados justamente pelo fato de serem policiais. E finalmente, com farda, “ser policial” em uma sociedade que impera a impunidade, que segmenta e exclui parcelas significativas da juventude, acaba favorecendo práticas de corrupção e, sobretudo, naturalizando atitudes de violência física e simbólica em relação aos jovens. Enfim, nem “anjos” nem “demônios”; apenas cidadãos brasileiros que de seu lugar social expressam problemas históricos e estruturais da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro.

Concluindo este trabalho, fica a necessidade de uma nova agenda de pesquisa. Para compreender o que é ser policial na cidade do Rio de Janeiro, novas perguntas e estudos são necessários. Novas pesquisas podem contribuir para que em um futuro não muito distante,

espero, diminuam os múltiplos distanciamentos entre policiais e cidadãos, entre a polícia e os jovens no Rio de Janeiro e no Brasil. Em outras palavras, gostaria que as reflexões deste trabalho contribuíssem na problematização e na interlocução entre pesquisas e entre pesquisadores, assim como possibilitassem uma interlocução com gestores de políticas públicas no âmbito da polícia e da juventude.

Referências Bibliográficas

ALVIM, R. **A infância negada: “meninos e meninas de rua” no Brasil**. In: O Brasil na virada do século. Villas Boas, G & Gonçalves, M. A (orgs). Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1995

_____. e PAIM, E. **Os jovens suburbanos e a Mídia: conceitos e preconceitos**. In: Juventude Anos 90. Alvim, R e Gouveia, P. (orgs). Editora Contracapa. 2000

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2001

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil. 3º edição. Tradução Fernando Tomaz, 1999

_____. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor. 1997

BRETAS, M. L. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1997

CALDEIRA, T.P.R. **Direitos Humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira**. Novos Estudos CEBRAP. Nº 30, julho de 1991. pp 162-174

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Editora da UFRJ. 4ª Edição, Rio de Janeiro, 1999

CANO, I. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. ISER. P. 80. Rio de Janeiro, 1997

_____. **Nós e eles: Direitos Humanos, a polícia e a visão dicotômica da sociedade**. In: Direitos Humanos: temas e perspectivas. Regina Novaes (org). Mauad. Rio de Janeiro, 2001

_____ & SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2001

CECCHETTO, F. **As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento**, in: Galeras Cariocas. Vianna, H. (org). Editora UFRJ, 1997

COELHO, E. C. **A criminalidade urbana violenta**. Dados – revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol.31, nº 2, 1988. pp 145-183.

DaMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para um paradigma do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997

_____. **A casa e a rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 2000

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 4ª ed. Tradução Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, 2001

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1976

DUTRA, J. L. **Onde você comprou esta roupa tem para homem?: a construção da masculinidade nos mercados alternativos de moda.** In: Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Goldenberg, M. (org). Editora Record. Rio de Janeiro. pp: 359 - 411. 2002.

FERNANDES, H. R. **Rondas à cidade: uma coreografia do poder.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, pp: 121 – 134, 2. sem. 1989

FORACCHI, M. **A Juventude na Sociedade Moderna.** Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1972

GLASSNER, B. **Cultura do medo.** São Paulo. Francis, 2003

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Zahar Editores. Rio de Janeiro. 3^a ed. 1975

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1997

KANT DE LIMA, R. **A Polícia na Cidade do Rio de Janeiro.** Ed. FORENSE. Rio de Janeiro, 1985.

MACHADO DA SILVA, L.A. **Violência Urbana: representação de uma ordem social.** In: Brasil Urbano: Cenários da Ordem e da Desordem. Nascimento, E.P. e Barreira, I. (orgs). Rio de Janeiro. Notrya, 1993

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** In: Sociología e Antropología. vol 2. EDUSP, 1974

MINAYO, M. C. S. (et al.) **Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.** Garamond, Rio de Janeiro, 1999

_____. & SOUZA, E. R. **Violência para todos**. Cadernos de Saúde Pública, vol. 9, n° 1, pp. 65-78 março de 1993

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999

NOVAES, R. **Juventude, conflito e solidariedade**. Comunicações do ISER. N° 50. Ano 17, 1998.

_____ e Mello, C. **Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos**. Comunicações do ISER. N° 57. Ano 21, 2002

_____. **“Polícia, polícias: as percepções dos jovens”**. In: O Galo e o Pavão. Comunicações do ISER. N° 58. Ano 22, 2003

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa. Imprensa Nacional, Casa da Moeda. pp. 111-112, 1993

QUEIROZ, M. I. P de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. T. A. QUEIROZ EDITOR. São Paulo, 1991

RAMOS, S. **“Geografia da Dura”**. www.cufa.com.br. 2003

RINALDI, A. A. **Marginais, delinqüentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro**. In: Um século de favela. Zaluar, A & Alvito, M (orgs). 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003

SANSONE, L. **Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n°3, 2002, pp. 513 – 532

SENTO-SÉ, J.T. **Perfil dos jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. CEsEC-UCAM & LAV-UERJ, Janeiro de 2003

SOARES, L. E. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Relume Dumará, 1996

SOARES, B. M. **Mulheres policiais: presença feminina nas Polícias Militares Brasileiras.** Relatório de Pesquisa. CESeC-UCAM. Junho de 2004

VELHO, G. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social.** Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1973

_____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Jorge Zahar Editor. 2º Edição. Rio de Janeiro, 1999

VENTURA, Z. **Cidade Partida.** São Paulo. Companhia das Letras. 1994

VENTURI, G e ABRAMO, H. **Juventude, política e cultura.** NOP - Fundação Perseu Abramo. Julho/agosto/setembro 2000.

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta.** Brasiliense. 1985

_____. **Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil.** In: História da Vida Privada no Brasil. Schwarcz, L. M. (org. do volume). Companhia das Letras, 1998

ANEXO I

Nome*	Patente	Idade	Batalhão	Cor/Raça**	Tempo de Serviço	Local de Moradia
Edson	1° Tenente	24 anos	13° BPM - Praça Tiradentes	Parda	7 anos	Z. Oeste
Humberto	1° Tenente	29 anos	BOPE	Parda	6 anos	Z. Sul
Túlio	2° Tenente	29 anos	2° BPM – Botafogo	Branca	5 anos	Z. Sul
Nelson	2° Sargento	45 anos	Corregedoria de Polícia	Branca	24 anos	Z. Oeste
Marcos	2° Sargento	38 anos	ESPM	Branca	15 anos	Niterói
Mário	2° Sargento	37 anos	18° BPM - Jacarepaguá	Negra	18 anos	Z. Leopoldina
Flávio	Soldado	29 anos	24° BPM - Queimados	Negra	6 anos	Baixada Fluminense
André	Soldado	NR	15° BPM – Caxias	Negra	9 anos	NR
Pedro	Soldado	NR	Batalhão de Choque	Branca	4 anos	NR
Otávio	Soldado	28 anos	35°BPM – Itaboraí	Branca	4 anos	Itaboraí
Vanderlei	Soldado	36 anos	34° BPM – Magé	Branca	6 anos	Magé
Silvio	Soldado	37 anos	2° BPM – Botafogo	Parda	12 anos	NR
Santos	Soldado	30 anos	3° BPM - Méier	Branca	6 anos	Z. Norte
Roberto	Soldado	31 anos	12° BPM - Niterói	Branca	4 anos	Z. Norte

* Os nomes utilizados são fictícios

** As classificações de cor/raça foram realizadas com base nas percepções do pesquisador e de acordo com critérios estabelecidos pelo IBGE.

ANEXO II

Tribunal de Rua

Letra: Marcelo Yuka,

Música: O RAPPÁ e NEGRALHA

A viatura foi chegando devagar
E de repente, de repente resolveu me parar
Um dos caras saiu de lá de dentro
Já dizendo, aí compadre, você perdeu
Se eu tiver que procurar você está fudido
Acho melhor você ir deixando esse flagrante comigo
No início eram três, depois vieram mais quatro
Agora eram sete samurais da extorsão
Vasculhando meu carro
Metendo a mão no meu bolso
Cheirando a minha mão

De geração em geração
Todos no bairro já conhecem essa lição
Eu ainda tentei argumentar
Mas tapa na cara para me desmoralizar

Tapa na cara para mostrar quem é que manda
Pois os cavalos corredores ainda estão na banca
Nesta cruzada de noite encruzilhada
Arriscando a palavra democrata
Como um Santo Graal
Na mão errada dos homens
Carregada em devoção

De geração em geração
Todos no bairro já conhecem essa lição

O cano do fuzil, refletiu o lado ruim do Brasil
Nos olhos de quem quer
E me viu único civil rodeado de soldados
Como se eu fosse o culpado
No fundo querendo estar
A margem do seu pesadelo
Estar acima do biotipo suspeito
Mesmo que seja dentro de um carro importado

Com um salário suspeito
Endossando a impunidade à procura de respeito
Mas nessa hora só tem sangue quente
E quem tem costa quente

Pois nem sempre é inteligente
Peitar um fardado alucinado
Que te agride e ofende para te
Levar uns trocados
Era só mais uma dura
Resquício de ditadura
Mostrando a mentalidade
De quem se sente autoridade
Nesse tribunal de rua